

EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NA IMPRENSA: a Hegemonia Burguesa na Ditadura Civil-Militar no Brasil

Marco Antonio de Oliveira Gomes



EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NA IMPRENSA: A
HEGEMONIA BURGUESA NA DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL

Marco Antonio de Oliveira Gomes

EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NA IMPRENSA: A
HEGEMONIA BURGUESA NA DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL.

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



NAVEGANDO

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil
2023

Direção Editorial: Navegando
Revisão: Lurdes Lucena
Diagramação: Lurdes Lucena
Projeto gráfico: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2023.

M956 – Gomes, M. A. de O. Educação, economia e política na imprensa: a hegemonia burguesa na ditadura civil-militar no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-010-9



10.29388/978-65-6070-010-9

1. Ditadura Civil-Militar 2. Educação 3. Imprensa. Marco Antonio de Oliveira Gomes. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático

Educação 370



Editores

Lurdes Lucena – Esame – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Cactano Pereira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucilia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hauser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba – Cuba

Agradecimentos

Ao professor José Claudinei Lombardi. O seu exemplo frutificará em inúmeros alunos que tiveram o privilégio de tê-lo como professor.

À Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual de Maringá.

Dedicatória

Aos meus amigos de juventude que a distância separou, dos quais ainda guardo fotos na “parede da memória” e no coração.

Aos meus amigos da universidade e das escolas onde trabalhei que, apesar das pressões, modismos mercadológicos e burocratização das atividades docentes, continuam resistindo, firmes em defesa de uma educação pela emancipação humana.

Aos amigos irmãos Marcos, Virlei e Adilson e Vânia.

A todos meus alunos e ex-alunos da educação básica, da graduação e pós-graduação, que, de alguma forma, apesar de minhas limitações, contribuíram para ser o que sou. Mesmo que me falhe a memória e esqueça nomes, levo-os dentro de mim.

Ao meu orientador de mestrado e doutorado, Sérgio Eduardo Montes Castanho.

Ao querido professor José Luís Sanfelice (in memoriam).

A Suzana e Ricardo pela presença constante.

Aos meus irmãos amigos, Marcelo e Marlon.

Ao meu pai, Mauro Gomes. São 12 anos de presença na ausência.

A minha mãe, Ney de Oliveira Gomes por tudo.

Aos meus filhos, Matheus e Pedro. Por tudo o que fizeram por mim. Não tenho palavras para expressar o amor que tenho por vocês.

À minha esposa e companheira, Magali. Sem sua presença não seria possível viver.

A todos que resistem ao arbítrio e a barbárie, e que sonham e lutam por um outro mundo possível e necessário.

Vai passar
Nessa avenida um samba
Popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram
Sambas imortais
Que aqui sangraram pelos
Nossos pés
Que aqui sambaram
Nossos ancestrais
Num tempo
Página infeliz da nossa
História
Passagem desbotada na
Memória
Das nossas novas
Gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão
Distraída
Sem perceber que era
Subtraída
Em tenebrosas
Transações
Seus filhos
Erravam cegos pelo
Continente

Levavam pedras feito
Penitentes
Erguendo estranhas
Catedrais
E um dia, afinal
Tinham direito a uma
Alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval
O carnaval, o carnaval
(Vai passar)
Palmas pra ala dos
Barões famintos
O bloco dos napoleões
Retintos
E os pigmeus do bulevar
Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma
Cidade a cantar
A evolução da liberdade
Até o dia clarear
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório
Geral vai passar
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório
Geral
Vai passar
(Vai passar – Chico Buarque).

PPE Programa de
Pós-Graduação em
Educação

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação

Livro publicado com o auxílio do **PROAP/CAPES** – Auxílio N° 2669/2022, Processo
N° 88881.770080/2022-01.

Sumário

Introdução	10
A imprensa escrita como fonte para a história da educação: breves apontamentos.....	21
As origens do golpe e seu caráter de classe.....	33
A imprensa e o golpe de 1964.....	65
Educação, imprensa e hegemonia na ditadura civil-militar no Brasil.....	94
Réquiem para a ditadura, mas não para a hegemonia do capital.....	128
Considerações Provisórias.	143
Referências.....	147

Introdução

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertold Brecht)

O presente trabalho é continuidade de uma pesquisa que desenvolvo a partir de minhas atividades como docente na Universidade Estadual de Maringá. Procurei aprofundá-lo como pesquisa pós-doutoral na Universidade Estadual de Campinas, no Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação.

Minhas preocupações com o papel da imprensa na sociedade datam de um período em que sequer havia iniciado minha graduação em História. Em 1984, em pleno comício do movimento das “Diretas Já”, ouvia-se “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” ou ainda, “A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura”. Obviamente, não havia uma preocupação com a formulação teórica que explicitasse o papel de classe da grande imprensa naquele momento, mas já era uma questão inquietante.

As questões que me parecem importantes para a compreensão do Brasil daquela época não foram devidamente aprofundadas ao longo da graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mas não caíram no esquecimento. O trabalho em uma fábrica e a tentativa de conciliar os estudos impediram-me, naquelas circunstâncias, de iniciar um estudo sistemático sobre o tema.

A oportunidade da realização de uma pesquisa envolvendo periódicos ocorreu ao longo do Mestrado em História e Filosofia da Educação pela Unicamp. O término do doutorado e o ingresso, como professor, no ensino superior me aproximaram novamente da imprensa como fonte privilegiada para compreensão do seu caráter de classe e do papel desempenhado na difusão de valores e ideias. Ainda que a imprensa escamoteie seus verdadeiros propósitos, esses são apresentados como de interesse geral.

O papel da imprensa no golpe e na legitimação da ditadura rendeu inúmeros trabalhos acadêmicos: *Jornal da Tarde (1966-1975): Ideologia liberal e ditadura militar* (Gazzotti, 2004); *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988* (KUSHNIR, 2004); *A Imprensa Paranaense e a Ditadura Militar: 1964-1974'* (NASCIMENTO, 2014); *A indústria cultural e o golpe militar (1964-1985) - a imprensa brasileira como instrumento de repressão e libertação'* (SILVA, 2001); *Política e imprensa: análise dos editoriais do Jornal O Estado de S. Paulo nos primeiros anos após o golpe militar de 1964* (SOUZA, 2012), entre outros.

Dessa forma, como muitos autores já apontaram, a grande imprensa expressava ideologicamente os interesses conservadores das classes dominantes, que não aceitavam o reformismo de Goulart. Em torno deste contexto histórico, com ampla participação dos segmentos mais representativos da burguesia nacional e das Forças Armadas, ocorreu o Golpe, que derrubou Goulart. A partir de 1964 foram reforçadas as condições materiais de subordinação do país ao capital estrangeiro.

Meu trabalho não é, pois, temática inédita. Este tema, no entanto, deve ser retomado constantemente diante de um contexto histórico marcado pela negação do passado e pela reafirmação de um projeto autoritário contra a classe trabalhadora.

Como negar a participação da imprensa na preparação do golpe no Brasil de 1964? Nas páginas de diferentes periódicos há a convocação para a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, a defesa explícita da “intervenção” militar nos diferentes editoriais, o discurso de combate ao comunismo em artigos e notícias aparentemente “neutros”.

Não é ocioso lembrar que sob as relações capitalistas de produção se destaca a contradição entre a democracia proclamada pelos ideólogos da burguesia e os interesses do capital. Não é incomum tratar as reivindicações dos trabalhadores organizados como “baderna” ou como manifestações de irracionalidade que coloca em risco a “natureza” do mercado e das relações sociais. Em outras palavras, a democracia burguesa não passa de uma abstração que nega, em todos os sentidos, a participação dos trabalhadores.

Sempre que os antagonismos se tornam sérios demais para serem tratados sob meios ‘consensuais’, abandonam-se os simulacros democráticos normais para preservar a relação de forças estabelecida no sistema global do capital, garantindo a permanente sujeição e dominação desses povos ‘rebeldes’ por meios nada democráticos (MÉZÁROS, 2009, p. 228).

Também é verdadeiro que as mesmas empresas que veicularam críticas contra o governo Goulart só consideravam como autênticas e legítimas as instituições formais da democracia liberal, como é o caso do Poder Legislativo ou mesmo a própria imprensa, que se autoproclamava como expressão verdadeira da opinião pública. Em outras palavras, os empresários da imprensa no Brasil, conforme a perspectiva de seus interesses empresariais, continuamente pautaram suas publicações de modo a forjar uma suposta “vontade popular”. Assim, os sindicatos, os movimentos populares ou mesmo as Ligas Camponesas não possuíam o mesmo espaço ou eram alvos de acusações pesadas. Dessa forma, a imprensa foi uma das trincheiras do projeto de ruptura. Sem a sua participação, a tarefa golpista teria sido mais árdua.

Além do exposto, as empresas jornalísticas aprovaram o golpe militar como meio de superação da crise e salvação da “democracia”. Nada além das fronteiras da ordem burguesa era aceito pelos porta-vozes da burguesia. Não é exagero afirmar que, para a grande imprensa, democracia era sinônimo de uma economia de mercado. A consequência é evidente: a classe trabalhadora deve renunciar suas demandas e rejeitar a orientação de classe dos sindicatos. Tratou-se de aprisionar os trabalhadores às regras estabelecidas pelo Estado burguês. Porém, quando lhe convém, a burguesia rasga as mesmas regras para garantir a reprodução do capital.

Os chamados “anos de chumbo” demonstraram que, para além da censura de diferentes órgãos de imprensa, houve colaboração de empresas do ramo que justificaram o golpe em nome dos abstratos “interesses da nação”. Registre-se que essa constatação pode ser evidenciada nas manchetes, editoriais e artigos de inúmeros periódicos. Não se descarta, entretanto, a existência de um aparato repressivo e de censura constituído pelo Estado por meio de suas instituições: Serviço Nacional de Informações (SNI) e todos os organismos adjacentes, tais como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), além de outros.

Por parte das Forças Armadas, com o objetivo de evitar possíveis questionamentos da ordem, buscou-se restringir ao máximo as informações consideradas espinhosas que não deveriam ir a público.. Era fundamental, para os artífices da ditadura empresarial e militar, o ocultamento da materialidade das condições de produção. Buscava-se esconder o caráter de exploração do capital sobre o trabalho, disposição que foi potencializada no período pós 1964. Mesmo diante da ocultação, o regime não poderia esconder, por tempo indefinido, as contradições internas presentes na lógica do capital.

Contudo, é importante ter clareza de que a prática da censura não foi uma via de mão única. Se havia restrições aos meios de comunicação, também é verdadeiro que o conteúdo do regime expressava os interesses da grande imprensa. Muitos empresários do ramo foram beneficiados com as orientações econômicas dos governos militares e ampliaram seu capital e seu espaço de influência. Não há como negar, por exemplo, o crescimento das Organizações Globo e seus vínculos com os governos militares.

Com poucas exceções, os veículos de comunicação funcionavam como correias de transmissão da máquina de propaganda ideológica anticomunista e antijanguista. Isto é, ao apresentarem o real social, atuavam nos conflitos e tomavam partido claramente [...]. Os *mass media* recolhem a matéria-prima (fato) que, reprocessada sob a forma de notícia, vai tecer um real próprio, específico do código informativo e capaz de gerar efeitos de poder” (MORAES, 1989, 130).

Registre-se a ocorrência da censura interna dos proprietários dos diferentes jornais, a qual se materializou por meio da linha editorial, impedindo que determinados jornalistas publicassem notícias consideradas inapropriadas ao regime. A propósito, a concentração de capital em conglomerados do ramo da informação contribuiu, de forma decisiva, para a redução de diferentes espaços de trabalho de profissionais e, concomitantemente, ampliou o controle sobre o que deveria ser publicado.

Assim, como meio de persuasão da opinião pública no período anterior e posterior ao golpe de 1964, a ideia do “perigo vermelho” foi amplamente difundida pela burguesia e seus organismos privados. São estratégias que se repetem em nossa história. Com novas roupagens, omitem a dor dos torturados, os assassinatos e o terror de Estado. Nesse sentido, é importante considerar que o passado não foi devidamente esclarecido e que o fim da ditadura no Brasil se revestiu como uma negociação que, na essência, preservou os criminosos que agiram sob o manto da proteção do Estado. Em outras palavras, o fim da ditadura não significou o fim da hegemonia burguesa em nossas terras.

Além do exposto, os movimentos populares pressionaram e ganharam espaço no final da ditadura, mas a negociação que colocou um fim aos governos militares foi desigual, pois, ainda que contestadas, as Forças Armadas possuíam a força das armas. Para impedir rupturas que colocassem em risco a hegemonia burguesa, prevaleceu a acomodação entre os próceres da ditadura e segmentos da oposição.

O fim melancólico da ditadura não colocou em risco a hegemonia burguesa, mas materializou-se em ações que objetivaram varrer para baixo do tapete da história os crimes da ditadura. Não por acaso, os governos que sucederam os militares pouco fizeram para elucidar o passado. Por isso, não deve causar estranheza os não tão recentes discursos em

defesa da ditadura que deve ter matado “uns 30 mil”¹ ou declarações da grande imprensa que, supostamente, resistiram ao avanço da ditadura. Essas questões não deixam dúvidas a respeito das feridas que jamais foram cicatrizadas. O passado não pode ser esquecido e a verdade deve ser esclarecida. Os longos 20 anos de ditadura só foram possíveis pelo apoio que tiveram e não podem passar impunemente pela história. As marcas das feridas continuam abertas e ainda podem ser sentidas em diferentes aspectos da vida social.

Ao mesmo tempo, não são novidades as disputas em torno da memória a respeito da ditadura civil-militar. De forma consciente ou não, a produção do conhecimento histórico é sempre um instrumento de luta política e uma manifestação concreta da luta de classes. A justificativa da ordem social ou seu questionamento atende a determinados propósitos sociais. Por meio do revisionismo histórico, os setores mais retrógrados aproveitam-se da conjuntura política para legitimar, de forma tenebrosa, a “Revolução de 1964”. Trata-se de um movimento perigoso que tende a demonstrar a “positividade” da ditadura e, ao mesmo tempo, ocultar a repressão e a violência contra os trabalhadores e estudantes.

No Brasil, mesmo diante dessas evidências terríveis, ainda ouvimos saudosistas e lacaios da ditadura militar, profascistas e fascistas, defendendo o horror, pedindo a volta dos militares. A mentira foi de tal envergadura que a ditadura militar de 1964, essa contrarrevolução burguesa ditatorial e autocrática, para recordar Florestan Fernandes (Fernandes, 1975), se autodenominou como “revolução”, como também nos lembrou Caio Prado Jr. (Prado Jr, 1966). A mentira começou desde o início, quando o golpe militar escolheu como data de menos que o controle social da produção, fora tanto do enquadramento social-democrático quanto do chamado “modelo soviético” (ANTUNES, 2017, p. 53)

A título de exemplo, o ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, afirmou que não houve golpe em 1964 e que os governos que se seguiram foram "um regime democrático de força", além de propor a mudança nos livros didáticos para "resgatar uma versão da história mais ampla" sobre os anos de 1964 a 1985 (VALOR ECONÔMICO, 3/4/19).

A entrevista de Ricardo Vélez, que não possui nenhum comprometimento histórico com a verdade, representa mais um golpe na produção do conhecimento histórico que pretende ocultar o caráter de classe da ditadura. Não é possível considerá-la como uma manifestação neutra de pressupostos ideológicos e políticos. Na verdade, a ação do ex-ministro expressa a articulação dos verdadeiros:

[...] intelectuais orgânicos da ordem neoliberal, já que sua revisão historiográfica é alimentada pela visão de mundo própria do consenso ideológico do fim da história. Não só é alimentada pois, ao rever o passado, esses intelectuais são também produtores dessa visão de mundo (MELO, 2006, p. 128)

¹ O tom parece irônico, mas cabe esclarecer melhor

É importante que se diga que a produção do conhecimento histórico é um terreno permeável aos interesses de classes, que atuam nas diversas e diferentes arenas da sociedade, nas quais o homem constrói o conhecimento. Trata-se de espaços inesgotáveis para as manifestações das disputas sociais, políticas e, especialmente, de registros das práticas do exercício da hegemonia. Combater, pois, o discurso revisionista que silencia sobre os crimes do passado, é uma tarefa urgente.

Em um artigo publicado em 2004, Caio Navarro de Toledo demonstrou que diferentes trabalhos acadêmicos contribuíram para reforçar a justificativa do golpe de 1964. Obviamente não se trata de posicionamentos ingênuos, mas um movimento ideológico que busca escamotear o caráter de classe da ditadura.

Na visão destes acadêmicos, na conjuntura de 1964, todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o golpismo: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado. Numa entrevista, o historiador Marco Villa afirmou existir uma identidade política entre esses agentes: o que unia “ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por (sic) golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango [...] tanto é assim que veio o golpe”. Num artigo, o autor opinou que a democracia, no pré-64, tinha muitos inimigos, sendo “atacada por todos os flancos”; “vivendo aos trambolhões”, acabou sendo destruída (TOLEDO, 2004, p. 34)

Tal revisionismo, ao considerar que as forças em disputa tinham como objetivo final o golpe, incluindo o presidente deposto, contribui para obscurecer os interesses de classe e a ação do imperialismo na derrubada de Goulart. Gaspari é outro autor, identificado por Toledo, com o revisionismo, repetindo a ideia de que todas as forças desprezavam a democracia.

“Ao cultivar o choque com o Congresso, Goulart dava a impressão de que pretendia atropelar a sucessão, como fizera Getúlio Vargas em 1937. Seus adeptos mais apaixonados chegavam a falar em “Constituinte com Jango” e a defender uma reforma política que lhe permitisse disputar a reeleição, vedada pela Carta de 1946. (...)

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. /.../ Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, 2002a, p. 49-51).

Ora, além de referendar o discurso de que Goulart tramava um golpe, argumento utilizado pelos vencedores de 1964, historicamente quem desprezou as regras da democracia liberal foi a burguesia, quando isso lhe foi conveniente. Em outras palavras, o revisionismo histórico tende a obscurecer, quando não desvirtuar, o sentido de classe do golpe, diluindo as responsabilidades históricas.

Na atual conjuntura política, as investidas dos grupos conservadores e reacionários, para moldar a narrativa em defesa da “revolução de 1964”, requer uma resposta que se posicione e denuncie seu legado nefasto. Registre-se que a alta hierarquia das Forças Armadas jamais se colocou à disposição para abrir a “caixa preta” dos crimes cometidos em nome das liberdades e da “civilização cristã” ocidental.

Enfrentar, no âmbito das lutas ideológicas, o projeto retrógrado, que não pode ser desvinculado da crise estrutural do capitalismo contemporâneo, requer a tarefa de manter acesa uma perspectiva que auxilie na compreensão do passado e na construção de um projeto societário que, na perspectiva da teoria da revolução marxiana, suplante a sociedade de classes.

Cabe enfatizar a presença de empresários de diferentes ramos, incluindo diretores de multinacionais, governadores de Estados, deputados e a embaixada dos Estados Unidos no processo de conspiração e execução do golpe e manutenção da ditadura por 21 anos. Nesses termos, René Dreifuss (1981) aponta para a intensa participação da burguesia associada ao capital externo na derrubada de Goulart.

O período de ação de classe organizada (...) se estendeu de 1962-1964. Politicamente significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em políticas e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do “esforço positivo” em que vários escritórios de consultoria e anéis burocráticos-empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando “um plano geral”, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça da sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas (DREIFUSS, 1981, p. 229).

A análise apurada da ditadura de 1964 não pode abstrair o caráter de classe do golpe que expressou a objetivação dos interesses do capital. Não é casual o revisionismo que pretende diluir as responsabilidades de um projeto que empobreceu a classe trabalhadora e tornou o país mais vulnerável às ações do capital estrangeiro.

É necessário que se afirme que nenhum torturador foi punido pelos crimes cometidos, da mesma forma como nenhum general/presidente foi responsabilizado pelo sequestro, assassinato de homens e mulheres ou pela ocultação de cadáveres nos cemitérios clandestinos, etc. De forma análoga, a participação de empresários que financiaram o terror de Estado não foi devidamente esclarecida e os governos civis, que sucederam o ciclo militar, não se dispuseram ou não tiveram forças para levar adiante um processo de responsabilização pelos crimes cometidos pelos agentes da ditadura nos templos da morte, com o auxílio financeiro de inúmeros empresários e banqueiros.

Diante das considerações acima, é fundamental que o conhecimento sobre o período seja público e divulgado, de forma que as novas gerações compreendam o significado do arbítrio e do terrorismo de Estado a serviço da burguesia. A verdade é um imperativo

necessário para as novas gerações e um instrumento de luta para superar as relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Seria preciso lembrar que, ainda hoje, o Estado burguês trata seus adversários com o chicote nas mãos e que a tortura continua presente nos porões das delegacias? Como negar a prática de detenções ilegais, execuções ou ocultação de cadáveres? Certamente, os revisionistas ou aqueles que relativizam a ditadura poderão afiançar que não há razões para investigar o passado e que o ressentimento deve ser deixado de lado.

Contudo, as evidências demonstram que a ditadura inviabilizou as lutas dos trabalhadores por meio de perseguições, encarceramento, tortura e assassinato de opositores. O fato é que, ainda hoje, constata-se sua permanência nas práticas institucionais, no legado autoritário, na estrutura jurídica, na violência policial contra os jovens das periferias, contra as lideranças de diferentes movimentos populares ou até mesmo contra trabalhadores. A repressão continua na ordem do dia. A rigor, as forças policiais do Estado, além das forças privadas, permanecem constantemente em luta contra os trabalhadores desarmados.

Além das considerações acima, na história do Brasil, embora nem todos tenham utilizado o recurso da violência para a ruptura da ordem constitucional, não faltam exemplos de golpes e do empenho das classes dominantes em promover o silêncio da voz dos trabalhadores. Em 1937 e 1964, foram instalados regimes de um Estado policial, com a supressão de direitos e a revogação dos preceitos da democracia liberal burguesa.

A liberdade defendida pela burguesia em 1964, assim como hoje, é aquela que se identifica com a manutenção irrestrita da propriedade privada e da exploração da força de trabalho (escamoteada pela ideia de livre negociação entre iguais). Não havia ameaça da dissolução das relações capitalistas de produção no Brasil, mas a intervenção golpista se fez para reforçá-la. Portanto, não há paradoxo em afirmar que se tratou de um golpe de corte liberal em defesa da conservação da ordem.

De fato, o golpe foi um dos artifícios da burguesia, em guerra permanente contra os interesses dos trabalhadores. Segundo Florestan Fernandes, os privilegiados não renunciam a seus privilégios e se exaltam por qualquer iniciativa popular. Além disso, a classe dominante no Brasil é “irmã siamesa” dos interesses imperialistas que também nos exploram e, diga-se, não possuem nenhuma razão específica para permitir a existência de uma sociedade que possibilite as divergências ou a participação dos trabalhadores nas decisões sobre os rumos da república. (FERNANDES, 1986)

Assim, no caso específico da conjuntura que levou ao golpe de 1964, é possível identificar a incompatibilidade das políticas reformistas de João Goulart, em um país marcado pela dependência estrutural. Nesse sentido, as Forças Armadas, com o consentimento do capital, apresentaram-se como árbitros de um conflito que chegou a um impasse. Esgotado o pacto populista e instaurada a ditadura do grande capital em sua plenitude, a ficção democrática foi mandada às favas por Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho e da Previdência Social, na oportunidade da imposição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. (VENTURA, 1988). Talvez tenha se esquecido de dizer que a democracia, muito antes da ação golpista de 1964, não passava de uma abstração para a burguesia.

Para uma ideia aproximada do significado da ditadura, basta lembrar que aproximadamente 400 pessoas foram executadas ou “desapareceram” por se envolverem em ações políticas de oposição ao regime. Somem-se a isso os assassinatos de 832 pessoas no

campo. (SOUZA, 2011). No entanto, apesar das evidências e dos numerosos assassinatos pelas forças de repressão, uma parte significativa da sociedade desconhece o tema.

Para além dos crimes cometidos ao longo dos 20 anos de ditadura, é impossível negar o aprofundamento das desigualdades sociais ocorridas naquele período, no Brasil. Não se tratou de um processo exclusivo dos governos militares, mas foi aprofundado por meio de uma série de medidas que beneficiaram fundamentalmente o capital estrangeiro. É notório que foram facilitadas as remessas de lucros para o exterior, revogadas as nacionalizações das refinarias particulares, além de restringir o crédito para pequenas e médias empresas.

Com o irrestrito apoio do capital, os golpistas imaginavam a constituição de uma ordem social e econômica de caráter liberal com a utilização do aparato militar, tal qual se desenhara há pelo menos duas décadas. No entanto, a utopia liberal se mostrou frágil diante do risco da estagnação econômica. A esperança de afastamento do Estado das atividades econômicas fracassou em favor da ampliação da burocracia estatal, materializada pela criação de uma série de empresas estatais, que facilitaram o ingresso de empresas estrangeiras. Não obstante, diferentes frações da burguesia brasileira foram beneficiadas por essa orientação do acúmulo do capital e do desenvolvimento das forças produtivas. (ROIO, 2014).

Nesse sentido, a ditadura desempenhou um papel histórico importante para hegemonia do capital monopolista no Brasil, qual seja, o de repressão dos movimentos e iniciativas identificadas com os trabalhadores. A vitória dos golpistas identificados com os interesses de classe da burguesia garantiu o aprofundamento da exploração do capital sobre o trabalho e manteve o Brasil subordinado aos interesses do imperialismo.

Existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes do processo econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista (IANNI, 1974, p. 172).

Assim, o ônus da política econômica empreendida pela ditadura ficou mesmo para a classe trabalhadora, cuja força de trabalho foi submetida ao arrocho salarial e ao cerceamento das atividades sindicais. Para que as tensões fossem reduzidas de forma aceitável ao capital, fez-se necessário amordaçar os sindicatos urbanos e os do campo, amordaçar o movimento estudantil e construir um consenso em torno dos governos militares, para os quais a imprensa ocupou um papel estratégico.

No aspecto dos partidos políticos, ocorreu um processo de enquadramento dentro das normas aceitáveis pela ditadura. A única forma de representação legítima considerada eram os partidos oficiais, organizados sob uma legislação restritiva, que esvaziava qualquer iniciativa mobilizadora dos trabalhadores.

A burguesia e seus intelectuais falsificaram deliberadamente a verdade ao classificar os governos militares como expressão da vontade popular, o que significou, na prática, a ditadura do grande capital. Ora, negar as evidências do passado ou relativizar os assassinatos cometidos em nome do combate ao comunismo são mecanismos típicos de ocultação da verdade que servem a propósitos de dominação. O ponto de partida dos historiadores, por mais distante dele que possam alcançar, é a diferença capital e, categoricamente central, entre o fato comprovável e a ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não são (HOBSBAWM, 1997).

Diante das considerações acima, a ditadura não foi uma ficção e não deve ser relativizada. A vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, é real e lá se materializou o destino dos homens e mulheres mortos pelas forças de repressão. Em “Pequena memória para um tempo sem memória”, Gonzaguinha denunciou algo que já se sabia muito antes da descoberta, em 1990, da vala clandestina de Perus.

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Dessa crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
E tantos são os homens por debaixo das manchetes
São braços esquecidos que fizeram os heróis (GONZAGUINHA, 1980).

É importante reforçar que logo após o golpe, o Estado policial armado pela burguesia já se encarregava de perseguir os considerados subversivos. Não por acaso, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Estadual dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, a Juventude Universitária Católica (JUC), entre como outras entidades foram atingidas pelo aparato repressivo. A título de exemplo, Gregório Bezerra, uma das lideranças do Partido Comunista Brasileiro, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife.

Não há como negar a história. A ditadura não foi uma ficção. A vala clandestina de Perus é real e lá foram enterrados homens e mulheres mortos pelas forças de repressão. A vala expressa o ocultamento da verdade que as Forças Armadas e inúmeros organismos da sociedade civil teimam em negar.

De forma análoga, ainda que se considerem as diferenças entre os variados periódicos, não há como negar o papel desempenhado pela grande imprensa na

desestabilização do governo Goulart e na defesa da ordem burguesa. Não se negue também que a ampliação dos níveis de desigualdade e miséria, o sucateamento da educação e o golpe de Estado não devem ser dissociados da lógica da inserção, de forma subordinada, do Brasil no mercado mundial. Sem dúvida, a ditadura civil-militar ampliou as desigualdades sociais, perseguiu e assassinou oponentes, utilizou-se da tortura e estimulou a violência.

A derrubada do governo Goulart, eleito pelas regras constitucionais de 1946 e a instauração de um regime pautado na censura, cassação de direitos e terror não foi obra exclusiva de homens fardados. Muitos atores sociais, incluindo a grande imprensa, se autoproclamaram como membros da resistência ao arbítrio, escondendo suas ações que legitimaram o golpe.

Diante da imagem de resistência da imprensa ao regime militar, cabem duas perguntas: A ideia de que todos foram vítimas ou resistiram é verdadeira? Para responder à questão, nada como oferecer a palavra a Octávio Frias de Oliveira, proprietário da Folha de São Paulo.

As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão a nossa linha de conduta.

Como o pior cego é o que não quer ver, o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele.

Nunca ouve.

E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lucido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/09/1971).

A segunda pergunta: teria sido o Estado militarizado uma opção exclusiva das Forças Armadas contra a vontade dos órgãos de imprensa e de amplos setores da burguesia? Sem dúvida, ocorreram divergências, mas não a ponto de negar a natureza do Estado implementado a partir de 1964. Dessa forma, o silenciamento sobre o passado deve ser entendido como uma estratégia de “esquecimento” que convém à manutenção da hegemonia burguesa.

Uma das evidências mais claras do colaboracionismo da grande imprensa com a ditadura foi o desenvolvimento de uma imprensa alternativa, muitas vezes sob a organização de jornalistas e intelectuais que não compactuavam com a barbárie. Não será o caso de analisá-la no presente trabalho, mas cabe destacar que se constituíram em uma trincheira multifacetada de diferentes segmentos, com publicações regionais ou mesmo de caráter nacional.

Isso posto, para atender, de forma satisfatória, os propósitos deste trabalho, que é o de compreender a atuação dos periódicos em criar a adesão ao regime, foi feita opção pela análise da atuação da grande imprensa que legitimou, através de manchetes, editoriais, artigos, notícias, pronunciamentos e entrevistas das lideranças civis, o golpe de 64. Fez-se necessário contextualizar historicamente o debate presente nos diferentes jornais e o posicionamento político da empresa. O material foi selecionado considerando como critério o nível de conexão para o objetivo do presente trabalho.

Foram considerados, fundamentalmente, os artigos e notícias que expressaram, de alguma forma, a relação direta ou indireta da busca do consenso para a intervenção militar e a defesa de estratégias para a construção de uma suposta valorização da liberdade, democracia e desenvolvimento econômico. Isso significa que as matérias estampadas nos periódicos não são consideradas descoladas das contradições de classe que a forjaram.

É importante ter clareza de que a ideia de defesa dos ‘interesses gerais’ estampados nas páginas dos periódicos expressam um posicionamento político e ideológico diante de determinadas questões colocadas pela sociedade. Dessa forma, ainda que a imprensa se apresente aos leitores como impessoal, apartidária, apolítica ou como porta-voz da “opinião pública”, não há como negar a existência de uma orientação de classe que lhe serve de bússola. Assim, sua utilização como fonte possibilita aos pesquisadores o levantamento de uma série de questões, tais como, projetos e organização da sociedade, papel educativo da imprensa, disseminação de valores, etc.

A imprensa escrita como fonte para a história da educação: breves apontamentos

Pergunte sempre a cada ideia: a quem serves?
(Bertold Brecht)

Já se tornou uma obviedade a compreensão de que toda produção humana, que se apresenta como vestígios das ações dos homens ao longo de sua história, pode ser classificada como fonte. Dessa forma, documentos textuais (cartas, obras literárias, processos criminais, a legislação, revistas, jornais, crônicas, registros de viagens), vestígios arqueológicos, objetos, pinturas, entre outros, contribuem como pistas sobre o passado que se deseja compreender.

Contudo, a existência das fontes não implica, necessariamente, no acesso ao conhecimento sobre o passado. Elas se constituem no ponto inicial da pesquisa, no ponto de apoio para a construção e a compreensão do objeto histórico estudado. É fundamental saber problematizá-las a partir das circunstâncias históricas em que foram produzidas, dentro de um determinado contexto econômico, social, cultural e político.

É adequado destacar que as fontes não foram produzidas como fontes. No caso específico da imprensa, os textos jornalísticos atendem a determinadas demandas sociais e projetos de classe. Assim, não foram escritos intencionalmente para constituírem-se como fontes para um determinado pesquisador. São as indagações que o historiador faz ao material que lhe conferem o sentido de fonte. Que projetos estão inseridos no texto? Quem publicou? Qual a linha editorial do jornal pesquisado?

As empresas privadas de informação geralmente constroem uma autoimagem de representantes dos interesses públicos nos diferentes espaços da sociedade. A suposta “neutralidade” dos órgãos de imprensa cria a ilusão de que os periódicos apresentam os fatos de forma imparcial e objetiva. Porém, ao recriarem a realidade de acordo com os interesses de determinadas frações de classes, os jornais buscam exercer a influência política e pautar as discussões que lhe são convenientes. É importante distinguir, nas notícias ou artigos publicados, a diferença entre o real e a reconstrução do real, pelas lentes ideológicas do grupo empresarial que os publicaram.

O caráter ideológico da interlocução entre o jornal e seus leitores, que se apresenta por meio do diálogo com o “povo”, é fundamentalmente um artifício de difusão dos interesses de classes, que são apresentados como os interesses da “nação”. Não por acaso, como foi o caso do golpe de 1964, expressões do tipo “família brasileira”, “opinião pública”, “interesses nacionais” foram amplamente utilizados para justificar os interesses mesquinhos da burguesia.

Ora, a imprensa não analisa e descreve um fato para seu público descolada da luta de classes e da realidade material que o forjaram. É importante, também, considerar, notadamente no jornalismo, que o caráter ideológico, nem sempre explicitado, se faz presente. Essa forma de atuação se assemelha a um discurso pedagógico que faz a mediação entre as informações e seu público leitor. Geralmente esse procedimento se faz negando as contradições de classes e naturalizando as relações sociais.

Assim, em busca constante pelo consenso, o capital procura atenuar os conflitos sociais por meio de uma série de instituições privadas de hegemonia, entre as quais se

encontra a imprensa. Ou seja, não existe posicionamento “neutro” nos jornais. A produção que aparece nas páginas dos diferentes jornais é socialmente determinada pelas relações materiais concretas. Compreender o posicionamento político e ideológico de um órgão de imprensa - o que vale também para outras fontes escritas - em relação ao objeto de pesquisa estudado, permite um maior esclarecimento dos fatos.

Nota-se que os editoriais, artigos ou notícias, que constituem a prática cotidiana dos jornais, inserem-se numa determinada lógica que auxilia na compreensão de um determinado contexto histórico. A imprensa é parte de uma totalidade que deve ser analisada e compreendida. É por meio da ação intencional do pesquisador que o passado emerge e apresenta pistas para sua compreensão. Assim, “[...] é preciso destacar que o historiador elege, organiza e interpreta suas fontes em conformidade com suas opções metodológicas e teóricas” (LOMBARDI, 2003, p. 13).

A partir das contribuições de Lombardi e da perspectiva teórica que orienta este trabalho, faz-se necessário ter clareza de que a produção jornalística não se encontra desvinculada da realidade material que a forjou. Dessa forma, as manchetes, os editoriais, ou mesmo as reportagens, são partes integrantes de um determinado contexto histórico, e, dependendo dos interesses que permeiam a linha editorial da empresa, expressam visões diferentes ou mesmo antagônicas de um mesmo fato, além de ocuparem um papel destacado na difusão de ideias e valores dentro do desenvolvimento do processo histórico.

A totalidade é aberta. Ligada ao movimento, está sempre em processo no seu desenvolver. Isto não significa uma realidade informe, inefável e abstrata, mas sim que o movimento está aí, presente com suas contradições imanentes, e conduz a realidade a formas superadoras de si mesma. A contradição é real nas próprias coisas. A essência das relações reais é ser luta ao mesmo tempo que relação, dentro da relatividade do movimento. Por isso a totalidade é aberta [...].

A totalidade concreta, contudo, não é algo que tenha uma existência em si. Ela é o processo de criação de sua estrutura porque é vista como uma produção social do homem. Isto quer dizer que a totalidade concreta implica na historicização dos fenômenos, ou seja, impõe-se pensá-la não a partir de si própria, mas a partir de totalidades concretas”. (LOMBARDI, 1987, p. 37)

O postulado da concepção materialista da História são os indivíduos concretos e suas condições materiais de vida que podem ser verificadas empiricamente. São homens reais que produzem a existência, um determinado modo de produzir por meio da ação ativa diante das necessidades. Trata-se, deste modo, de não afirmar abstratamente quem é o homem para, em seguida, esclarecer a prática, investigando como o homem se produz historicamente por meio das relações sociais. O ponto de partida da análise é a prática social.

Ao pesquisar os debates presentes na imprensa, é importante compreendê-la como parte constitutiva da totalidade social. Caso se considere um dado objeto de estudo como síntese de múltiplas determinações, pode-se pensar a imprensa como constituída e constituinte dessas mesmas relações sociais. Nessa perspectiva, parte-se do postulado de que as contradições presentes no capitalismo perpassam todas as instâncias da sociedade, o que inclui a imprensa.

Não se trata de explicar a imprensa por ela mesma, a partir de sua lógica interna. É irrealizável compreendê-la isoladamente, distante da realidade material marcada pelas contradições, pelas múltiplas determinações de classe em que se insere. Em outras palavras, “na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas.” (CURY, 1987, p. 33)

É importante compreender o debate em suas páginas e sua articulação com os projetos societários em disputa. Ora, tal qual uma dada realidade histórica, o capital procura incessantemente a reprodução de suas relações de produção. Esse movimento não se faz tão somente na produção material da vida, mas também pela construção do consenso que é permeado pelas contradições da luta de classes e pela correlação de forças sempre provisória dos grupos em conflito.

Compreende-se, portanto, que as ações da imprensa se encontram, ao longo da história, invariavelmente em aproximação ou divergência diante dos interesses de Estado. Por vezes defende com veemência os dirigentes do Estado, mas, em outras, faz-lhe oposição, de acordo com seus interesses empresariais. Para que nunca seja esquecido, é importante lembrar o exemplo das Organizações Globo, que se colocaram frontalmente contra o governo Goulart para, em seguida à sua deposição, apoiarem entusiasticamente os governos militares.

Os conteúdos presentes nos periódicos obedecem, dessa forma, ao critério de uma seleção editorial da empresa que controla o jornal, que, por sua vez está umbilicalmente ligada a determinados interesses de classes. A matéria ou editorial presentes em suas páginas são, pois, orientadas por diferentes objetivos, seja dos patrocinadores, do jornalista, do editor, ou mesmo do governo. Qualquer informação, por maior que seja a ambição de ser isenta e imparcial, não alcança tal objetivo.

Cabe apontar, ainda, que entre as seções dos periódicos, uma em específico - os editoriais - apresenta como objetivo claro as discussões dos grandes temas que envolvem o país, com posicionamento claro da direção da empresa. Nesse espaço o jornal coloca, ainda que se declare isento, a defesa de determinados projetos que orientam suas publicações.

Isso posto, a partir do materialismo histórico e dialético, a apropriação dos conteúdos, notícias e debates presentes na imprensa realiza-se amparada em algumas referências conceituais. Para que não se limite a uma simples descrição factual, sem conexão com as formas de organização da vida em sociedade, faz-se necessário que a teoria se vincule a uma práxis social. Assim, uma análise rigorosa da imprensa deve considerar os conceitos de Estado, as determinações econômicas, as contradições sociais que se manifestam nas páginas dos jornais e a circunscrição da historicidade dos problemas presentes nos conteúdos publicados.

Para Saviani (2013), os documentos selecionados só adquirem o estatuto de fonte diante do pesquisador quando, ao formular seu problema de pesquisa, ele demarca aqueles dados a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas.

Impõe-se, pois, que o historiador tenha recursos teóricos para problematizar e interpretar as questões, articulando-as ao processo histórico marcado pelas disputas e contradições de uma sociedade de classes. Parte-se do princípio de que as fontes possuem dados importantes para a compreensão de uma determinada realidade, mas nem sempre esses dados se apresentam de forma clara. Os jornais, assim como outras fontes, são derivados das determinações históricas que precisam ser apreendidas no processo de pesquisa, uma vez

que não estão prontamente explícitas na documentação. Isso significa que o pesquisador necessita compreender a história e analisar o desenvolvimento do processo em que se insere o objeto de estudo.

Compreender a imprensa, a partir desses postulados, implica considerá-la como um organismo ativo que participa dos embates da história do capitalismo, tomando partido de determinados setores sociais e não simplesmente como reprodutora de notícias nas diferentes circunstâncias históricas. Trata-se, igualmente, de entender que, dependendo da conjuntura política, a imprensa assume o papel de defesa de diferentes forças sociais ou atua como fórum da articulação política desses projetos.

Em sua trajetória histórica no Brasil, a imprensa constituiu-se em um espaço privilegiado na defesa do liberalismo, enquanto proclamava-se, aos olhos dos leitores, como instituição neutra e acima dos conflitos da sociedade. Contudo, inúmeras pesquisas demonstram que a proclamada imparcialidade não passou de palavras vazias. Assim, a defesa intransigente da liberdade de imprensa em nome dos valores democráticos não passou de um eufemismo para a liberdade empresarial em divulgar seus interesses e, de forma conveniente aos seus interesses, fiscalizar as ações do Estado.

Segundo Tânia de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegera como digno de chegar até o público”. (LUCA, 2011, p. 139). Por isso, é importante compreender que as ideias em geral e, especificamente na imprensa, não possuem existência própria, mas constituem-se como parte integrante da superestrutura. Os valores e as ideias das classes dominantes circulam pelas colunas, editoriais e notícias estampadas nos jornais.

É forçoso repetir que a imprensa não se explica por si mesma. É fundamental o conhecimento das circunstâncias históricas dos embates travados por meio da imprensa.

Mas a nossa concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...]. É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem (MARX; ENGELS, 2010, p. 107).

A partir dos postulados epistemológicos do materialismo histórico e dialético, a compreensão do movimento da história só é possível a partir da correta análise do desenvolvimento das forças produtivas, das lutas entre as classes antagônicas e do papel assumido pelo Estado no âmbito da sociedade de classes. Além disso, é fundamental não reduzir a história aos fenômenos isolados e desconectados da realidade material que a forjou.

Cumprido recordar que, quando trabalhou na redação da *Gazeta Renana*, veículo de imprensa identificado com o liberalismo no início da década de 1840, Marx se defrontou com questões sociais, políticas e econômicas que marcaram sua trajetória política e intelectual. Durante seu período de atuação no jornal, pôde observar que o Estado não se constituía na expressão da vontade geral, mas dos interesses de determinados grupos. Afinal, por que preservar os interesses privados dos proprietários fundiários e punir camponeses empobrecidos que colhiam lenha para sobrevivência? Nesses termos, Marx inicia a trajetória que o levará à ruptura total com o pensamento de Hegel.

No Prefácio “A contribuição à crítica da economia política”, Marx tece os seguintes apontamentos.

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais da vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo os precedentes ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política (MARX, 1982, p. 301).

Sob esse aspecto, compreender a precedência das relações materiais é reconhecer um estatuto ontológico. As ideias presentes na imprensa possuem um certo grau de autonomia, mas não podem ser desvinculadas das práticas sociais de uma sociedade marcada pelos antagonismos de classes.

Dados os vínculos entre as relações econômicas, políticas e sociais, cabe ressaltar que a imprensa não está imune às disputas presentes em uma sociedade de classes. A atuação dos diferentes jornais expressa os interesses envolvidos nos embates de sua época. Ao selecionar o que deve ser noticiado, ao posicionar-se diante dos projetos em disputa, os jornais buscam difundir uma visão de mundo direcionada por uma certa forma de interpretar e compreender a sociedade. Trata-se de um organismo da sociedade civil que reflete a forma e as contradições presentes em uma sociedade de classes.

Portanto, ao se debruçar sobre a imprensa como fonte da história, não se deve compreendê-la como expressão da verdade, nem tampouco como representação alterada da realidade. Em uma perspectiva gramsciana, os jornais podem ser considerados como aparelhos privados de hegemonia de uma determinada classe social, cujos intelectuais ocupam a trincheira na defesa de determinados projetos de sociedade.

Nesses espaços, a linha editorial da empresa e seus jornalistas, interlocutores da sociedade, manifestam, de forma muito clara, suas opiniões, completamente distantes da neutralidade. Trata-se, antes de tudo, de uma manifestação concreta da forma pela qual os homens encaminham suas respostas para determinados problemas sociais.

Nesse sentido, a proclamada independência e imparcialidade significam, na verdade, a defesa do capital e seus postulados, tais como a propriedade privada, a livre iniciativa, a economia de mercado, entre outros. Além desses aspectos, qualquer movimento que questione a ordem é apontado como inexecutável ou irresponsável com o progresso e a normalidade. Por isso, não cabe ao pesquisador apenas reproduzir mecanicamente as ideias presentes na imprensa. Se esse fosse o procedimento, o papel do historiador que investiga seria puramente passivo. É necessário ir além das aparências, daquilo que foi escrito e buscar apreender a essência.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas determinações mais desenvolvidas. [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...]

Totalmente ao contrário da filosofia alemã que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

A abordagem de Marx e Engels, compartilhada neste trabalho, não é neutra nem isenta de uma perspectiva de classe. A formulação de categorias não são meras entidades do pensamento abstrato. O conteúdo da imprensa ou o posicionamento editorial dos diferentes periódicos, como expressão de uma prática social que comporta diferentes perspectivas e projetos de classe, opera, de forma análoga a um partido político, com a função de direcionar e organizar a opinião pública, a partir de uma dada compreensão ideológica, que nem sempre é explicitada.

Trata-se de compreender a imprensa como uma trincheira de determinados grupos que buscam, a partir de uma realidade concreta construída historicamente, intervir na vida social. “Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.” (MARX, 2009, p. 126). Rejeita-se, aqui, toda e qualquer forma idealística de compreensão do papel desempenhado pela atividade jornalística.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (LUCA, 2008, p. 118)

Pode parecer óbvio, mas o pesquisador que trabalha com a imprensa deve ter ciência de que um jornal, independente da linha editorial, está inserido em uma teia de relações que envolvem interesses materiais das classes fundamentais da sociedade. Não basta, portanto, analisar os conteúdos dos periódicos de forma mecânica, sem estabelecer vínculos entre as formas de produção com a hegemonia das classes dominantes, sem fazer conexões entre o debate estampado nas páginas dos jornais e os projetos políticos e sociais, sem levar em conta as reações ou resistências presentes no interior da sociedade.

É fundamental ter o cuidado redobrado na garimpagem e seleção do material a ser pesquisado. Diante da grande imprensa ou dos periódicos de menor expressão comercial ou social, organizados em empresas capitalistas ou constituídos de forma amadora, sem patrocínios, cabem os questionamentos do pesquisador: A qual público se dirige? Quais projetos sociais defende? Em que contexto histórico formularam sua linha editorial?

Diante das considerações acima, por quais razões se deveria ater ao estudo do papel da imprensa no processo de legitimação do golpe e da ditadura que se seguiu? Existem diferentes respostas para o questionamento, mas compartilhamos da ideia de que a imprensa

serviu como um dos pilares para a justificativa do golpe, ao levantar acusações infundadas, omitindo o caráter golpista da campanha contra Goulart, forjando um clima aterrorizante, afirmando que a educação seria um alvo prioritário dos “esquerdistas”, ou mesmo que a liberdade de culto estaria com os dias contados, se os comunistas conquistassem seus objetivos.

Esquecer esse aspecto é uma forma de ocultação da verdade em um momento em que se exaltam as supostas virtudes da ditadura civil-militar. Além disso, a hegemonia burguesa não nasceu descolada das condições de exploração de uma classe sobre a outra.

Considerando o espaço da grande imprensa na produção do consenso burguês e das ilusões pueris sobre seu papel na defesa dos interesses gerais, retomar a produção de Marx e Gramsci é uma tarefa fundamental para se compreender o caráter de classe dos grandes jornais e sua sintonia com os interesses do capital. Assim, a liberdade de imprensa em uma sociedade capitalista nada mais é do que a liberdade empresarial de controlar, por meio do poder econômico, o que deve ou não ser noticiado.

Ora, o discurso político e ideológico dominante tende a reproduzir os interesses da classe dominante, radicados nas relações materiais. Para sustentar o domínio econômico sobre os trabalhadores, o Estado burguês se utiliza do aparato coercitivo: o exército, a polícia, as prisões, que só devem ser acionados em momentos de tensão, pois podem colocar em risco o domínio de uma classe sobre a outra. Porém, a dominação burguesa não se restringe ao uso da força. É necessária a produção de um consenso social que proporcione a interiorização da ideologia dominante pelos trabalhadores. Desse modo, é útil recordar o que Marx e Engels já assinalaram em “A ideologia alemã”:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ele estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

A leitura de “A ideologia alemã” demonstra que não são as ideias o motor da história. Os fatores ativos dos processos de mudanças sociais devem ser compreendidos a partir das transformações das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si, ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas, com o propósito de satisfazer suas necessidades materiais. É a sociedade civil que cria o Estado. Nesse aspecto, foi a partir dos interesses da burguesia, que se fizeram presentes em diferentes arenas da sociedade, que o golpe de 1964 foi arquitetado.

Nos Grundrisse, Marx destacou que:

A abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. As relações só podem

naturalmente ser expressas em ideias [...]. Do ponto de vista ideológico, [...] esse domínio das relações [...] aparece na consciência dos próprios indivíduos com o domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, i.e., dessas relações reais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes (MARX, 2011, p. 112).

Ora, a pesquisa da História ou da História da Educação, que se faz por meio da imprensa, e alicerçada no materialismo histórico dialético, deve ter clareza de que a ideologia não é uma expressão desvinculada da realidade em que foi forjada. Em outras palavras, os conteúdos presentes nos periódicos, enquanto objetos de estudo, constituem-se em objeto concreto por serem produto das ações dos homens a partir de uma determinada realidade social.

O objeto deve ser compreendido como síntese de múltiplas determinações. A imprensa deve ser compreendida como expressão das ações dos homens inseridos em uma sociedade marcada pelas lutas de classe. Não se pode fazer uma análise aprofundada dos debates promovidos pela imprensa, desconsiderando as formas de produção da existência.

Em oposição ao que pretendem os ataques e as críticas contra a produção de Marx e Engels, o enfoque da instância econômica não se materializou como uma perspectiva economicista, considerando que não se isola da dinâmica social em seus diferentes aspectos. É importante advertir sobre a coerência dos autores com a concepção do materialismo histórico, pois as relações econômicas, constituindo-se na base da vida social dos homens, não existem senão vinculadas a todos os aspectos da vida social, os quais, por sua vez, sob formas diferenciadas, são manifestações da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo (GORENDER, 1985).

Retomar as discussões presentes nos periódicos torna-se um meio de compreender as especificidades reveladoras de sua ideologia. É preciso, pois, compreender que a imprensa, enquanto empresa capitalista, para manter-se no mercado, precisa vender jornais e anúncios para um determinado público, vinculando-se visceralmente às grandes forças econômicas da sociedade, o que, obviamente, implica no não questionamento da ordem burguesa. Torna-se também um organismo privado de defesa dos interesses de determinados grupos, contribuindo para a difusão de determinados pontos de vista, fortalecendo e ou movendo os leitores de sua certeza. É o espaço de circulação de opiniões e, dessa forma, passa pela educação, em seu sentido restrito e amplo.

Aceitando os órgãos de imprensa como trincheiras de construção da hegemonia burguesa, expressão dos interesses de classe e dependente das verbas de publicidade do setor público e estatal, é evidente que suas páginas contenham a defesa de um projeto identificado com o liberalismo econômico. Por isso participaram ativamente na derrubada de Goulart, na construção de uma imagem de democracia do movimento golpista de 1964.

Obviamente, a escolha de articulistas nos grandes jornais não se faz por meio de um processo desvinculado dos interesses ideológicos dos empresários do ramo. Com as exceções de praxe, que contribuem para dar uma abstrata aparência de diversidade e liberdade de opiniões, as empresas de comunicação buscam neutralizar, por meio do espaço cedido aos intelectuais que articulam os grandes temas de interesse da burguesia, a ideologia que lhe é oposta. O que é publicado e o que deve ser ocultado, tal qual a forma como é dado o destaque

para determinada notícia, parte de premissas ideológicas, contribuindo muito para a naturalização das relações sociais.

Nesse aspecto, compete advertir que os periódicos, ainda que se considerem as atividades jornalísticas, contêm um aspecto educativo. Por suas páginas, toma-se conhecimento das leis, textos de opinião, debates, conflitos, etc. Entende-se que a imprensa não é um segmento isolado da realidade social na qual se insere, mas a materialização de um instrumento de intervenção de uma determinada classe.

Portanto, a sua utilização como fonte da história e, mais especificamente, como história da educação, não pode desconsiderar os interesses de classe presentes na orientação editorial, ainda que os jornais se apresentem como representantes dos interesses da sociedade. Essa característica é ainda mais marcante em um país como o Brasil, por se tratar de uma sociedade profundamente desigual e conservadora, na qual o espaço de manifestação é restrito a poucos.

Vale ressaltar que a escolha da imprensa como fonte de pesquisa está vinculada a um dado que parece fundamental: no transcorrer do período republicano em terras brasileiras, o jornalismo se profissionalizou e também se tornou um instrumento de poder e de construção da hegemonia. Não se trata apenas de empresas privadas, com seus respectivos interesses econômicos e financeiros como outra qualquer, mas de um espaço de articulação de interesses dos grupos fundamentais da sociedade.

Além do exposto, a imprensa, em qualquer momento da história, reflete as tensões e contradições presentes na sociedade. Jornais, revistas, folhetins informativos e outros veículos de comunicação são fontes históricas que expressam problemas de uma determinada época sob a perspectiva de uma determinada classe. Trata-se também de um instrumento de construção ideológica, quando reafirma cotidianamente sua hipotética imparcialidade, ou seja, falar em nome dos interesses do povo.

Dessa forma, os artigos e notícias produzidos pela grande imprensa constituem-se, em grande parte, como instrumentos de defesa dos interesses dominantes. Tais documentos expressam diretrizes das formas burguesas de enxergar a sociedade. Cotejá-los com fontes produzidas por outras organizações, tais como fundações empresariais, órgãos de estados ou mesmo de intelectuais, é importante para o estudo do fenômeno que se pretende compreender. É fundamental ter clareza de que os debates travados nas páginas dos diferentes periódicos não se fizeram descolados da realidade material em que foram forjados. A utilização de jornais, como fonte para compreensão da história, não tem como desconsiderar o viés ideológico, presente na direção do periódico e no período de sua publicação.

Essa metodologia parte da imperiosa necessidade de analisar, permanentemente, o conflito (disputa) entre os distintos segmentos ou frações das classes dominantes para controlar as agências do Estado, em seu sentido estrito, e nelas inscrever seus projetos e demandas específicos, nem sempre coincidentes entre si (MENDONÇA, 2006, p. 202).

As ideias e projetos defendidos nos jornais não são imunes aos embates travados em sua sociedade de classes, atravessam as concepções científicas, filosóficas, jurídicas, religiosas, políticas, etc. Dessa forma, a utilização da imprensa como fonte não deve ser confundida

como expressão da verdade dos fatos, mas entendida enquanto registros ou testemunhos dos fatos históricos diante de uma determinada realidade concreta, cujas características se deseja compreender.

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento da história. [...] Ela não tem a necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas de consciência não podem ser dissolvidas por obra da crítica espiritual, por dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (MARX; ENGELS, 2007, p. 42-43).

Nesse sentido, ao selecionar textos contidos em um ou mais periódicos, o pesquisador deve levar em conta que seu teor não é uma fonte “pura” e imune aos interesses e conflitos de classes. É fundamental problematizar seu conteúdo e buscar as razões do seu silenciamento diante da escolha de determinados temas. Não é possível isolar as ideias presentes na grande imprensa como manifestações separadas das contradições sociais. Trata-se de compreender a imprensa como mecanismo de intervenção na vida social. Ela atua como um partido de determinados interesses.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta como linguagem da política, das leis, da moral da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Cabe ao historiador desvelar, por meio da seleção, os elementos cruciais que constituem a realidade concreta em que ocorre o fenômeno estudado. Trata-se de ir além do que é proclamado pelos jornais e realizar o exame de suas práticas políticas, para se compreender a distância entre o que é defendido como democracia e o que se concretiza na prática. É importante considerar as circunstâncias econômicas, políticas e sociais do momento específico que abarca a pesquisa.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

É imprescindível dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Afinal, a narrativa construída pelos grandes órgãos de imprensa dos anos 1960 apresenta um comportamento curioso: além de eles silenciarem sobre o apoio dado ao golpe e aos governos militares, apresentam-se como expressão de uma resistência ao regime militar. Não houve tal fato. Pelo contrário, foram cúmplices da construção da ditadura.

Analisar os conteúdos ideológicos presentes nas páginas dos periódicos de grande circulação do período constitui uma contribuição para se compreender o caráter da imprensa e os interesses envolvidos, visualizando a educação para além das fronteiras eminentemente pedagógicas. Partindo dos postulados do materialismo histórico e dialético, busca-se, por meio de uma análise concreta, as condições históricas em que foram produzidos os jornais. Desse modo, procura-se demonstrar as formas de convencimento, o movimento ideológico de difusão de visões de mundo, por meio de seus nexos com o processo de produção social, tal qual produzidos pela imprensa, que não está descolada dos antagonismos de classe e dos interesses do mercado.

No contexto histórico dos anos 1960/1970, verifica-se a utilização frequente de temas que serviram ideologicamente para legitimação do golpe e da ditadura que se seguiu: defesa da pátria, civilização cristã, família, liberdade, entre outros, em oposição ao “comunismo ateu” Assim, o conjunto da produção editorial dos diferentes periódicos que estiveram presentes no Brasil no período em estudo, reflete não apenas as questões políticas, mas também os valores e os conteúdos que as respectivas empresas desejam preservar.

Nas circunstâncias históricas do período,

Os maiores jornais do país, sobretudo aqueles do Centro-Sul, onde se localiza o quartel-general da mídia golpista, e os militares, com os quais os dirigentes da imprensa se reuniam. Thomas Skidmore diz que o golpe de 1964 foi festejado pela maior parte da mídia brasileira, citando os jornais que lutavam abertamente pela deposição do governo Goulart: Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, além da cadeia de revistas, jornais e emissoras de rádio dos Diários Associados. Havia uma ordem unida para tanto. E ponto final. Não se trata de teoria conspiratória, mas sim da conspiração na qual a imprensa brasileira estava metida dos pés à cabeça (JOSÉ, 2015, p. 31).

Foram comuns manchetes, notícias e artigos contra o projeto político e social representado por Goulart. Tratou-se, sem dúvida, de uma campanha ininterrupta para sua deposição e contra tudo o que representava real ou imaginariamente o avanço das lutas dos trabalhadores.

Concomitantemente, a imprensa, ao vincular o desenvolvimento com a formação do trabalhador, também difundiu as teses presentes da Teoria do Capital Humano para a educação. Transmitem-se a ideia de formação do “bom cidadão” e de promoção da igualdade de oportunidades por meio da escola. Enfatiza-se aqui a convergência com a Doutrina de Segurança Nacional, na medida em que associa o crescimento econômico com a elevação do nível de escolaridade da população.

É preciso esclarecer que as matérias publicadas nos diferentes jornais não apresentaram uma unidade em todo o período da ditadura. Evidentemente, havia divergências nem sempre evidentes diante de um olhar desatento. As diversidades explicitam as diferenças entre os respectivos projetos. Se houve unidade na derrubada de Goulart, a coalizão golpista já apresentava divergências dentro das Forças Armadas e mesmo na imprensa. Se por um lado, os militares identificados com a chamada “linha dura” defenderam a prorrogação do prazo para cassação de mandatos, o grupo castelista opunha-se pela prorrogação do mandato presidencial. O mesmo pode ser identificado no posicionamento da imprensa. No entanto, apesar das cisões, era corriqueiro, em todos os periódicos, a hipotética defesa da democracia.

Diante das considerações acima, será abordado, nos próximos capítulos, as convergências e vínculos entre a imprensa e a ditadura, e, ao mesmo tempo, demonstrado que a imagem de resistência construída por diferentes jornais não passa de uma farsa. A análise das manifestações ideológicas a respeito da ditadura e do papel da imprensa em sua legitimação deve ser pensada por meio das relações estabelecidas entre os homens na produção material da existência. Não se deve esquecer as transformações ocorridas no período que afetaram o Brasil e os diferentes projetos de classe, bem como o avanço das ações imperialistas sobre as nações periféricas.

Por fim, do ponto de vista das fontes, foi utilizada a Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, Biblioteca do Senado, Biblioteca da Presidência da República, com publicações digitalizadas e disponíveis. Foram selecionados momentos importantes que revelam as lutas travadas no período em estudo, assim como a orientação da imprensa naquele movimento. Tal procedimento auxilia na compreensão do processo histórico em que se construiu a alternativa burguesa pela ditadura.

As origens do golpe e seu caráter de classe

DO RIO QUE TUDO ARRASTA

Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem
(Bertold Brecht)

Ao longo do segundo governo Vargas (1951-1954), foram esboçadas as primeiras tentativas de um golpe que se concretizou em 1964. A imprensa expressou, com clareza, os interesses das classes dominantes ao não aceitar o retorno do “velho” à presidência, que obtivera 48,7% dos votos pela coligação PTB/PSD.

Sabe-se que a tentativa de golpe contra Vargas é parte de uma tradição histórica que remonta ao período imperial. Retomar essa história ajuda a compreender o caráter retrógrado das classes dominantes no Brasil. Ao menor sinal de ampliação das lutas populares, o Estado é utilizado como instrumento de coerção contra os trabalhadores. Quando o ordenamento político não atende às demandas da burguesia, as regras de jogo são alteradas com o jogo em andamento. Em outras palavras, a burguesia não possui nenhum compromisso com a ideia de democracia.

Em “A revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes demonstra a necessidade de compreender as especificidades da história da formação social no Brasil, como meio de compreensão das forças sociais, que deram suporte, no plano interno e externo, aos projetos políticos implementados em nossa terra.

O idealismo burguês precisa ser posto de lado com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais e os defeitos das “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão de empregar a violência institucionalizada na defesa dos interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem em identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta, assim, um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo (FERNANDES, 1976, p. 296).

Não cabe, nesse momento, a retomada de todos os golpes ocorridos ao longo da história, mas interessa a trajetória da democracia liberal (1946-1964) e suas contradições, para efeito de compreensão do objeto de pesquisa. Assim, é retomado um fragmento do editorial da Tribuna da Imprensa, assinado por Carlos Lacerda, como expressão de um posicionamento que não é individual do jornalista, mas dos interesses contrários ao projeto que Vargas representava.

O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar (LACERDA, 1950, p. 4).

A reação dos segmentos mais conservadores da burguesia contribuiu para a construção de uma campanha aberta contra o governo de Vargas e ao projeto nacionalista. No entanto, para melhor compreender as ações do grupo, faz-se necessário identificar os projetos em disputa naquele período. A manifestação do nacionalismo, enquanto fenômeno vinculado às transformações que ocorreram ao longo da década de 1920, vincula-se à crítica do Estado oligárquico no Brasil.

A grande crise do capitalismo, que se manifestou com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, afetou profundamente as relações capitalistas no mundo. No caso do Brasil que, na época, caracterizava-se por uma economia agrário-exportadora, a impossibilidade de manter os preços do café e a continuidade das exportações proporcionou reflexos nas relações sociais e políticas. O impacto foi decisivo para a reorganização do Estado no ano de 1930.

A emblemática frase proferida em 1929 pelo presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, “façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência” constitui-se em um indicativo das condições que nortearam a chamada Revolução de 1930, um momento histórico marcado pelo fantasma do “bolchevismo”, aguçamento da crise do capitalismo, ascensão do nazismo e acirramento das disputas coloniais. A adoção da agenda nacionalista constituiu um desdobramento diante da correlação de forças no ambiente do período.

As bandeiras do nacionalismo de Vargas, em seu primeiro período de governo (1930-1945), apresentavam características importantes: tratava-se de uma estratégia econômica que não rompia substancialmente com as relações de dependência com o capital estrangeiro. Porém, concomitantemente, buscava-se maior autonomia do Estado e o atendimento de demandas específicas das classes trabalhadoras, com um reconhecimento tutelado dos sindicatos.

Nos anos 1950, a pauta nacionalista apresentou-se por meio de ações identificadas como importantes para a manutenção da soberania e desenvolvimento nacional, tais como a campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou amplos segmentos populares e culminou com a criação da Petrobras, em 1953. Não se tratou de um movimento ideológico puramente estatal, mas tornou-se bandeira de luta de diferentes segmentos sociais (MOREIRA, 1998).

Evidentemente, não se tratou de uma pauta revolucionária. Na retórica varguista e demais lideranças identificadas com o nacional desenvolvimentismo, a identificação entre “povo” e “nação” constituiu-se em um artifício que ocultava diferença de classe na sociedade. Porém, pela identificação com o “povo”, tornou-se uma ferramenta inconveniente aos olhos da burguesia.

O nacionalismo de Vargas não interessava à burguesia e muito menos aos interesses imperialistas. A reação à criação da Petrobras é apenas um dos exemplos. As conspirações e a pregação golpista eram evidentes e evoluíram abertamente com o objetivo de derrubar Getúlio Vargas.

A intensificação da campanha pela derrubada de Vargas ocorreu com o episódio que vitimou Rubens Vaz, Major da Aeronáutica. Carlos Lacerda, alvo do atentado, saiu ileso, mas o acontecimento foi o pretexto para insuflar os ânimos golpistas. O cerco militar contra Vargas, exigindo sua renúncia, teve como desfecho seu suicídio e a impossibilidade de concretização do golpe de Estado em agosto de 1954.

As conspirações não findaram com a morte de Getúlio. A eleição de Juscelino Kubitschek também foi contestada na imprensa.

O movimento golpista envolvia setores militares da direita, principalmente na Marinha e na Aeronáutica, empenhados em impedir a volta do getulismo ao poder. A conspiração em marcha contava com o apoio de Carlos Luz, que na condição de presidente da Câmara dos Deputados assumira no início de novembro a Presidência da República, em substituição a Café Filho, o vice-presidente que substituíra Getúlio em agosto de 1954 e se afastara do governo em virtude de uma crise cardiovascular.

A conspiração avançava, com o respaldo da quase totalidade da mídia. Na Tribuna da Imprensa, o golpe era pregado com insistência. Lacerda repetia em seus artigos que os eleitos deveriam ser impedidos de tomar posse. Em artigo publicado no dia seguinte à posse de Carlos Luz, 9 de novembro, falava como porta-voz de um movimento que já considerava vitorioso:

É preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse. [...] O governo Carlos Luz, nascido do consenso dos militares, só tem esse sentido: evitar a posse dos remanescentes da oligarquia. Só poderá ter esse conteúdo: afastar do poder os eleitos da minoria. (Silva, 1987, p.122)

Dois dias depois, 11 de novembro, o general Henrique Teixeira Lott, que se demitira na véspera do cargo de ministro da Guerra, desfecha um "movimento em defesa da legalidade democrática", um contragolpe que contou com o apoio dos principais comandos do Exército, em todo o país. Vinte e cinco mil soldados ocupam as ruas do Rio de Janeiro (DANTAS, 2014, p. 65).

A tentativa de golpe contra Juscelino Kubitschek² e a reação do general Lott não podem ser compreendidas como fatos isolados que vieram à luz a partir de iniciativas particulares. Pelo contrário, havia, nesse movimento, um panorama que apontava para as divisões presentes no interior das classes dominantes.

Assumindo em janeiro de 1956 e superando o golpismo presente em setores das Forças Armadas, Juscelino deu continuidade ao projeto desenvolvimentista, forjado desde a chamada Era Vargas, mas com a promoção de novas diretrizes que beneficiaram a participação do capital internacional. É o momento marcado pelo processo de consolidação da indústria, com a instalação do setor automobilístico. Ao mesmo tempo, o Estado fomentava, por meio de empréstimos subsidiados, a criação de um diversificado parque

² Juscelino e João Goulart (eleito vice-presidente da República) tomaram posse no dia 31 de janeiro de 1956, fato que não impediram novas tentativas de golpe: Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959) constituíram-se em duas tentativas fracassadas.

industrial. O objetivo da política econômica era acelerar o processo de industrialização iniciado nas décadas passadas, o que se materializou no slogan de campanha: “50 anos em 5”.

A compreensão desse processo de industrialização não deve ser desvinculada das condições de expansão da economia mundial na chamada “Era de ouro” do capitalismo. A ordem econômica internacional do período pré-guerra sofreu transformações em virtude da crise de 1929 e da Segunda Guerra, que arrasou inúmeras nações europeias.

No contexto marcado pelas disputas entre Estados Unidos e URSS, as empresas multinacionais ampliavam seus tentáculos com o propósito de garantir áreas de influência e mercados estratégicos. Dessa forma, surgiram oportunidades de alavancar a indústria pesada em regiões periféricas, mas subordinadas aos interesses das nações hegemônicas.

A orientação desenvolvimentista esteve presente em diferentes segmentos da sociedade, com o objetivo de acelerar o progresso e o desenvolvimento econômico e social. Antes mesmo da posse de Juscelino, Café Filho (1954-1955) criou o Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (ISEB), por meio do Decreto nº 37.608. O instituto congregou intelectuais de diferentes correntes que promoveram estudos e pesquisas no âmbito das ciências sociais, cujos dados e categorias poderiam contribuir para a análise e compreensão do Brasil e a promoção de desenvolvimento alicerçado na via nacional desenvolvimentista.

Tornou-se moda o chamado desenvolvimentismo, em que tudo fica em um segundo plano, mesmo o desenvolvimento social: este, no entender dos propugnadores daquele, viria como decorrência. Criou-se mesmo, em 1955, no MEC, um órgão famoso [...], o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que transformou o nacionalismo e o desenvolvimento em razão de ser tudo (IGLÉSIAS, 1993, p.270).

Mesmo diante das transformações profundas ocorridas na última metade dos anos de 1950, a condição de uma economia periférica do Brasil apresentava-se inalterada e marcada por grandes desigualdades. O acelerado desenvolvimento dos anos JK não foi sólido o suficiente para superar a histórica dependência do Brasil dos grandes centros. Os benefícios desenvolvimentistas não foram estendidos ao conjunto da classe trabalhadora, apesar de ter gerado transformações profundas.

Na conjuntura internacional do pós-guerra, a expansão do imperialismo norte-americano, que apresentava como objetivo o alargamento contínuo da acumulação capitalista, fez-se pela exportação de capitais e de indústrias. O caráter dessa política imperialista dos grandes centros do capitalismo internacional se caracteriza pela orientação das empresas multinacionais que não se vinculam aos interesses dos Estados-nações. Afinal, a internacionalização do capital não é condizente com a soberania das nações periféricas.

No âmbito dos interesses imperialistas, o capital financeiro e monopolista orientava as ações dos governos norte-americanos contra Goulart. John Kennedy (1961-1963), presidente dos EUA, promoveu a “Aliança para o Progresso” como instrumento para refrear o surgimento de movimentos revolucionários no continente latino-americano. No entanto, é no governo de Lyndon Johnson (1963-1969) que ocorreram as iniciativas derradeiras para o golpe, tal qual a “Operação Brother Sam”.

Verifica-se, dessa forma, que as razões fundamentais para o golpe de Estado podem

ser encontradas nas ações da burguesia industrial e mercantil, associada, de forma subordinada, ao imperialismo, que não tolerava nenhum tipo de iniciativa reformista que pudesse valorizar a força de trabalho. Trata-se de uma vinculação profunda entre os grandes monopólios e as novas formas de exploração e colonialismo sobre as economias periféricas.

Aliás, Lênin já havia demonstrado o fenômeno do imperialismo por meio da consolidação dos monopólios em fins do século XIX e início do século XX.

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o desenvolvimento dos inventos e os aperfeiçoamentos técnicos.

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre padrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos “partilham” entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - estão nas mãos dos monopólios (LENIN, 130-131).

O fenômeno do imperialismo descrito por Lênin aprofundou-se nos anos pós Segunda Guerra. A grande expansão do capital estrangeiro reforçou as desigualdades na sociedade brasileira, além de criar uma série de novas demandas sociais. O elevado custo dos investimentos estatais para a expansão do parque industrial favoreceu fundamentalmente o capital estrangeiro e promoveu o empobrecimento dos trabalhadores. Não por acaso, os movimentos grevistas cresceram e, no campo, a luta dos camponeses ganhou nova dimensão.

Registre-se, ainda, que o processo de acumulação capitalista no período pós-guerra tinha como cerne a grande empresa multinacional e o Estado indutor e planejador, por meio de um forte intervencionismo e regulação. Esse modelo organizacional não reduz o abismo que separa as nações periféricas das nações hegemônicas do capitalismo central. Assim, a chamada “era de ouro” do capitalismo não reluziu para todos. Os trabalhadores das nações periféricas, como é o caso do Brasil, pagaram um preço elevado pelo processo de modernização do período.

Com a abertura ao capital estrangeiro, a burguesia nacional associava-se cada vez mais aos interesses imperialistas. Cabe aqui uma pequena pausa para análise do suposto caráter nacional da burguesia, que era cada vez mais dependente e subordinada ao capital estrangeiro. Para melhor compreensão da aludida associação faz-se necessário apontar para a concentração do capital estrangeiro no setor de bens de consumo duráveis: indústria de eletrodomésticos, indústria automobilística, etc.

As promessas de modernização, amparadas na industrialização por meio do capital estrangeiro, não permitiram a autonomia política e econômica do país. O desenvolvimento

desigual do progresso técnico aguçou as diferenças na divisão internacional do trabalho e potencializou o caráter predatório do capital, revigorando mecanismos de exploração da força de trabalho.

No início dos anos 1960, os conflitos sociais decorrentes do crescimento do quadro de desigualdade tornaram-se mais agudos. Diante das condições materiais de amplos segmentos sociais, Jânio Quadros, com apoio de amplos segmentos da burguesia e apresentando-se com um discurso de moralidade e austeridade, venceu as eleições. João Goulart saiu-se mais uma vez vitorioso como candidato a vice-presidente. Embora tenha levantado a bandeira de uma política externa independente, a efêmera presidência de Jânio Quadros não se colocou, em nenhum momento, em rota de colisão com as forças do capital.

Porém, o projeto marcado pelo personalismo de Jânio estava carregado de contradições que desagradaram segmentos das classes dominantes. A renúncia, ocorrida em 25 de agosto de 1961, constituiu uma artimanha fracassada de manter-se na presidência com poderes ampliados e incendiou o país.

A patética renúncia e o temor das forças identificadas com bandeiras nacionalistas ou mesmo de esquerda deixaram os setores mais conservadores da burguesia receosos do que poderia acontecer. Após a renúncia do presidente, estando seu vice em viagem oficial à China, três ministros militares (Odylio Denys, Silvio Heck e Grum Moss), casuisticamente colocaram-se contra a posse de João Goulart, adjetivando-o de nocivo aos interesses nacionais. Sem dúvida, já se tratava de uma operação golpista, é prática recorrente em nosso país.

Após a manifestação de caráter anticonstitucional do veto à posse do vice-presidente, um movimento de resistência legalista foi organizado por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, materializou-se um impasse que não se desdobrou em uma guerra fratricida. A resistência ao golpe recebeu apoio de diferentes estados brasileiros e só foi superada por meio da Emenda Constitucional que instituiu o regime parlamentarista, em setembro de 1961.

A emenda parlamentarista se configurou em um claro golpe, uma vez que a Constituição foi reformada para atender aos apelos golpistas que não desejavam a posse do vice-presidente. A rigor, o governo de João Goulart nasceu, transcorreu e terminou sob o signo do golpe de Estado.

Mas afinal, no que consistiu o quadro político do imediato pré-1964? Em primeiro lugar, os anos 1961-1964 caracterizavam-se por intensa mobilização popular. Vivia-se um instável equilíbrio entre os partidos, configurando tanto a ruptura do pacto populista (expresso principalmente através da associação PSD/PTB) quanto na emergência da participação popular não tutelada na cena política. A expressão partidária dessas lutas – centradas nas reformas de base, especialmente a Reforma Agrária – demonstrava cada vez mais claramente os perfis ideológicos dos parlamentares (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 13).

No período de 1961-1964, emergiu uma série de demandas que obrigou o Estado burguês a buscar a promoção de um programa de reformas agrária, fiscal, administrativa, bancária e urbana, que contemplasse a solução de algumas questões limitadoras do

crescimento do mercado interno. Além dos projetos elencados, estabeleceu o 13º salário, criou a Embratel e autorizou a Petrobras a distribuir derivados do petróleo, antes limitado às empresas estrangeiras. Ressalte-se que as ações citadas não possuíam nenhum caráter revolucionário, mas muitas foram sabotadas pela resistência da burguesia associada ao capital estrangeiro.

No caso específico do governo Goulart, as propostas de superação da crise herdada passavam pelas chamadas Reformas de Base. Não havia nenhum caráter revolucionário nas propostas reformistas, tal qual eram qualificadas pelos adversários. Emblemático a esse respeito foi o caso da proposta de reforma agrária. Tal proposta objetivava responder às necessidades de expansão do capitalismo industrial no Brasil, ao mesmo tempo que estava restrita às fronteiras da ordem burguesa. Porém, o engajamento de amplos segmentos de setores identificados com as forças populares e o caráter cada vez mais submisso da burguesia aos interesses do capital internacional, levaram o conjunto das classes dominantes e setores das camadas médias a condenarem o projeto reformista de Goulart (TOLEDO, 1982).

O desenvolvimento do mercado interno buscava, por meio da ampliação da pequena propriedade, fomentar o crescimento da produção industrial com o reforço dos setores considerados estratégicos da indústria.

Apesar do caráter essencialmente reformista, o discurso retrógrado dos agentes da burguesia, alimentado pelo clima da Guerra Fria, amedrontava, com o suposto avanço comunista, parcelas significativas das camadas médias. Assim, a divisão do mundo em blocos, a construção do Muro de Berlim (1961), a Guerra do Vietnã e, fundamentalmente, a Revolução Cubana em 1959, que suplantara a ditadura de Fulgêncio Batista Zaldívar, constituíram-se em temas que estiveram presentes nos debates políticos do período e contribuíram para a histeria anticomunista, alimentada pelos organismos da burguesia que antecedem a década de 1960.

Internamente, antes mesmo do Governo Goulart (1961-1964), a partir da segunda metade da década de 1950, lideranças identificadas com a classe trabalhadora e influenciados pelas concepções dualistas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), passaram a investir na construção de um projeto nacional orientado pela convicção de que as vias de superação do subdesenvolvimento eram a industrialização nacionalista que poderia ser otimizada pelas reformas sociais. Progressivamente, a proposta de que o governo adotasse como linha de ação a implementação das reformas de base passou a orientar as pautas reivindicatórias e propostas do movimento dos trabalhadores no Brasil (NEVES, 2014 p. 73).

A defesa da ideia de Brasil moderno estava em pauta. A modernização constituiu uma expressão que já estava no vocabulário político e econômico de diferentes atores sociais. Substituição de importações, indústria nacional, criação de um mercado interno eram temas que geravam embates, o que pressupunha reformas políticas, sociais e econômicas. A superação do atraso era a meta final.

De fato, ocorreram muitas transformações entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Com a acelerada industrialização, fundamentalmente em São Paulo, ocorreu uma concentração de operários, colocando em pauta uma série de reivindicações. Verificaram-se

mudanças também no campo, com o processo progressivo de mecanização da agricultura.

A insatisfação dos trabalhadores contribuiu para o surgimento de diferentes movimentos populares, aprofundando as contradições de um modelo econômico dependente dos interesses imperialistas. No contexto marcado pelas contradições de uma economia periférica e a organização crescente dos trabalhadores, a burguesia optou pela conspiração contra Goulart, como forma de impedir os avanços das lutas populares e um projeto reformista que contrariava os interesses externos aos quais estava associada.

Diante da conjuntura nacional e do ambiente da Guerra Fria, diferentes organismos, forjados a partir dos interesses da burguesia, atuaram de forma organizada e sistemática contra o governo de João Goulart. Em seu conjunto, essas instituições formaram uma rede conspiratória com o propósito de preparar a opinião pública para o golpe que ocorreu em 1964.

No contexto histórico do período, não se pode desprezar a participação dos agentes norte-americanos vinculados a CIA (*Central Intelligence Agency*) e seus mercenários nativos, que, com objetivo de desestabilizar as relações políticas e sociais, promoveram diferentes ações, com vistas à derrubada do Governo Goulart. Cabe registrar que o medo disseminado pela propaganda anticomunista foi comum na América Latina e, dessa forma, teve um papel de destaque para o sucesso dos golpes de Estado que infestaram o continente nas décadas de 1960 e 1970.

Também a reunião das forças reacionárias que constituíram a base social do golpe de Estado de 1964 se fez em torno das palavras de ordem as mais arcaicas e pró-estadunidenses. “Os católicos não poderão receber, sem ofender gravemente a moral cristã, as terras eventualmente expropriadas pelo poder público”, proclamaram os bispos Castro Meyer e Proença Sigaud, dirigindo-se a camponeses pobres, culpados de pretender receber os frutos de uma distribuição de terras que o governo Goulart não cansava de prometer, embora não ousasse colocá-la em prática. “Aceitando-as”, prosseguem os dois religiosos, “eles estarão na situação moral de possuidores de bens roubados e não poderão receber o sacramento da confissão, da comunhão e da extrema unção, a não ser que estejam firmemente decididos a restituir a seus legítimos proprietários os bens adquiridos através da violação do direito de propriedade e dos Mandamentos sobre os quais se funda esse direito.”

Os dois bravos bispos certamente eram apenas os porta-vozes do que havia de mais raivoso na oligarquia agrária e nas camadas da pequena burguesia rural que vivem à sua sombra. Mas bem depressa, no espaço de um ano (1963), uma frente de classes proprietárias se agrupou em torno dessas vozes medievais (MORAES, 2014, p. 72).

Cabe ressaltar que a ação dos generais golpistas, que buscaram impedir a posse de João Goulart em 1961, serviu como um alerta para o projeto de conspiração que ganhou força a partir de 1962. As forças comprometidas com o golpe perceberam que, para levar adiante a empreitada, era necessário ampliar o arco de alianças e mobilizar uma base de apoio que pudesse dar legitimidade ao movimento.

Nesse contexto, foi forjada uma grande frente, com bandeiras comuns: impedir o avanço da desordem e subversão, punir e eliminar a corrupção no país e, por fim, restabelecer a “democracia” dentro dos parâmetros exigidos para a reprodução do capital. Entre as instituições que contribuíram decisivamente para a preparação do golpe, podem ser elencados os complexos IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Criado em agosto de 1961, o IPES era formado por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, diretores de empresas multinacionais, jornalistas, além de oficiais vinculados à ESG (Escola Superior de Guerra). Entre os objetivos do grupo, ressalte-se o propósito de pensar o país pautado pelos parâmetros do liberalismo com a abertura ao capital internacional, além de um forte viés anticomunista. Além das atividades de caráter de divulgação dos princípios defendidos pela entidade, tais como a produção e divulgação de livros, folhetos, revistas, filmes etc. O Instituto também desenvolveu ações clandestinas e conspiratórias contra Goulart.

Os filmes da produtora de Niemeyer para o IPES, produzidos entre 1962 e 1964, tinham o intuito de cultuar os valores capitalistas, católicos e militares e contavam com a direção de Carlos Niemeyer, além da tradicional narração de Cid Moreira que se tornaria clássica nas edições do Canal 100 (MAIA, 2012, p. 138).

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014b), o IPES promoveu o surgimento de entidades femininas católicas, tal qual a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que constituiu uma das principais organizações envolvidas na promoção das marchas religiosas em defesa da família e contra o comunismo. Tais mobilizações contaram com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos, da *Central Intelligence Agency* (CIA), além da participação do padre norte-americano Patrick Peyton. A divulgação desses eventos serviu de suporte para a difusão da ideia de que a sociedade brasileira não mais suportava Goulart.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o IPES contou com a ajuda financeira de empresários de diferentes segmentos, diretores de empresas multinacionais e associações de classes empresariais, além de recursos de fundos americanos por meio da Embaixada dos EUA. Esse apoio retrata, com exatidão, a convergência de interesses entre a burguesia e os interesses imperialistas.

Nesse sentido, o IPES não pode ser classificado como um simples divulgador de bandeiras anticomunistas por um grupo de empresários. Tratava-se de um núcleo articulador de um projeto que tinha como objetivo a derrubada de Goulart para a imposição de uma agenda econômica, política e social. Os intelectuais vinculados ao instituto encontravam-se em posições estratégicas e foram, após o golpe de 1964, protagonistas na ocupação de postos-chave na máquina estatal.

Segundo revelaria, em 1972, o engenheiro Quirino Grassi, cuja família era proprietária de uma fábrica de carrocerias de bondes e ônibus, “empresários paulistas [...] espontaneamente colaboraram para a consecução do movimento revolucionário que eclodiria em março de 1964”. A estrutura e os objetivos do grupo foram objeto de elaboração conjunta entre empresários do IPES e oficiais da Escola Superior de

Guerra (ESG). O grupo, segundo Grassi, teria começado a atuar de forma organizada no início de 1963 para “prestar um trabalho visando à defesa de nossos ideais democráticos e cristãos”. Esse núcleo “articulou-se junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública” e “iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b, p. 322).

Tal qual o IPES, outra instituição também contribuiu para a aglutinação dos interesses burgueses em torno de objetivos comuns: o IBAD. Com o objetivo de pautar o político, social e econômico, além de combater o avanço do comunismo em terras brasileiras, esse instituto foi criado por Ivan Hasslocher, em 1959, com financiamento de empresários brasileiros e estrangeiros,

Segundo Dreifuss (1981), O IBAD, com o intuito de defender o caminho da industrialização condizente com as necessidades do capital, buscou promover o ativismo político e preparar a opinião pública. Para tanto, o instituto atuou em diferentes frentes da sociedade: no campo e nos âmbitos do parlamento, nos movimentos estudantil, sindical e no interior da Igreja Católica. Entre suas ramificações políticas, encontramos a ADEP (Ação Democrática Popular), que se destacou nas campanhas eleitorais, fundamentalmente em 1962, e teve ressonância no Congresso Nacional. Dessa forma, foi criado, no primeiro semestre de 1961, o bloco suprapartidário da Ação Democrática Parlamentar, composto por parlamentares da UDN (União Democrática Nacional) e Partido Social Democrático (PSD), além de deputados de outras agremiações.

O complexo IPES/IBAD, articulando uma estratégia sólida de empresários, intelectuais e militares, com vistas à ruptura com a democracia liberal, que não mais atendia a seus interesses de classe (Dreifuss, 1981), não se configurou tão somente como um grupo de conspiradores amadores, mas como um verdadeiro partido da burguesia, no sentido gramsciano.

No contexto marcado pela polarização e agudização das contradições sociais, A ESG (Escola Superior de Guerra), idealizada pelo Alto Comando das Forças Armadas, criada em outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705 e posteriormente organizada por meio da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, foi outra instituição que contribuiu para o golpe 1964. Acrescente-se que as altas patentes das Forças Armadas no Brasil foram influenciadas pelo ideário difundido pela ESG e tiveram contato com oficiais norte-americanos (MEIRELLES, 2018).

Em suas origens, a ESG buscava a formulação de um desenvolvimento industrial, com a participação de militares, civis e empresários. No entanto,

[...] a ESG não se propunha estudar por conta própria os problemas da guerra e da paz no mundo. Bastava-lhe traduzir a doutrina do Pentágono. Sua função era ativar um grupo de pressão permanente composto por intelectuais da cúpula militar e dos círculos dirigentes da burguesia brasileira que aplicasse às condições locais os postulados estratégicos da cruzada do Ocidente contra o campo socialista.

Implícita na doutrina da ESG estava a substituição da defesa nacional (considerada obsoleta, porque na cena internacional a “defesa” que

importava era contra o campo socialista e desta se encarregavam os Estados Unidos) pela “segurança nacional”, isto é, a “defesa” interna da ordem política e social. Desnecessário insistir no uso perverso, durante a ditadura militar, da legislação de exceção inspirada neste “conceito”, que criminalizava a oposição ao regime em nome da “segurança nacional” (MORAES, 2018, p. 130).

A ESG construiu a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), articulada com os interesses dos Estados Unidos e favorável à cooperação com aquela nação no combate ao comunismo, em sintonia com o ambiente da Guerra Fria. Estimulava, dessa forma, o desenvolvimento orientado pelos valores empresariais e um governo forte e centralizador.

Não se trata de uma mera coincidência histórica o aparecimento da instituição em um momento no qual as tensões entre Estados Unidos e URSS se manifestavam nas disputas internacionais. Dito de outra forma, os interesses expansionistas do capital não estão amarrados a questões de nacionalidade, mas à associação com os interesses da burguesia. A suposta defesa do “mundo livre” não passou de um artifício do imperialismo norte-americano em busca da ampliação dos seus tentáculos.

Naquele contexto, a política externa dos Estados Unidos, pautava-se, entre outros objetivos, no afastamento do avanço de projetos de caráter nacionalista ou de revoluções que colocassem em perigo seus interesses imperialistas, em suas áreas de influência, pois as condições de deterioração social e econômica geradas pela segunda guerra possibilitava o crescimento dos partidos comunistas ou de esquerda, como ocorreu no imediato pós-guerra, em diferentes nações europeias.

O governo dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947, por meio do presidente Harry S. Truman, colocou-se no papel de defensor do mundo “livre” e capitalista contra o comunismo. O auxílio norte-americano aos aliados não se restringiu ao âmbito econômico, fez-se presente também no campo militar, o que originou a chamada Guerra Fria.

Nunca é demais lembrar que, para a América Latina, os esforços anticomunistas dos EUA conduziram à manutenção e funcionamento, entre 1946 a 1984, da Escola das Américas (*School of the Americas*), no Panamá A finalidade da “escola” era formar lideranças militares pró-EUA. Para tanto, durante esse período, se graduaram mais de 60.000 militares e policiais de cerca de 23 países de América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (LOMBARDI, 2014, p. 29).

Ora, sem dúvida, esse processo repercutiu na proposição de projetos de sociedade no Brasil. As ideias de segurança nacional não eram exclusividade das Forças Armadas brasileiras, mas expressavam, antes de tudo, os interesses gerais do capital. De forma mais ampla, os elementos teóricos que fundamentavam a Doutrina de Segurança Nacional eram articulados com a ideia de guerra total e permanente contra os inimigos internos, refletindo o quadro político internacional, dividido entre os Estados Unidos e a U.R.S.S, do período pós-guerra.

Para os ideólogos da ESG, a ameaça interna do comunismo seria, entre outros elementos considerados subversivos, originária dos sindicatos de esquerda, das organizações dos trabalhadores do campo, dos intelectuais, dos professores e estudantes universitários. Todos eles constituíam uma ameaça à ordem do país, por isso, precisavam ser combatidos. Concebia-se o Estado, a partir da DSN, como instituição acima dos interesses de classe para promoção do desenvolvimento e bem comum da nação. Assim, legitimava-se o uso da força em nome dos interesses gerais.

Conforme os apontamentos de Dreifuss, a ESG se orientava por uma

Ideologia que defendia um alinhamento político e ideológico com os Estados Unidos. Incentivava, dentro das próprias Forças Armadas, um desenvolvimento que deveria ser norteado por valores empresariais e multinacionais e que resultaria em um Estado que manteria a estabilidade através do autoritarismo político da doutrina de segurança nacional, e de um governo forte e centralizador (DREIFUSS, 1981, p.79).

Na conjuntura da Guerra Fria, cresceu, entre as classes dominantes, o temor ao comunismo, que levou a posturas cada vez mais reacionárias e à prática da contenção dos movimentos sociais. No ambiente que antecedeu 1964, por exemplo, não faltaram intelectuais oriundos da ESG que divulgavam a presença do comunismo em nossas terras e a necessidade de combatê-lo.

Antes de prosseguir nesta análise, faz-se necessário apontar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) constituía a principal força de esquerda do período anterior ao golpe de 1964. Segundo Antunes (2018), ao longo dos anos de 1950, o PCB atuando no interior do movimento operário, conquistou avanços, “por dentro” e “por fora” da estrutura sindical. Oscilando entre o controle do Estado e a resistência contra as práticas do sindicalismo da era Vargas, os comunistas contribuíram decisivamente para a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e atuaram diretamente em outras organizações populares.

Em sua estratégia de luta, o Comitê Central do partido declarava, em março de 1958, que:

A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira³.

Ainda segundo o PCB, a solução da questão agrária e o combate ao imperialismo eram dois postulados de uma estratégia proletária, que demandava a existência de uma fração

³ Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Declaração Sobre a Política do PCB. *Voz Operária*, 22-03-1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm> Acesso: 21/10/2020

da burguesia disposta a levar adiante um projeto de eliminação dos resquícios feudais e pré-capitalistas, além da promoção do desenvolvimento nacional.

Porém, para além das estratégias traçadas pelo PCB, fatos demonstraram que a fração burguesa progressista inexistiu ou não teve forças suficientes para defender um projeto de cunho nacionalista. Em outras palavras, o comprometimento da burguesia com o desenvolvimento nacional não passou de uma ficção. Seus interesses vincularam-se, de forma voluntária e subordinada, ao imperialismo.

A articulação golpista das entidades de classe da burguesia também se fez presente em diferentes editoriais de jornais identificados com o projeto golpista. Naturalmente, os proprietários dos grandes jornais, que compõem um segmento da burguesia, não estavam distantes desse processo, e integraram-se a ele, como participantes ativos do golpe. Não eram incomuns artigos ou editoriais conclamando as Forças Armadas a desempenharem seu “dever” constitucional para impedir o avanço do comunismo em nossas terras. Era evidente a perspectiva dos representantes do capital, no sentido de criar um clima de reconhecimento junto às diferentes camadas sociais, para justificar a necessidade da intervenção das Forças Armadas.

Dessa forma, a participação de amplos segmentos da burguesia, associados aos interesses imperialistas na conspiração contra Goulart, constituiu um aspecto mais amplo dos interesses dominantes, que buscaram impedir a organização e luta dos trabalhadores.

Na sociedade brasileira, no princípio da década de 1960, líderes populistas nacionalistas, como Goulart e Brizola, movimentos sindicais, as Ligas Camponesas, o próprio PCB e outras entidades eram, de alguma forma, representantes das massas trabalhadoras. O golpe foi dado quando tal representação ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe (RIDENTI, 1993, p. 244).

É fundamental apontar que o golpe de Estado foi precedido por uma série de ações políticas que objetivavam a desestabilização de Goulart. O golpe envolveu empresas multinacionais, a burguesia brasileira, o governo dos EUA - por meio de sua Embaixada no Brasil-, segmentos significativos do clero católico e as Forças Armadas – com destaque aos oficiais vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG). Temia-se, por exemplo, que o processo revolucionário cubano (1959) se repetisse em outras nações do continente.

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família com Deus, pela liberdade” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 59).

O golpe se fez como instrumento para amortizar a luta de classes, calando camponeses, trabalhadores, estudantes e intelectuais. As classes dominantes eliminaram, pela força das armas, a ordem constitucional que elas próprias instituíram e às quais fizeram juras de defesa. Tais juras não passaram de palavras vazias, quando se tratava de defender a ordem burguesa.

Notícias, como a apresentada pela Folha de São Paulo sobre a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, não devem ser compreendidas como simplesmente informativas. Certamente, a Folha contribuiu para o clima de desestabilização.

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...)” (FOLHA DE SÃO PAULO, 20/03/1964).

A bandeira da luta contra o avanço do comunismo, em defesa de nossas tradições pacíficas, forjada em um leque de forças identificadas com os interesses da burguesia e contrárias à participação dos trabalhadores, foi a senha para o golpe. Nesses termos, não se tratou, pois, de uma simples “quartelada” de militares descontentes com os rumos do país. A ditadura foi o caminho escolhido pelo capital para preservar a ordem existente. É importante ter clareza de que não se pode compreender a relação Estado/sociedade como se houvesse uma separação metafísica ou como se fossem instâncias incomunicáveis. Foi no âmbito da sociedade civil que o golpe foi articulado e construído.

A constituição da ditadura, seguindo o modelo idealizado pela ESG, buscou legitimar-se por meio de valores convergentes com a ordem burguesa: defesa da religião, família, senso de patriotismo, combate ao comunismo, etc. Esse movimento demandava, portanto, a promoção de uma ideologia que valorizasse a ideia de representatividade das Forças Armadas, a rejeição das lutas de classes ou qualquer tipo de conflito em nome das tradições pacíficas e ordeiras do “povo” brasileiro.

Trata-se, então, de ajudar a construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática, independente e livre, assegurando, assim, a viabilidade econômica, social e política do país. [...] As instituições democráticas não foram assaltadas pelos militares, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, na hora em que os próprios homens que ocupavam o Poder nacional iniciaram a destruição dos mais altos valores da nacionalidade. Essa é a verdade revolucionária que precisa ser compreendida, e de que não aceito e nem aceitarei contestação” (MÉDICI, 1970, p. 60).

Não é demais recordar que os governos militares foram reconhecidos pela burguesia, ou como diria Marx, “para salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa” (1997, p. 71). A despeito da eliminação de canais de representação institucionais, a burguesia se fez presente na orientação sobre as decisões consideradas estratégicas. Tratava-se, antes de tudo, de

assegurar a manutenção dos fundamentos da reprodução do capital, mesmo que fosse preciso sacrificar as liberdades proclamadas, de forma abstrata, pelos intelectuais da burguesia.

O combate a toda e qualquer forma de antagonismo passava a balizar a estratégia psicossocial posta em prática pelo regime militar. A construção de uma consciência nacional voltada para a criação e a preservação de condições para o progresso econômico, a soberania política e a evolução moral e cultural do povo brasileiro era apontada como o fundamento de todas as ações e medidas do regime militar, inclusive e principalmente, de seu suposto ideário de democracia (REZENDE, 2013, p. 49).

Assim, verificam-se as ações de dismantelamento dos sindicatos, que empunharam bandeiras populares por direitos e melhores condições de vida para os trabalhadores. O mesmo se deu no caso das ações violentas contra as lideranças de esquerda, armadas ou não, e a intelectualidade crítica presente nas redações dos grandes jornais ou no âmbito acadêmico. Desse modo, para que o coração das estruturas burguesas continuasse a pulsar, era necessário exorcizar o espectro do comunismo real ou imaginário.

Não é de surpreender, portanto, que a ditadura implementada por um golpe em 1964, reforçou uma forma de acumulação. Amplos segmentos da burguesia nacional associaram-se a interesses das burguesias das nações hegemônicas, dividindo, de forma desigual, o excedente econômico da expropriação da força de trabalho.

A que necessidades econômicas, sociais e políticas responde essa máquina de opressão de classe institucionalizadas? As conexões diretas, mencionadas acima, indicam claramente que essa forma de dominação burguesa constitui a verdadeira chave para explicar a dominação e o aperfeiçoamento da versão que nos coube do capitalismo, o *capitalismo selvagem*. O “capitalismo possível” na periferia, na era da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as “empresas multinacionais” e as burguesias das “nações em desenvolvimento” – um capitalismo cuja realidade permanente vem a ser a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesas e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas. Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro. Enfim, um capitalismo em que as relações de classe retornam ao passado remoto, como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem mundos de “Nações” distintas, reciprocamente fechados e hostis, numa implacável guerra civil latente (FERNANDES, 1976, p. 303-304).

É interessante notar que a democracia burguesa e seu despotismo expressam, contraditoriamente, seu imenso poder hegemônico e, ao mesmo tempo, as brechas para a contestação de sua dominação. Se por um lado, é visível a concentração de poder político em suas mãos, por outro, é inegável, no interior da sociedade, a existência de conflitos que negam constantemente a sociabilidade burguesa.

Paradoxalmente, o golpe de 1964 pode ser também compreendido como expressão da incapacidade burguesa em manter a democracia liberal por ela aclamada em 1946, na medida que se mostrou insuficiente para o impedimento das mobilizações populares (OLIVEIRA, 1975). Não são ocorrências isoladas na história do capitalismo e nem fenômenos típicos de nações periféricas, como se pode notar pelos exemplos do fascismo italiano e pelo nazismo alemão ou, ainda, pelo caso clássico de Luís Bonaparte, na França de 1851, quando um “personagem medíocre e grotesco desempenhou um papel de herói” (MARX, 1997, p. 14).

É instigante remeter-se às palavras de Marx, em *O dezoito brumário*, no qual evidencia o caráter do Estado e as ações de classe tomadas em conjunto, no movimento dialético do real. Em um momento de crise, quando a gestão dos negócios burgueses atravessa um momento de turbulência e a burguesia precisa reafirmar seus privilégios de classe, impõe-se uma força externa.

A burguesia industrial estava-lhe agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que no interesse da economia nacional; a burguesia, como um todo, estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo (MARX, 1997, p. 33).

É importante não se perder de vista as configurações de governo indireto da burguesia, das quais ditaduras militares do continente sul-americano constituem exemplos. O golpe não foi um “raio caído de um céu azul” e o Estado não é uma instituição isolada, sem vínculos com a realidade material, que poderia ser tomada nas mãos e conferido a ela aspectos desejados.

É nesse sentido que podemos identificar uma variante do bonapartismo na formação político-social brasileira. Variação esta que traz em seu “gene” o caráter colonial, ou seja, do historicamente velho, que se transforma, modernizando-se, e fazendo-se historicamente novo, porém, sem romper como forma política específica dessa particularidade, que aqui denominamos colonial-bonapartismo. Assim, a alternativa político-defensiva bonapartista foi o expediente pelo qual a burguesia internamente instalada se utilizou para barrar um possível projeto democrático-nacional, em gestação no pré-1964. A autocracia burguesa no Brasil, em sua variante colonial-bonapartista, aborta toda e qualquer possibilidade de ampliação das conquistas democráticas por parte dos subalternos (DEO, 2014, p. 314).

Na trajetória marcada pelo terror dos governos militares, reforçavam-se as estruturas do Estado a serviço do capital, as quais buscavam impedir uma suposta organização revolucionária das classes trabalhadoras. Para isso, não pouparam esforços em perseguir, torturar e assassinar estudantes, trabalhadores e indivíduos comprometidos real ou imaginariamente com um projeto alternativo.

Tratava-se da transição para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que gerava a necessidade de mudanças na ordem política, social e econômica. Como a Constituição liberal de 1946 era insuficiente para os propósitos do capital, a burguesia optou por mecanismos repressivos para calar os trabalhadores e tornar a força de trabalho mais atrativa ao capital estrangeiro.

Para se ter uma ideia do caráter do golpe e seu aparato repressivo que se desenhava ao longo do governo Castelo Branco (1964-1967), recorre-se às contribuições de Sanfelice (2008, p. 130),

Durante o governo Castelo Branco (1065 dias) foram praticados 3.747 atos punitivos (média de 3 por dia). Foram 116 cassações de mandatos políticos, 547 suspensões de direitos políticos por dez anos, 526 aposentadorias, 1547 demissões (a maioria de funcionários públicos e de autarquias), 569 reformas de militares, 4 cancelamentos de insígnias militares, 165 transferências militares para a reserva, 60 cassações de medalhas, 4 cassações de aposentadorias, 2 cassações de autorizações, 1 descredenciação, 36 destituições, 5 disponibilidades, 75 exclusões da Ordem do Mérito Militar, 40 expulsões, 22 exonerações, 1 cassação do posto e patente. Além do grande número de atos punitivos, o governo Castelo Branco bateu o recorde de aprovação de leis oriundas do Executivo: 733 projetos (SANFELICE, 2008, p. 130).

Nesses termos, a lógica monopolista orientada pelos interesses da burguesia necessitou de um Estado que controlasse qualquer vestígio de oposição. No entanto, para que os governos militares levassem adiante os propósitos do capital, foi necessária a construção de uma rede de apoios, o que inclui a imprensa. É por demais reconhecido o envolvimento da chamada “grande imprensa”, vinculada aos interesses empresariais, com o movimento golpista que derrubou o presidente João Goulart, em 1964. A título de exemplo, *O Jornal do Brasil*, em seu editorial de 29 de março de 1964, “Na ilegalidade”, manifestou-se da seguinte forma:

Esta não é a hora dos indiferentes. Principalmente no Exército, que tem o poder preventivo capaz de impedir males muito maiores do que aqueles que já nos atingem sob a forma de insegurança pessoal e familiar. [...] Sim; pregamos a resistência. O JORNAL DO BRASIL quer que sejam reestabelecidos a legalidade e o estado de direito (JORNAL DO BRASIL, 29/03/1964).

Outro periódico que se destacou na campanha de desestabilização do governo Goulart foi “O Globo”. Em edição de 18 de março de 1964, o periódico se posicionava em defesa da “legalidade”, com o editorial “Se não, não”, o que significava a defesa da derrubada do presidente.

Se não, não.

Ainda se poderá falar em legalidade neste país? É legal uma situação em que se vê o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas, para intranquilizar a Nação com menções a eventuais violências, caso o

Congresso não aceite seus pontos de vista? É legal uma situação em que a própria mensagem enviada ao Congresso, por ocasião da abertura de seus trabalhos, o Presidente da República reclame a reforma da Constituição, que jurou preservar e defender, invadindo, portanto, a competência exclusiva do Parlamento? É legal uma situação em que inspirados nas atitudes governamentais órgãos ilegítimos, destinados à agitação, se dirigem ao Congresso em linguagem audaciosa, fazendo ameaças e insinuando represálias? (O GLOBO, 18/03/1964, p. 1).

A denúncia de uma suposta conspiração comunista presente em diferentes espaços da sociedade e em órgãos do Estado foi uma constante em diversos periódicos da época. Esse artifício narrativo procurava criar um clima de desconfiança no governo Goulart entendido como conivente contra um inimigo público, no caso, os “agitadores comunistas”, que se opunham à liberdade do “povo” no Brasil.

O coronel Jarbas Passarinho, a partir de uma perspectiva conservadora, antipopular e antidemocrática, buscou conceituar o caráter do movimento político de 1964, afirmando que:

O movimento cívico-eclesiástico-militar de março de 1964 foi rigorosamente uma ação “anti” nos dois planos, o da subversão e o da corrupção. [...] Para o Exército, a cujo quadro de Oficiais de Estado-Maior eu pertencia, o perigo mais sério seria o dos comunistas, graças ao clima da Guerra Fria e à expansão do Movimento Comunista Internacionalista. [...] Ademais, em face da experiência traumática de 1935, o inimigo por nós considerado era o PCB, que lutava inclusive ostensivamente pela sua legalização, e dominava a maior central operária de então, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). [...] Dizer que o perigo era inexistente seria tolice (Passarinho *apud* RAGO FILHO, 2001, p. 175)

Na visão conservadora, era imperativo reforçar a ideia do movimento “democrático” da “revolução” de 1964 e, ao mesmo tempo, reafirmar seus vínculos com a defesa da nação em oposição ao comunismo e à corrupção. O receio da aliança liderada pelo capital e seus associados imperialistas era a possibilidade do avanço das conquistas no campo popular que pudessem colocar em risco, ainda que remotamente, a reprodução dos interesses capitalistas.

Após o golpe, em “Ressurge a democracia”, editorial de 2 de Abril de 1964, O Globo justificava a derrubada do presidente pelas Forças Armadas, comportando-se como um verdadeiro intelectual orgânico da burguesia, já que sua análise sobre os fatos é alimentada pela visão de classe à qual pertence a empresa e seus proprietários.

Ressurge a democracia

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua

vocação e tradições. (...) Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor (O GLOBO, 2/04/1964).

Sob a perspectiva de O Globo e outros jornais, o Governo Jango expressava a quebra da hierarquia, a desordem e a ameaça comunista. Assim, coube às Forças Armadas restabelecer a ordem e combater as práticas demagógicas e populistas, que, na perspectiva dominante, representavam o aceno às classes trabalhadoras com propostas irrealizáveis. Ao mesmo tempo, como meio de justificar ideologicamente o golpe como um movimento apartidário e acima dos interesses políticos, o jornal apontava para o socorro promovido pela “Providência Divina” ao povo brasileiro.

Acrescente-se que os periódicos acima citados não foram os únicos a construírem a imagem do perigo comunista, para reforçar o clima de terror em amplos segmentos das camadas médias. Inúmeros representantes da ordem burguesa utilizaram a imprensa como meio de defesa dos interesses do capital.

Em 31 de março de 1964, por meio de um editorial intitulado “Basta”, o Correio da Manhã apresentava um diagnóstico calamitoso do governo Goulart.

Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa fé do povo, que, aliás, não se enganará. Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem essa que cresce em ritmo acelerado e ameaça todas as forças vivas do país (...). Através desses discursos, a opinião pública era preparada para o desenrolar dos próximos acontecimentos, que culminaria no golpe de Estado.

Com as exceções de praxe, a grande imprensa forjou um discurso que não questionou a marcha do golpe e, tampouco, a ordem econômica pautada no aprofundamento das desigualdades sociais, ainda que manifestasse, ao longo da ditadura, em diferentes momentos, algumas críticas pontuais ao crescente arbítrio dos governos militares.

Em 1964, na edição do dia 4 de abril, O Correio da Manhã apresentava a versão do General Olímpio Mourão Filho⁴ para o “movimento democrático” de março/abril de 1964:

O General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar sediada em Juiz de Fora, disse hoje, em entrevista coletiva à imprensa, no Maracanã, que iniciou a conspiração contra o regime comunista que estava instalando no Brasil, no dia 8 de janeiro de 1961. Acrescentou que no último dia 30, quando o ex-presidente da República discursou aos cabos, sargentos e soldados no Automóvel Clube, escutou-o até 1 h da manhã e não pôde mais dormir aquela noite. Às 6 horas, depois de muito meditar sobre a fala presidencial, foi ao telefone e desencadeou todo o seu

⁴ Olímpio Mourão Filho, quando servia no Estado-Maior do exército, forjou o chamado Plano Cohen, divulgado em 30 de setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista (Komintern), no qual era traçada uma hipotética revolta para a tomada do poder pelos comunistas. Registre-se que as lideranças comunistas se encontravam presas e o artifício serviu de pretexto para legitimar o golpe de Getúlio Vargas em 10 de novembro do mesmo ano.

dispositivo militar.

Objetivo

Explicou, ainda, que o principal objetivo da revolução foi o de “erradicar o câncer do comunismo que estava tomando conta do país e reconstruir a paz e a tranquilidade nacional”. Acentuou: “Ontem, ao receber a carinhosa ovação do povo da Guanabara na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, compreendia definitivamente que aquilo sim, é que era o povo. Povo livre e diferente daquele do comício do dia 13, que não passava de pelego pago, de 5 a 10 mil cruzeiros por cabeça”.

Muito mais do que a versão de um dos articuladores do golpe, o texto não foi um caso isolado, mas constituiu peça de propaganda que se iniciou antes mesmo da deposição de Goulart. Concomitante ao discurso salvacionista que buscava “erradicar o câncer do comunismo” e “reconstruir a paz”, apareceu o seu complemento, a desqualificação do outro, considerado subversivo.

Os golpistas vitoriosos em 1964 apresentaram-se como autênticos revolucionários. Porém, a “revolução” não alterou a ordem ou se colocou contra os privilégios do capital. A regeneração a que se propuseram não questionou a ordem fundiária em defesa do campesinato. Tampouco, a marcha “revolucionária” foi capaz de romper com a dominação imperialista em terras brasileiras. Isso posto, tratou-se de impedir a organização dos trabalhadores ou, como se alardeava na grande imprensa do período, combater a formação de uma república sindical, considerada como a porta de entrada do comunismo.

Há que ter clara, também, a visão aristocrática da ideologia 1964, uma vez que, pelo desprezo ao povo em sua capacidade política na constituição nacional, somente uma intelectualidade portadora da nova doutrina e da plena inteligência dos dilemas do mundo contemporâneo podia assegurar a destinação nacional. Os gestores do capital atrofado acreditaram na possibilidade de um capitalismo sem contradições, bastando para tal, a desagregação permanente dos movimentos populares. O general Golbery do Couto e Silva, não deixou margem para dúvida: Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o Estado. Sendo assim, caberia às elites dirigentes a missão de resolver as contradições e impasses da realidade nacional.

O golpe de Estado de 1964 travestiu-se — não como de fato se objetivou — com uma retórica revolucionária e democrática. Não custa nomear alguns dos atores da farsa, civis e militares, com vozes e sons de uma sinfonia trágico-cômica, como Odylio Denys, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Olympio Mourão Filho, Ernesto Geisel, Costa e Silva, Jayme Portela Mello, Delfim Netto, Armando Falcão, Roberto Campos, Garrastazu Médici, João Figueiredo e tantos outros; conhecidas figuras de extração conservadora, quando não ultra-reacionária, agora se tinham convertido, ideologicamente, em revolucionários (RAGO FILHO, 2001, p. 172). (grifos nossos).

Certamente, o confronto entre o discurso e a realidade demonstra a inadequação do termo “revolução” pelos golpistas. Na verdade, os artífices da ditadura promoveram a ideia de que as forças de esquerda preparavam um golpe com o apoio dos sindicatos e comunistas. Assim, a “revolução” se fez em defesa da preservação da “democracia”. As palavras de Mourão, um dos conspiradores, são esclarecedoras a respeito. Em abril de 1964, a Revista Manchete, dedicou uma “edição histórica” para comemorar a vitória da “revolução”.

- Desde quando o senhor fazia planos para a revolução?
- Desde 8 de setembro de 1962. Tudo planejado durante dezessete meses.
- Com quem se articulou?
- A princípio, com o governador do Rio Grande do Sul. Depois prossegui as articulações em São Paulo, onde fui comandante da 2ª Divisão Militar, durante cinco meses. Em seguida, indo comandar em Juiz de Fora, ali planejei a arrancada. Mas tivemos que esperar cinco meses até desencadear o movimento.
- Por que se decidiu pela revolução?
- Porque notei, nos quartéis, infiltração comunista. É verdade que o número de sargentos comunistas é reduzido, mas eles sempre fizeram de tudo para contagiar a tropa. O sargento Borges, agora preso, estava preparado para eliminar-me, em São Paulo. Tinha um plano coordenado com rebelião de Brasília, mas falhou. Em Santa Maria, descobri uma conspiração no III Exército: quarenta sargentos faziam pregação sistemática, liderados pelo hoje Deputado Garcia Filho.
- Tudo isso foi comunicado ao Ministério da Guerra?
- Tudo quanto se descobria, era levado a sério e comunicado às autoridades superiores. Infelizmente, ninguém tomava providências (REVISTA MANCHETE, abril de 1964).

O relato do general Mourão expressa o projeto golpista, do qual participaram segmentos das classes dominantes que faziam campanhas conspiratórias pela deposição de Goulart. Essas campanhas reproduziam manifestações anticomunistas de outros países e eram estimuladas por órgãos de imprensa, organizações empresariais e pelas Forças Armadas no Brasil.

Ainda na mesma entrevista, Mourão revela a associação entre os valores cristãos com a ação “revolucionária” dos conspiradores.

- Encontrou resistências ao movimento que preparava?
- Encontrei. Terríveis. É que as vezes se confunde, no Exército, legalismo com governismo.
- Acredita que o ex-presidente seja comunista?
- Não acho que ele seja comunista. Mas creio que é uma de Fausto. Vendeu a alma ao diabo, sem receber Margarida em compensação. O ex-presidente sempre cercou-se da pior gente. Tentei aconselhá-lo, quando a situação se apresentava mais grave. Mas quem podia com o CGT⁵?

5 COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT) - Organização intersindical de trabalhadores criada no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado em São Paulo em agosto de 1962, com o objetivo de coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro.

- Para articular a rebelião em Minas houve muitos entraves?
- Não, porque em Minas minhas ideias já eram sobejamente conhecidas. Assim, não houve maiores dificuldades. O povo mineiro, é por tradição, o mais infenso ao comunismo. Sadio de espírito, acredita em Deus com sinceridade.
- O senhor garante que o Brasil se manterá num clima democrático, sem opressões e violências?
- O nosso interesse único e sincero é que se faça no Brasil o melhor clima democrático, para que tenhamos paz e possamos ir para frente, sem o perigo vermelho. Para mim, quem não está com a democracia e admira os vermelhos é positivamente comunista. É verdade que, entre esses, existem os comunistas, os criptocomunistas e os inocentes úteis (REVISTA MANCHETE, abril de 1964).

Nas palavras do general, a defesa do “clima democrático” supõe a “operação limpeza” do chamado “perigo vermelho”. Trata-se da repetição de velhos argumentos para justificar a ruptura constitucional em defesa dos interesses burgueses.

- Que pretendem fazer agora as forças armadas?
- A operação-limpeza, que tem de ser absoluta. Não se faz um movimento como esse para destituir um homem e sim para erradicar um sistema viciado e perigoso, que começou em 1930 e vem se agravando até hoje.
- E as proclamadas reformas?
- Duvido que o povo as reclame. Não considero povo um ajuntamento de pelegos, comandados por minorias comunistas. Não nego a necessidade de reformas. Mas o povo não pensa nelas. Foi apenas sugestionado. Isso, porém, não é função das forças armadas.
- E seus planos para a Petrobras?
- Nomeado seu presidente, ainda não tomei posse. Só depois de inteirar-me de seus problemas poderei pronunciar-me sobre eles. Mas, antes de tudo, vou limpá-la dos comunistas que ali fizeram seu reduto (REVISTA MANCHETE, abril de 1964).

Cabe acrescentar que o projeto autoritário, baseado em uma espécie de “limpeza”, não nasceu com a ditadura, mas fortaleceu-se em decorrência da necessidade de adequar a sociedade brasileira ao campo da “democracia ocidental e cristã”. Dessa forma, os opositores da ordem deviam ser retirados do espaço público, principalmente da área da educação, um dos setores considerados estratégicos para os objetivos da ditadura.

Universidades foram invadidas por forças militares, a exemplo da Universidade de Brasília (UnB) – algumas tiveram reitores/interventores militares –, e a União Nacional de Estudantes (UNE), logo após o golpe de Estado, teve a sua sede incendiada no Rio de Janeiro. Desse modo, muitos estudantes, professores e cientistas proeminentes, a exemplo de Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Leite Lopes, Mário Schemberg e tantos outros foram processados, presos, cassados, exilados e assim por diante (GERMANO, 2008, p. 322).

Desse modo, analisar as ações políticas da ditadura civil-militar implica reconhecer que o tema da segurança e do desenvolvimento nacional, adotados pelo regime, constituiu-se em uma expressão que pautou inúmeros editoriais do período, os quais não podem ser desvinculados dos interesses de classe.

É importante enfatizar que essas ideias produzidas sobre o golpe e a ditadura eram hegemônicas no interior das Forças Armadas. É interessante perceber que inúmeros periódicos, apesar das diferenças, reforçaram a tese da ação “revolucionária” das Forças Armadas, que combatiam as forças subversivas da ordem social. Apresentava-se a intervenção como um movimento “revolucionário” e necessário para superação do atraso no desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o discurso burguês vinculava argutamente a liberdade do indivíduo com a defesa do mercado e da propriedade privada, pressuposto igualmente defendido pelas forças identificadas com o capital estrangeiro.

É possível verificar alguns aspectos que constituem esse posicionamento ideológico. Em primeiro lugar, a ideia de que as atividades inerentes à política não é para todos, mas para os esclarecidos. Não por acaso, a questão do voto dos analfabetos suscitou uma série de acalorados debates no período anterior ao golpe. Por isso, o discurso reformista de Jango ou a ação dos movimentos populares são classificados como “irresponsáveis” ou “populistas”. Verifica-se que os intelectuais orgânicos da burguesia aspiravam a uma sociedade sem as “lutas de classe”, expurgada dos elementos “subversivos” e “comunistas”.

Apesar do processo de militarização do Estado, não é coincidência que cargos-chave tenham sido ocupados por intelectuais comprometidos com a burguesia. Nomes como Roberto Campos e Otávio Bulhões⁶ estiveram à frente do modelo de ajuste econômico entre 1964 a 1967. Delfim Netto⁷ é outro representante dos interesses burgueses. Para esses intelectuais, a ditadura representou a oportunidade de emprego da orientação econômica pautada na austeridade; significou, na prática, a compressão dos salários e o crescimento da concentração de renda.

O golpe, do ponto de vista essencialmente econômico, não expressou nenhuma ruptura radical, mas foi responsável pelo aprofundamento e consolidação do modelo oriundo desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ou seja, o de fortalecer as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão do capital e intensificar o processo de concentração oligopolista, que já estava em andamento - só que com os percalços das lutas travadas no interior da sociedade -, no período anterior a 1964. A partir desse contexto histórico, verifica-se deliberadamente o favorecimento dos grandes capitais e o arrocho salarial acompanhado da repressão ao movimento operário.

A título de exemplo, entre as primeiras medidas do presidente golpista Castelo Branco, pode-se elencar: 1. A revogação da nacionalização das refinarias particulares e da Lei de Remessa de Lucros, que impossibilitava o envio anual de lucros das empresas multinacionais - no máximo 10% do capital investido no Brasil - para suas respectivas matrizes; 2. Redução do crédito às pequenas e médias empresas; 3. “as mais amplas garantias

⁶ Otávio de Gouveia Bulhões (1906-1990), Ministro da Fazenda e Roberto Campos (1917-2001), Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, estiveram a frente da elaboração das diretrizes presentes no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo do marechal golpista Castelo Branco (1964-1969). Com o propósito de combater a inflação, o PAEG levou adiante uma rigorosa contenção do crédito e promoveu uma nova fórmula de reposição salarial, que, em termos práticos, materializou uma aguda degradação dos salários.

⁷ Antonio Delfim Netto, formado em economia pela USP em 1951, foi Ministro da Fazenda dos governos de Costa e Silva (1967-1969) e E. G. Médici (1969-1973), e ministro da Agricultura do governo Figueiredo (1979-1984).

ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantia dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil.” (LARA; SILVA; 278, p. 2015). O papel de destaque desempenhado pelas multinacionais no Brasil significava a ampliação da remessa de lucros sob diferentes mecanismos, o que drenava recursos oriundos dos excedentes criados pelos trabalhadores e destinados às nações imperialistas que controlavam a economia brasileira.

Com as facilidades ofertadas ao capital estrangeiro, verifica-se igualmente seu crescimento nas estruturas produtivas do país. Diferentes empresas brasileiras (públicas ou privadas) foram adquiridas ou fundiram-se a outras controladas pelo capital externo, contribuindo, assim, com o processo de desnacionalização de diferentes setores da economia.

Quadro I.

Taxas de crescimento anuais média (1966-73)		
Setores	%	Participação das empresas multinacionais em %
Mínerais não-metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Material elétrico	14,7	76,16
Material de transporte	14,7	96,44
Química	12,6	51,12
Plásticos	12,0	70,13

Fonte: Mantega e Moraes *apud* MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 53.

Como consequência, retrocessos nos direitos, aceleração do processo de concentração de renda, aprofundamento das desigualdades sociais. Desse modo, a estrutura da renda no Brasil, já concentrada no início dos anos 1960, foi aprofundada com o direcionamento das políticas econômicas que eliminaram os obstáculos à hegemonia do grande capital. A ditadura, ao reprimir o movimento sindical e suas principais lideranças, criou condições objetivas para adoção de uma política econômica e social, que reforçou o caráter de concentração e centralização do capital, tornando muito mais desigual o modelo de desenvolvimento que se forjou fundamentalmente a partir do governo Juscelino Kubitschek.

É o período do chamado “milagre econômico”. Milagre para o atendimento dos interesses do capital, mas calvário para os trabalhadores. Tratava-se de aplicar o receituário do liberalismo econômico com as mãos de ferro do Estado. A eficiência e a racionalidade passam a ser os parâmetros proclamados para alavancar o desenvolvimento e a independência que não se materializam. Ao trabalhador restaram as migalhas.

Não se trata de uma figura de linguagem, mas a exploração foi levada aos limites da resistência da classe trabalhadora, com elevados índices de acidentes e mortes. É possível encontrar inúmeras evidências de que o “milagre econômico” cobrou um alto custo à classe trabalhadora: salários comprimidos, falta de dispositivos de segurança, sindicatos amordaçados. Os acidentes de trabalho tornaram-se parte de uma rotina que assombrava os trabalhadores.

Quadro II

Média de acidentes de trabalho registrados por dia útil: 1971-1977	
Ano	Média por dia útil.
1971	4405
1972	4966
1973	5370
1974	5891
1975	6355
1976	5717
1977	5294

Fonte: Possas apud MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 68.

O acelerado crescimento econômico e o desenvolvimento industrial na fase áurea do “milagre econômico” trouxeram, não apenas a modernização do capital, mas, fundamentalmente, a miséria social. A pobreza não é somente o desdobramento direto das condições materiais presentes na sociedade. Também não se resume, às privações de alimentação, habitação, saúde etc. As condições miseráveis penetram em diferentes espaços e criam obstáculos ao pleno desenvolvimento de todos os homens.

Nunca é demais afirmar que, no período da ditadura, as alterações promovidas pelo Estado em favor do capital são fundamentais para a compreensão do projeto de classe executado com êxito em 1964. Registre-se, por exemplo, a expansão do capital vinculado à indústria de bens duráveis e o fortalecimento dos setores da classe dominante, ligados à construção civil e à indústria pesada, tais como os Grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Odebrecht, Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros. Além desses grupos, não se pode esquecer também do setor bancário, dos quais se destacam Bradesco e Itaú, que construíram grandes impérios. É preciso ter clareza que, para atender às demandas burguesas, foi necessária uma política de arrocho que garantiu ganhos extraordinários para o capital (MELO, 2012).

A miséria de amplos segmentos da classe trabalhadora forjou uma situação terrível. Inúmeros homens e mulheres que possuíam tão somente a força de trabalho precisaram vendê-la sem proteção alguma. É importante destacar que a desigualdade de renda que aqui se estabeleceu não foi uma criação da ditadura, mas foi potencializada pela ação deliberada de repressão ao movimento sindical. A falta de proteção social reforçou um mercado de trabalho marcado por um amplo setor informalizado.

Quadro III

Distribuição de renda no Brasil.			
População remunerada %	Participação na renda.		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71	14,91	11,80
30% seguintes	27,92	22,85	21,10
15% seguintes	26,66	27,38	28,00
5% seguintes	27,69	34,86	39,00
Total.	100,00	100,00	100,00

(Passos apud MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 32)

Apesar do caráter dependente em relação aos grandes centros do capitalismo internacional e do empobrecimento da classe trabalhadora, os próceres da ditadura civil-militar no Brasil, em nome dos interesses gerais da nação, buscaram construir uma imagem de representatividade e de governança. Nesse sentido, a ditadura apresentou, como um de seus atributos, a preservação aparente de aspectos formais de uma democracia constitucional representativa. Afinal, o Judiciário e o Congresso continuaram funcionando, ainda que ocorressem cassações de parlamentares e outros agentes públicos críticos do regime.

É necessário apontar que o termo “revolução” foi empregado de modo a acobertar o que, de fato, ocorreu: a violência de Estado para impedir o avanço das forças populares. (FERNANDES, 2018). Em outras palavras, a ação golpista da burguesia se justificava por meio do argumento de que os militares serviam à Nação como um todo, ideia que não possuía conexão com a materialidade das relações sociais. Sem subterfúgios, tratou-se de um golpe de Estado, entendido como a derrubada de um governo constitucional. Não há como negar as evidências cristalinas e fartamente documentadas da campanha deliberada de desestabilização do governo Goulart pelos órgãos representativos da burguesia.

No entanto, é preciso igualmente destacar que nem tudo se constituiu em convergência para os diferentes órgãos de imprensa. Sem dúvida, havia uma unidade na estratégia de derrubada de Goulart e apoio à necessidade da “revolução” restauradora da ordem. Houve aplauso generalizado por parte da grande imprensa, mas a condução dos governos militares possibilitou divergências entre os diferentes periódicos.

Uma vez ocorrida a ruptura com a democracia liberal instalada com a Carta de 1946, os novos gestores do Estado começaram a encarar, com preocupação, algumas informações veiculadas em alguns órgãos da imprensa. Não por acaso, verifica-se a instituição da censura como meio de impedir o questionamento das arbitrariedades do Estado burguês empresarial sob a direção dos militares.

Houve periódicos que aplaudiram por muito tempo o regime, só se afastando quando os níveis de aceitação social da ditadura caíram vertiginosamente, o que aconteceu a rigor, só nos anos 1980, numa escala que ainda precisa ser melhor conhecida pela historiografia. Houve outros jornais liberais que se tornaram críticos nos primeiros dias do regime, e

ainda outros que acreditaram em uma “ditabranda” de transição até que a edição do AI-5 lhes impedisse qualquer visão enviesada sobre a existência de uma ditadura de fato e de direito. O exemplo, no primeiro caso, foi o Correio da Manhã, e do segundo, o Jornal do Brasil. (NAPOLITANO, 2017, p. 349)

Os proprietários das grandes empresas jornalísticas não se colocaram em uma posição de confronto contra os arbítrios do golpe de 64 ou a imposição do AI-5, e foram agraciados com o crescimento patrimonial, oriundos de empréstimos e investimentos do Estado.

Para além das ações golpistas e da repressão, fez-se necessária a construção de um consenso a respeito do “perigo comunista”, do combate à subversão e à desordem. E, para que esse combate fosse possível, era necessária a intervenção saneadora das Forças Armadas.

Não por acaso, os governos militares buscaram a legitimação por meio de três aspectos que foram constantemente reforçados através das declarações oficiais, editoriais e notícias presentes na imprensa:

- a) justificativa da intervenção militar em 1964 como um movimento revolucionário;
- b) o combate à subversão e ao comunismo que poderiam destruir as tradições ordeiras e pacíficas do povo brasileiro;
- c) promoção do progresso econômico e social.

Diz o preâmbulo do Ato Institucional nº 01 de 09 de abril de 1964, redigido por Francisco Campos, o mesmo que redigiu a Constituição fascista do Estado Novo em 1937.

É indispensável fixar o conceito do **movimento civil e militar** que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma **autêntica revolução**.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte.

Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. **Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo** e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. (...)

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a

drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional (grifos nossos).

Como é possível verificar, o golpe é apresentado como “movimento civil e militar” e “autêntica revolução” que se fez em nome do “interesse e a vontade da Nação”, que hipoteticamente lhe daria o suporte popular para levar adiante o processo de restauração da “ordem econômica” e “drenar o bolsão comunista”. Assim, não é surpresa os agentes do Estado enxergarem os adversários como traidores da pátria, “cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” e combatê-los sem os limites orais e éticos.

Merece registro que a ideia de um "perigo comunista" no Brasil não nasceu nos anos 1960, mas foi forjada por meio de uma série de circunstâncias que podem ser identificadas com a condenação do movimento revolucionário russo de 1917 e com as críticas ao marxismo. Afinal,

Qual o partido de oposição não foi acusado de comunista pelos seus adversários no poder? Qual o partido de oposição por sua vez, não lançou contra os oposicionistas mais à esquerda ou contra seus adversários mais à direita a pecha infamante de comunista? (MARX; ENGELS, 1998, p, 3).

No caso brasileiro, esse processo pode ser identificado com o nascimento do Partido Comunista Brasileiro (1922) e a Intentona Comunista (1935), fatos que reforçaram a identificação dos comunistas como inimigo maior.

Além dos episódios citados, o golpe de Estado de 1937 foi articulado sob o pretexto da tomada do poder pelos comunistas vinculados a organizações internacionais. Assim, se o comunismo no período anterior ao governo Vargas (1930-1945) era apontado como uma manifestação estranha e exótica diante das tradições “pacíficas” e “ordeiras”, progressivamente foi se tornando, por meio das manifestações oficiais e da imprensa, como algo que deveria ser combatido.

Quando principiou a Guerra Fria, já havia um histórico anticomunista no Brasil, que foi reforçado por meio da aproximação com os Estados Unidos. Como exemplo, a manifestação do jornal O Globo, em 14 de maio de 1947, sobre o processo que culminou com a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

Outro decisivo documento contra o Partido Comunista.
Comprovada mais uma vez a existência da dualidade de estatutos, através de uma carta que acaba de ser apreendida nos arquivos da organização vermelha.

É importante enfatizar que a posição subalterna do Brasil diante do imperialismo e a conjuntura mundial marcada pelas disputas entre Estados Unidos e URSS contribuíram para forjar um conjunto de estereótipos sobre o chamado “perigo comunista”, que se

materializou, entre outras ações, na cassação do PCB. Em poucas palavras, o perigo comunista

[...] foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse o rádio ou assistisse televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e o fim da democracia era eminente (SINGER, 1997, p. 19).

A visão exposta no preâmbulo do AI-1 não é algo isolado, mas a representação do conjunto dos defensores do golpe ocorrido em 1964. A insistência, por parte do grupo do poder, sobre o caráter democrático do processo que culminou com a derrubada de João Goulart pelas Forças Armadas, pleiteava sustentar que as medidas tomadas objetivavam assegurar a “democracia”. Costa e Silva, o segundo presidente do ciclo da ditadura civil-militar, a respeito do Ato Institucional nº 5, afirmou que:

A Revolução prossegue pelo caminho certo que levará o país rumo ao desenvolvimento rápido e seguro. Mas a Revolução também estará alerta contra quaisquer tentativas que visem impedir a ordem e derrubar a democracia (SILVA, 1969, p. 1).

A busca de legitimidade se fez também por meio das emendas à Constituição e reformas de ordem econômica, política e social com a anuência de um Congresso mutilado e da imprensa que criou o clima de consenso em torno do tema.

O Ato nº 1, decretado em 9 de abril de 1964, foi um dos instrumentos jurídicos para institucionalizar a violação da Constituição de 1946, instaurando a ditadura. Ainda que não houvesse um posicionamento homogêneo entre toda a imprensa, havia a convergência sobre a necessidade da intervenção. Os empresários dos jornais que não apoiaram ou que apresentaram críticas consideradas muito ácidas para os padrões da ditadura, perderam anunciantes e, posteriormente, faliram.

É importante esclarecer ao leitor que o discurso do combate à corrupção e ao comunismo em defesa da democracia, que se fez presente nas páginas e manchetes dos grandes jornais, justificou o golpe travestido de revolução. Em 31/03/1965, a Folha de São Paulo diagnosticava, de forma positiva, o primeiro aniversário da “revolução” com o seguinte editorial: “Um ano, saldo favorável”.

Duas coisas ninguém sinceramente negará: a oportunidade do movimento de 31 de março, que em tempo deteve a acelerada marcha do país para a anarquia, e o saldo favorável que a Revolução apresenta, ao fim de um ano caracterizado por não poucas dificuldades.

Tendo-se autolimitado quanto aos seus poderes, a Revolução estabeleceu prazos relativamente curtos para a ação drástica, que pudesse fazer-nos contra determinados princípios, temporariamente suspensos, da Constituição Federal. Esse período constituiu a fase assim dizer punitiva e saneadora, na qual o governo afastou da vida política determinadas pessoas e contra outras instaurou inquéritos e processos.

(...)

Ao mesmo tempo que se desenvolveu o período punitivo, começou o

governo federal, chefiado pelo mal. Castelo Branco, que tem se revelado governante seguro e ponderado, intensa ação política e econômico-financeira, fazendo paralelamente sentir sua presença em toda a administração federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1965).

O editorial da Folha de São Paulo deve ser compreendido como expressão dos interesses hegemônicos que buscaram legitimar a “revolução”, ainda que tenha tido um caráter “punitivo”, o que para a burguesia não fazia a menor diferença. Por isso, analisar e compreender o significado das formas de legitimação da ditadura civil-militar no Brasil, que modularam nossa memória social em conformidade com as posturas autoritárias, é uma tarefa fundamental. Trata-se de manter acesa a memória das lutas contra o arbítrio e de não ocultar o significado dos mecanismos que criaram dificuldades de superação do autoritarismo.

Desse modo, retomar a colaboração da grande imprensa com o golpe de Estado e o período histórico marcado pela ditadura significa, entre outras coisas, empreender um esforço contra todo e qualquer esquecimento daqueles que tiveram suas vidas sacrificadas nos altares clandestinos do capital.

Diante do exposto, a análise sobre o papel do caráter da imprensa na constituição ideológica justificadora da ditadura, circunscrito ao seu período temporal, apresenta questões que devem ser enfrentadas, tal qual a ideia de se considerar que o Estado, instituído em 1964, era dotado de vontade própria e acima dos interesses de classes e frações de classes. Nesse aspecto, é importante ter clareza de que a imagem de suas trajetórias, propagada pelos diferentes periódicos, contribuiu para construir uma ideia de resistência ao arbítrio que nem sempre corresponde aos fatos.

Por conta desta trajetória sinuosa e cheia de alternativas em relação ao regime que ajudaram a construir, mas ao mesmo tempo coerente com os valores ideológicos que lhes pautavam – herdeiros de um liberalismo elitista e oligárquico – os jornais brasileiros constituem uma fonte e um objeto historiográfico ricos e instigantes. Não apenas porque permitem mapear a posição do campo liberal em seus diversos matizes em relação ao regime militar, mas também porque traduzem processos complexos e sutis de construção de memória social sobre o período. A memória construída pelos jornais não apenas ajudou a elaborar e veicular imagens hegemônicas de longa duração sobre a ditadura, mas também construiu uma autoimagem quase sempre heroica dos próprios jornais no período, criando alibis e explicações para inocentá-los de qualquer responsabilidade na construção e sustentação do regime dos generais e no clima de repressão política que se instalou no Brasil. Situando-se como vítimas do arbítrio, sobretudo no período de vigência do AI-5, não é raro ver elogios da resistência democrática, da qual a imprensa liberal se vê como parte essencial, chegando a ter alguns pontos em comum com a memória das esquerdas sobre o período, sobretudo na área artístico-cultural (NAPOLITANO, 2017, p. 349).

A linha editorial da grande imprensa não foi forjada por meio de uma via de mão única imposta pelo Estado. Pelo contrário, o anticomunismo se fez presente nas redações

como mecanismo de difusão dos interesses da burguesia. É possível identificar, em inúmeras manifestações editoriais, nos primeiros anos da ditadura, a defesa da “revolução” de 1964, apresentada como um “movimento” de superação da baderna representada pelo governo Goulart.

A presença do “inimigo” interno, presente nos discursos oficiais e também em jornais de grande circulação, contribuía para a ideia de uma guerra permanente. O “álibi” do combate ao comunismo serviu perfeitamente aos desígnios golpistas. A difusão da existência de um estado de crise facilitava a adoção de restrições e procedimentos arbitrários em nome dos interesses comuns dos cidadãos. Não se tratou de uma novidade a instrumentalização política dos jornais a serviço da burguesia. Poderia ser diferente? Camargo (2008), ilustra o fenômeno a partir das reflexões do jornalista Cláudio Abramo.

Ele afirmava que “o equívoco que existe entre os jornalistas é considerar que a grande imprensa possa ir além daquilo que é seu papel histórico”. Para o reformulador do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo nos anos 1960 e 1970, liberdade de imprensa é, antes de qualquer coisa, liberdade da empresa jornalística. “A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento” da opinião pública. Foi o que aconteceu no período final do regime militar, principalmente com a campanha das Diretas, bandeira adotada sem reservas pela Folha de S. Paulo. “Mas é preciso não esquecer”, lembra Abramo, “que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional” (CAMARGO, 2008, p. 275).

O casamento entre os próceres da ditadura e as empresas jornalísticas não deve causar estranheza ao observador mais atento. Ainda que os governos militares orientassem a censura, também é verdadeiro que canalizaram, por meio de financiamento e publicidade oficial, recursos para a imprensa, beneficiando os empresários da mídia. A ditadura civil-militar contribuiu para a consolidação dos interesses empresariais que orientaram a direção dos jornais.

É necessário ponderar, igualmente, que a censura que inúmeros jornais alegam ter sofrido não foi um processo homogêneo, nem atingiu indistintamente todos os jornais. Até mesmo os jornalistas ou empresas que não sofreram a ação da censura evitaram temas considerados espinhosos, seja por um processo de autocensura ou mesmo pelo alinhamento político-ideológico entre os governos militares e os proprietários dos periódicos.

De forma despótica, a burguesia buscou a promoção de seus interesses mesquinhos, acelerando a concentração de riquezas por meio da superexploração da força de trabalho. Se o objetivo proclamado era apresentado como o “desenvolvimento da nação”, como a valorização da democracia e do homem brasileiro, na prática, o resultado foi muito diferente.

Com a imposição da ditadura e a orientação pelo desenvolvimento acelerado, o que se poderia chamar de economia nacional foi decididamente incorporada aos interesses do capital internacional, seja no âmbito das relações econômicas, seja no direcionamento

político. As esferas mais dinâmicas da acumulação monopolista foram assimiladas pelas empresas multinacionais. Dessa forma, a burguesia nacional se submeteu incondicionalmente às diretrizes do imperialismo. Desmanchavam-se, assim, os sonhos idílicos de um capitalismo nacional autônomo.

Por fim, o posicionamento dos diferentes periódicos em relação à deposição de Goulart, ao Estado militarizado e às questões relativas à educação, expressa o resultado da correlação de forças presentes na sociedade. As matérias produzidas devem ser compreendidas a partir de um contexto material, social, econômico e político. Foram homens que a produziram e editaram, pensando e agindo sobre a realidade.

É no interior do processo de transformações ocorridas no Brasil, fundamentalmente a partir do período pós Segunda Guerra, que se deve compreender o posicionamento da grande mídia. Não se trata somente de inventariar e elencar reportagens, editoriais ou artigos publicados, mas compreendê-los como expressão dos interesses de classe e frações de classe.

Por fim, antes de finalizar o capítulo, resta reforçar algumas análises sobre o caráter do golpe de 1964. Sem dúvida, tratou-se de um processo contrarrevolucionário com o apoio decisivo do imperialismo norte-americano. No entanto, entende-se que, mesmo sendo um elemento fundamental para sua compreensão, é importante ter clareza de que a ditadura também se constituiu na expressão da dinâmica interna das lutas de classes no Brasil.

O golpe que instalou a noite que durou 21 anos não foi unicamente uma ditadura militar, ainda que a tutela das Forças Armadas seja inegável ao longo do período. A ditadura reproduziu, naquele momento, a forma que melhor representava os interesses da burguesia associada ao capital estrangeiro.

A imprensa e o golpe de 1964

Para quem tem uma boa posição social,
falar de comida é coisa baixa.
É compreensível: eles já comeram.
(Bertold Brecht).

A compreensão do papel político-cultural da imprensa, em um determinado período histórico, não pode ser analisada como uma instituição acima dos interesses de classes e das relações econômicas que a forjaram. Em se tratando dos anos 1960/1970, implica considerá-la não somente no interior de uma sociedade periférica e subordinada aos interesses do imperialismo, mas em um contexto histórico demarcado pela agudização dos conflitos de classe que antecederam o golpe de 1964.

É importante ter consciência de que a economia brasileira, tal qual outras economias periféricas, tornaram-se um amplo campo de disputas do capital com vistas ao processo de modernização/crescimento. A expansão dos tentáculos das multinacionais, fundamentalmente ao longo do governo de Juscelino, constituiu um meio e efeito da consolidação do capital norte-americano. É impossível desconsiderar o momento marcado pelas exportações de capitais e seus efeitos na sociedade brasileira. Da mesma forma, não há como negar a participação da imprensa nos debates travados no período.

A organização e mobilização política da burguesia foi facilitada pelas ações das instituições: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Escola Superior de Guerra (ESG), sindicatos e federações de trabalhadores e patronais e pelos segmentos mais conservadores da Igreja Católica. Além desses organismos, foi notório o movimento dentro da imprensa pela deposição de João Goulart e, igualmente, pela legitimação da ditadura. Além da utilização da ideia de crise moral, a argumentação dos conspiradores pautava-se por um suposto movimento golpista por parte do então presidente e por sua falta de energia em combater os comunistas e a corrupção.

Cabe registrar que o movimento de oposição a João Goulart não nasceu entre 1961 e 1964. Antes mesmo, no segundo governo de Getúlio Vargas, quando foi nomeado Ministro do Trabalho, recebera fortes críticas do empresariado e da imprensa por sua aproximação com o movimento sindical.

Ao longo do ano de 1953, trabalhadores e organizações sindicais, nas grandes cidades, convocaram greves por aumento de salários. Em junho, Getúlio nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Desde o início da gestão de João Goulart, conhecido como Jango, a oposição promoveu uma campanha feroz e diária, por intermédio da imprensa, de boicote e acusações, em que o jovem ministro era definido como um perigoso “demagogo sindicalista”, “admirador do justicialismo peronista”, porta-voz de uma classe trabalhadora rebelada. A situação tornou-se particularmente grave em fevereiro de 1954, quando Jango defendeu um aumento de 100% para o salário-mínimo, aplicável, sobretudo, aos trabalhadores do comércio e da indústria do setor urbano. O aumento prometido alarmou a classe empresarial, que alegava não poder pagá-lo

sem um grande repasse aos preços. Afetaria também a classe média, que, sob a pressão do custo de vida, não seria beneficiada por medida similar (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014a, p. 89)

A reação burguesa se traduziu em denúncias, entre as quais, a existência de um pacto entre Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, presidente da Argentina, no sentido de implantar uma república sindicalista no Brasil. A orientação golpista que associava segmentos da burguesia e a oposição militar desdobrou-se na crise de agosto de 1954, que culminou no suicídio de Vargas.

Antes e depois de 1964, ocorreram inúmeras ações da grande imprensa que promoveram a desqualificação da carreira política do presidente João Goulart, que era definido por ela como “demagogo”. Acrescenta-se que, para além das denúncias, os jornais também se calaram quando era conveniente que o nome do ex-presidente caísse no esquecimento.

O discurso de oposição e de difusão do medo não era novidade. A reação burguesa se contrapunha fundamentalmente a qualquer possibilidade real ou imaginária de fortalecimento das forças identificadas com os trabalhadores. Até mesmo o método Paulo Freire de alfabetização foi questionado. Não por acaso, quando Goulart foi deposto, o governo de Castelo Branco fez uma série de acusações de que a proposta de alfabetização estava impregnada de ideias comunistas, portanto, contrária aos interesses da nação.

A dominação de classe da burguesia não se revelava claramente. Afinal, os novos dirigentes do Estado eram apresentados pela imprensa como a manifestação de um poder impessoal e acima de quaisquer interesses mesquinhos de uma determinada classe ou grupo. As acusações contra Freire não foram um artifício exclusivo dos governos militares. Antes mesmo do golpe, em editorial “Alfabetização suspeita”, a Folha de São Paulo já levantava a hipótese do caráter subversivo do método de alfabetização.

[...] são, pois, fundados os temores de que a alfabetização, de que agora cuida o ministério, seja usada não para o nobre fim que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de incutir a semente comunizante em milhares de nossos patrícios. O método Paulo Freire, que vem sendo empregado, presta-se aliás de forma excelente para isso (FOLHA DE S. PAULO, 10/01/64, editorial).

Antes de prosseguir, é importante esclarecer que, no período anterior ao golpe de 1964, a região Nordeste foi marcada por uma série de lutas populares, em especial por causas vinculadas à luta pela terra e à educação popular. As Ligas Camponesas, originadas na década de 1950, lideradas por Francisco Julião, constituíram-se em um movimento de luta pela terra e de denúncia contra o poder dos latifúndios. As lutas camponesas no período contribuíram para o surgimento de diferentes formas de organização dos trabalhadores do campo, movimentos populares e de um sindicalismo rural mais forte na defesa dos camponeses.

É importante ter clareza de que o discurso anticomunista, que esteve presente em diferentes órgãos de imprensa, expressa a reação burguesa que enxergava a sociedade a partir de uma perspectiva contrária a qualquer movimento que colocasse em questionamento a ordem burguesa. Para diferentes intelectuais que se apresentavam na imprensa, o comunismo seria uma ideologia “exótica” e destruidora da harmonia social.

Justamente por isso, o interesse crítico da Folha de São Paulo pelo método Paulo Freire se explica pela suposta “semente comunizante” em um momento marcado pelas mobilizações populares, pela ebulição do movimento das Ligas Camponesas e pelo crescimento dos sindicatos rurais que reivindicavam a reforma agrária e a abolição das formas de trabalho tradicionais.

O movimento dos trabalhadores rurais demonstrava impressionante vitalidade, crescendo em regiões onde nenhuma organização havia praticamente existido pouco antes. As demandas dos camponeses se estendiam desde a abolição do cambão – a obrigação de trabalhar para o dono da propriedade por um número de dias por semana ou por mês a um salário mais baixo que o normal – até melhorias salariais e exigências de serviços sociais e utilidades públicas – escolas, águas, esgoto, habitação, estradas. A demanda por a reforma da terra mostrava-se incipiente. No entanto, em novembro de 1961, o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores e Agricultores realizou-se em Belo Horizonte, ocasião em que se reuniram 1.400 delegados e mais de 2.000 outros participantes que endossavam o apelo de Julião para uma reforma radical da terra. As propostas do Congresso incluíam: “a total transformação da estrutura agrária existente, com eliminação da posse latifundiária da terra, principalmente através da desapropriação, pelo governo federal, de extensas terras, substituindo a posse monopolística por posse do camponês, em forma individual ou societária, e como propriedade estatal, e a distribuição gratuita da terra desocupada e taxas moderadas de arrendamento daquela desapropriada dos latifundiários (DREIFUSS, 1981, p. 299-300).

Na medida em que cresciam as mobilizações dos camponeses, ganhava destaque o tema da “cubanização” nas páginas de diferentes periódicos no Brasil. A eliminação da “semente comunizante” era apresentada como um imperativo para o respeito aos proprietários, à propriedade e à democracia.

Concomitantemente, as discussões sobre o voto do analfabeto ganhavam espaço em um momento histórico em que o país negava o voto aos iletrados. Para os periódicos, a questão ultrapassa a simples alfabetização de adolescentes e adultos. A mobilização em torno da “educação popular” assume o objetivo de ser uma tomada de consciência da realidade social brasileira, pretendendo superar a chamada educação das elites. “A expressão mais acabada da orientação seguida por esses movimentos e que maior repercussão teve no país e no exterior nos é dada pela concepção de Paulo Freire”. (SAVIANI, 2008, p. 319).

Entretanto, diante da luta de classes e das disputas político e ideológicas dos primeiros anos da década de 1960, a chamada educação popular desenvolvida no Brasil não colocava em questão o fim da exploração do trabalho ou a superação da ordem capitalista. Não se pode sequer afirmar que o problema da revolução perpassasse o método do educador pernambucano. No entanto, na medida em que crescia a mobilização popular, a reação burguesa se fez sentir em diferentes arenas da sociedade.

No Congresso Nacional, deputados identificados com o golpe se revezavam na denúncia permanente do método de Paulo Freire. Independente dos objetivos alcançados, o temor da burguesia representada pela imprensa estava na participação efetiva dos segmentos da classe trabalhadora nos destinos do país.

Nesta perspectiva, a ideia de uma educação que possibilitasse o acesso de todos e colocasse em questionamento as desigualdades sociais representava um perigo aos interesses dominantes. Todavia, essa pretensão, real ou imaginária, conflita com a própria estrutura do capitalismo, fundado precisamente na apropriação privada dos meios de produção material. É importante ter clareza de que, por representarem uma ameaça ao domínio burguês, o conhecimento e os conteúdos clássicos da educação não são socializados.

Como assevera Saviani:

O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Assim, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada, portanto, a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista (SAVIANI, 2005, p. 256).

A preocupação burguesa reproduzia um velho dilema liberal: o temor de que, por meio do voto, as massas trabalhadoras do campo e da cidade ascendessem ao poder do Estado e passassem a ter voz ativa nos negócios públicos. Afinal, como educar as massas para o consenso, se os movimentos de educação popular se propunham a incentivar a participação dos trabalhadores?

Nesse processo, com o exílio de Paulo Freire e da extinção das experiências de alfabetização vinculadas aos movimentos populares ou ao governo deposto, o método de alfabetização “conscientizadora” foi desfigurado e transformado no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), “para que todos pudessem seguir a ‘corrente pra frente’ e ‘subir na vida’ por meio da educação”. (RIDENTI, 1993, p. 91)

Acrescente-se que a reação burguesa não foi uma ação orientada apenas contra a alfabetização de segmentos dos trabalhadores e seus filhos, mas contra todas as iniciativas que vislumbressem a participação dos trabalhadores nas discussões sobre os rumos do país. Não por acaso, os projetos de educação popular foram inviabilizados e arquivados em nome da “Segurança Nacional”. Obviamente, porque se buscava manter os trabalhadores em condições de precariedade para venderem sua força de trabalho em condições mais vantajosas para a burguesia, a repressão que se seguiu ao golpe atingiu duramente a educação e outras instâncias da vida social.

Na verdade, as formas pelas quais os conflitos e projetos sociais eram retratados pelos diferentes jornais contribuíram para fomentar e caricaturar as iniciativas e lutas populares e difundir o medo do caos. O teor das “denúncias” e “análises” não diferiam muito entre os periódicos. Em uma coluna intitulada “Discursos do presidente”, publicada em 11/03/1964, o Estado de São Paulo assim se pronunciou sobre o discurso de Goulart, proferido na UnB⁸.

⁸ Registre-se que com a vitória do golpe de 1964, o IPES organizou um simpósio sobre a reforma da educação, que se realizou em dezembro de 1964. Obviamente, tratou-se de um debate pautado pela perspectiva da Teoria do Capital Humano. Em torno dessa proposta, a escola primária deveria priorizar a capacitação para a realização de atividades práticas; o ensino médio seria destinado à formação de profissionais de que o mercado necessitava; e ao ensino superior seriam atribuídas funções de formação de mão de obra para os quadros do Estado e as novas funções exigidas pela expansão do

Noutro passo desse discurso, diz também o sr. Goulart [...] ‘Nunca, em tempo algum, investiu-se tanto em educação no Brasil.’ Se o presidente da República entende por investimentos na educação as verbas canalizadas, até hoje, pelo Ministério da Educação e Cultura, para a impressão de folhetos comunistas, para a tendenciosa deturpação de fatos da História Nacional (...) então talvez S. Exa. ande acertando [...].

Para o periódico *O Estado de São Paulo*, bem como para a grande imprensa em geral, a conspiração comunista se alastrava em todas as áreas da sociedade, incluindo a educação. A resposta para o avanço do perigo vermelho se constituía na defesa de uma intervenção militar regeneradora da democracia e dos direitos naturais dos homens. Cabe considerar que, após o Golpe de 64, a educação se constituiu em uma das grandes inquietações das forças que operaram no interior do Estado, pois o regime demandava técnicos e profissionais qualificados, para atender aos interesses empresariais.

Não por acaso, com o processo de constituição do Estado de Segurança Nacional, verifica-se a ampliação do aparato repressivo. Foi instalada, após o golpe de 1964, sob a direção do então ministro da educação, Flávio Suplicy Lacerda, uma série de comissões de inquérito direcionadas às universidades brasileiras, com vistas a impedir a hipotética ação subversiva no âmbito acadêmico. Tratava-se de criar um clima de terror e evitar qualquer tipo de questionamento à ordem instituída, que, diga-se de passagem, foi amplamente justificada pela imprensa.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, o jornal “O Estado de São Paulo” forjou uma linha editorial que justificava a intervenção militar a partir dos postulados de John Locke, nos quais o poder do governante “é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando” (AQUINO, 1999, p.39). Em outras palavras, as ações do governo Goulart colocavam em risco a liberdade e a propriedade, na medida que pactuavam com o movimento comunista.

Ao mesmo tempo em que defendia a liberdade, a grande imprensa demonstrava a inevitabilidade das diferenças “naturais” entre os homens. Desde Locke, todos os pensadores identificados com o liberalismo levantam a necessidade de um Estado que defenda os direitos e as liberdades individuais alicerçados na propriedade privada e no livre comércio.

Dessa forma, as manchetes e editoriais denunciando o governo Goulart como uma ameaça à liberdade promoveram o clima político para estimular os protestos e legitimar o golpe de Estado. No editorial intitulado “O Estado de Revolução em Pernambuco”, de 5 de março de 1964, *O Estado de São Paulo* defende, com todas as letras, o imperativo da intervenção militar e do processo de impeachment por parte do parlamento. Em meio à avalanche de críticas ao presidente, o jornal conclama que as Forças Armadas e o Parlamento defendam os interesses do “povo brasileiro”.

O ESTADO DE REVOLUÇÃO EM PERNAMBUCO

Os dramáticos acontecimentos de Recife vieram confirmar que a crise brasileira entrou em sua fase final – a fase em que se decidirão os destinos da República e da própria nacionalidade. Não se trata desta vez de um agravamento da tensão provocada por aqueles que fomentando a luta de

capitalismo no país (SAVIANI, 2008).

classes creem abrir as portas à subversão geral da ordem e a consequente derrubada das instituições democráticas. [...]

O próprio clima de tensão gerado pelos provocadores comunonacionalistas torna, entretanto, difícil conter os ânimos mais exaltados, sendo numerosos os proprietários que à força, querem responder com a força, uma vez que nada esperam de um governo que prega o ódio entre classes e difunde o comunismo nas escolas e nos quartéis. [...]

Nesse caso, resta uma única solução: a que desde o primeiro momento nos acudiu ao espírito, aquela que está na mente de todos e que só não foi posta em prática até agora porque o Sr. Presidente da República aceitou deliberadamente ferir a lei para prestigiar a Revolução com a sua autoridade. Em qualquer outro país, um chefe de Estado que se visse em situação semelhante, enfrentando uma conjuntura tão dramática, não hesitaria um minuto em decretar o estado de sítio. Mas como na chefia do Executivo Nacional se encontra um caudilho, não acreditamos que essa ou qualquer outra solução seja aceita pelo ocupante do Palácio da Alvorada.

Assim, perguntamos, até onde irão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos admitir que os seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes, se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal. Do Congresso Nacional não é de esperar a solução que no caso seria o impeachment. E a conclusão a tirar de tudo isso é que ambas as instituições – Forças Armadas e Parlamento – se resignaram a colocar acima dos direitos do povo brasileiro o seu temor em assumir a responsabilidade que o momento histórico lhes dita (O ESTADO DE SÃO PAULO, 05/03/1964).

O Estado de São Paulo entendia que as propostas de Jango poderiam levar ao derramamento de “sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes”. Logo, segundo o raciocínio desenvolvido pelo periódico, as propostas presidenciais representavam a destruição dos direitos do povo brasileiro, fato que justificaria, por si só, a intervenção.

O golpe de 1964 não constituiu uma ação improvisada, mas uma ação deliberada de transformação do sistema político e sua adequação aos interesses do capital. O bloco do poder, constituído entre os elementos da burguesia nacional associado aos interesses imperialistas, demandava uma nova relação com o Estado e uma rejeição aos projetos de cunho nacionalista ou de ampliação da participação popular.

A opinião pública foi sendo preparada para a intervenção militar. A Folha de São Paulo, por exemplo, em editorial estampado em suas páginas no dia 14/03/1964, um dia após o Comício da Central do Brasil, declarava:

Para quê?

O Comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem

defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir esta burla (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/03/1964).

A narrativa da campanha de inviabilização do governo Goulart utilizou fartamente o combate a um suposto apelo golpista do então presidente. O posicionamento assumido publicamente por diferentes órgãos de imprensa contribuiu não somente para o golpe, mas para os contornos assumidos pela ditadura civil-militar.

Tratava-se, por parte da Folha de São Paulo e de outros órgãos de imprensa, de criar um ambiente de pânico e terror, apontando para o perigo do avanço da subversão em nossas terras, atemorizando as camadas médias, conclamando os católicos a se oporem ao comunismo ateu. “E não se imagine nenhuma inocência nisso, qualquer espontaneidade, quaisquer laivos de jornalismo em sentido estrito” (JOSÉ, 2015, p. 31).

Tratou-se de uma ação deliberada em que ficou explícito o caráter de classe e a aversão a qualquer projeto popular. Exortavam-se os leitores a apoiarem a deposição de Goulart. Não importavam as consequências, desde que as forças das armas silenciassem os sindicatos e os trabalhadores.

A rápida materialização do golpe confirma a hipótese de que o apoio a esse projeto ultrapassava os círculos militares e o governo estadunidense, contando com o apoio incondicional de importantes setores da sociedade civil (LEHER, 2019). Registre-se que o Grupo Folha prestou apoio à Operação Bandeirante (OBAN), seja na logística, por meio da cessão de caminhonetes para o cerco e captura de indivíduos considerados subversivos, seja no editorial explícito nas páginas do jornal Folha da Tarde.

É fato que os grupos empresariais da informação não estavam sozinhos na tarefa de auxílio ao aparato repressivo. Inúmeras entidades empresariais apoiaram tal empreitada.

A FIESP, liderada por um tal de Theobaldo de Nigris e seus acólitos, financiaram — sem nenhum peso na consciência — a repressão ao "inimigo interno" com requintes de crueldade. O capital põe-se a serviço da brutalidade e das práticas de tortura, do desaparecimento, do aniquilamento, da humilhação, em suma, práticas de uma burguesia vil, covarde e indigna. Marca a ferro e fogo de uma burguesia que não pode expressar a universalidade do civilismo burguês. É de conformação hipertardia. A associação ao capital estrangeiro, face à apropriação dual da mais-valia, a mantém numa posição inferior como parte de sua natureza atrofica, potencializando a reprodução do arcaico na processualidade de sua modernização excludente (RAGO FILHO, 1998, p. 6).

Como se vê, os agentes do capital atuaram com desenvoltura na defesa dos seus interesses. Não há como negar a atuação de financiamento e legitimação de um regime que se utilizou do terrorismo de Estado para impor a ordem a serviço dos interesses da burguesia. Em outras palavras, a tão propalada defesa da liberdade do mercado se fez por meio da ditadura, que silenciou aqueles que não acreditavam em sua eficiência.

A organização de uma rede de empresários da imprensa foi uma ação sistemática da burguesia que, coordenada pelo IPES, reuniu Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, o que conformou a “Rede da

Democracia”. A verdade é que esses periódicos estavam, de modo pleno, integrados à campanha liderada pelo IPES, que teve um papel importante na construção de apoio social em defesa do movimento golpista. (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

A respeito do tema, o trabalho de Beatriz Kushnir (2004) demonstra a versão falaciosa da imagem de resistência ao arbítrio, que muitos jornais apresentam. Um caso emblemático foi o do periódico Folha da Tarde, jornal que teve a redação dominada por policiais. A imprensa, ainda que apresentasse divergências pontuais, mais do que silenciou sobre o regime: foi um instrumento fundamental para a difusão do ideário anticomunista e de defesa da intervenção “regeneradora” dos militares.

O trabalho de inúmeros intelectuais que militavam na imprensa constituiu a utilização de instrumentos retóricos que desqualificavam as ações de Goulart, apresentando-as como demagógicas, irresponsáveis ou mesmo comunistas. Porém, quando da imposição do AI-5 e da introdução da censura nas redações, alguns jornais, como é o caso de “O Estado de São Paulo”, apresentaram-se como guardiões da liberdade. No entanto, nada disso apaga a campanha em defesa da intervenção militar e as convergências de interesses entre os empresários da imprensa e o Estado, que, em última instância, os representava.

Em 2 de abril 1964, *O Estado de São Paulo* estampava a seguinte manchete em sua contracapa: “Vitorioso o movimento democrático” e “Aprovado o impeachment de Arraes”. No mesmo dia, o *Correio da Manhã*, em um editorial com o título de “Vitória”, fez a seguinte análise dos fatos ocorridos:

A Nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era mais possível suportá-lo em consequência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação e abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças iminentes da nação já o repudiaram e o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida.

(...)

Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenaram as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina e o cumprimento da lei.

(...)

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com uma instauração de uma ditadura.

(...)

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente os seus dirigentes. Não recua diante da reação porque ele sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia.

Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos deste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições e foi vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira (CORREIO DA MANHÃ, 02/04/1964) (grifos nossos).

Já *O Dia*, 03 de abril de 1964, noticiou: “Mais de um milhão de pessoas na Marcha da família com Deus pela liberdade” e complementava abaixo: “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”.

Como se vê, não há como negar o protagonismo ideológico da imprensa na construção legitimadora do golpe de Estado. Esses exemplos expressam a construção de um consenso nacional e não devem causar estranhamento a nenhum pesquisador. A explicação de que a “queda do sr. João Goulart” ocorreu em função da “ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política” não passou de uma farsa, serviu de motivação para o golpe de Estado.

Os artífices do golpe jamais apresentaram provas incontestáveis de que pudessem comprovar os planos conspiratórios do presidente deposto. Além disso, ao longo do período constitucional de 1946 a 1964, não houve nenhuma ação deliberada das esquerdas que pudesse ser classificada como revolucionária ou golpista.

Em linhas gerais, as ações dos grupos identificados com os interesses da burguesia, os quais se manifestaram na imprensa, promoveram a construção da imagem do perigo que forças comunistas representavam sob João Goulart e seus aliados. Não por acaso, os valores de defesa da religião, da família, da propriedade e da valorização da harmonia social eram elementos utilizados pelos grupos dominantes no combate ao governo Goulart e na defesa dos governos militares. Foram exaltados, em diferentes espaços, a liberdade em oposição ao que seria a degradação da família.

Mais preocupante, a ditadura fica, dessa forma, justificada, pois impediu que o Brasil caísse nas mãos dos comunistas e preservou suas instituições. Ainda Mais uma vez, as palavras de Marx, em *O 18 Brumário*, continuam a expressar o caráter de classe do Estado e as ações da burguesia para a preservação dos seus negócios.

Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado; todos os movimentos de sua sociedade são reprimidos pelo poder do Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra os seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bola está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: *Fuge tace, quiesce!* (Foge, cala, sossega!) Agora é Bonaparte que grita à burguesia: *Fuge tace, quiesce* (MARX, 1997, p. 122-123).

Não se trata de uma justaposição anacrônica de momentos históricos distintos com suas especificidades. Entre o voto e a espada, a burguesia, incluindo os veículos de comunicação que a representavam, abriu mão da democracia liberal e se congratulou com os militares golpistas que defenderam sua bolsa. O fortalecimento do poder executivo era uma necessidade para a subjugação política dos trabalhadores e das forças identificadas com o campo popular.

A deposição de Goulart foi saudada pelo empresariado, pelos banqueiros, pelos latifundiários, por amplos segmentos da Igreja Católica, pelas diferentes lideranças políticas etc. Desnecessário afirmar que a grande imprensa, como expressão dos interesses empresariais, atuou, em última instância, em defesa dos interesses da burguesia. Segundo Gramsci, “Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores” (GRAMSCI, 2005, s./p.).

A defesa da pátria, liberdade, democracia, combate à corrupção e ao comunismo, preservação da família, entre outras bandeiras, foram desfraldadas pelos conspiradores de 1964 e por parte significativa da imprensa, preparando a opinião pública para a defesa da intervenção militar. A orientação dos diferentes periódicos buscou a criação de consenso em torno da queda de Goulart, apresentando sua gestão como “nefasta” aos interesses da nação. Não foram ações isoladas de jornais, jornalistas ou militares, mas de um amplo conjunto de intelectuais orgânicos vinculados aos interesses empresariais.

Garantiu-se, desse modo, a reprodução do capital nos termos da burguesia, cujo agente principal é o Estado burguês. Essa dominação se fez pela repressão em diferentes momentos da história, e foi reforçada pelo golpe de 1964, mas também por meio da dominação ideológica, ou seja, pela produção de um consenso social que naturaliza as relações de classe sob o manto do capital.

Como realidade histórica superável, o capitalismo busca a reprodução de suas relações de produção a fim de garantir, pela ampliação da produção, a acumulação. A reprodução de suas relações mais do que uma (re)produção de coisas. Implica a tentativa de reproduzir o movimento do capital social como um todo. Assim, essas relações não se produzem e se reproduzem apenas na empresa, mas também no mercado, no dia-a-dia, na família, na arte, na ciência, na Igreja, no exército e na educação (CURY, 1987, p. 39).

A burguesia e seus intelectuais orgânicos buscam coesão e coerência no discurso de legitimação da ordem capitalista. Em outras palavras, trata-se da construção do consenso. Evidentemente, a imposição pela força e por meio dos aparelhos privados de hegemonia não se faz sem contradições. Afinal, os antagonismos da exploração de classe não podem ser abolidos por decreto ou pela ditadura. A miséria e a penúria dos trabalhadores em uma sociedade periférica continuam existindo.

Evidencia-se, de fato, que a dominação ideológica da burguesia, que não se restringe ao Brasil, necessita, constantemente, ocultar a essência de classe da sociedade, para que os trabalhadores não enxerguem sua condição de explorados. Não é casual que a desqualificação dos projetos vinculados aos movimentos ligados aos interesses dos trabalhadores e à defesa dos interesses do capital constituam as faces de uma mesma e única moeda. Assim, a ideologia burguesa reduzia os projetos sociais do período 1961-1964, tais como a reforma agrária, por Leonel Brizola, das empresas estrangeiras; o apoio de Miguel Arraes às organizações populares e camponesas, como manifestações de projetos demagógicos e, especificamente as reformas de base do pré-64, como propostas impraticáveis, típicas da "retórica populista" (RAGO, FILHO, 1998).

A construção do consenso em torno da queda de Goulart não se reduziu simplesmente à legitimação da ordem social ou falsa consciência da classe trabalhadora. Tudo que, hipoteticamente, colocasse em perigo os privilégios da burguesia ou a ordem liberal burguesa de 1946, era entendido como inaceitável.

Diante dos conflitos gerados pela Guerra Fria, diferentes exemplos no âmbito internacional eram apresentados para legitimar a intervenção das Forças Armadas, tais como os movimentos de caráter revolucionário ocorridos na África, Ásia ou mesmo em Cuba. Inúmeros periódicos cumpriram a tarefa de denunciar a suposta ameaça comunista e o “dever” de detê-la a qualquer preço.

Por meio do argumento da liberdade de informar o público, a imprensa contribuiu para a difusão dos interesses dominantes. As empresas de comunicação selecionavam o que devia ser publicado e o que devia ser silenciado. À luz desse entendimento, ainda que defendessem a liberdade de expressão, liberdade de manifestações, eleições livres, muitos intelectuais abrigados nas redações dos diferentes órgãos de imprensa não tiveram dúvidas em defender a intervenção militar no período anterior ao golpe de 1964 ou mesmo ao longo da ditadura.

As contribuições de Gramsci são esclarecedoras.

O Governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se... não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (GRAMSCI, 1976, p. 96).

O discurso dominante, presente nos grandes jornais e em outros espaços da sociedade civil, procurou forjar uma visão de mundo que serviu de princípio ao projeto de dominação burguesa por meio da ditadura, que foi apresentada, pelos seus artífices, como uma “Revolução”, que reforçou a hegemonia burguesa.

Segundo os apontamentos de Gramsci (2007), a hegemonia de uma determinada classe não se faz exclusivamente por meio da força ou instrumentos de coerção. Trata-se de um mecanismo de direção e ascendência de uma classe sobre a outra, no transcorrer de um determinado período histórico.

A produção gramsciana contribuiu para o desvelamento do papel dos grandes jornais. Para o filósofo italiano, a imprensa burguesa constitui mais um “aparelho privado de hegemonia”, que participa ativamente das “trincheiras” burguesas na defesa da ordem. Em momentos de acirramentos dos conflitos, como ocorreu no período anterior ao golpe, a grande imprensa se apresentou como representante da “nação” para defender os interesses das classes dominantes.

Obviamente, a dominação não se faz sem resistência dos trabalhadores. Por isso, a hegemonia burguesa foi efetivada não somente por meio da coerção, mas também por meio de uma série de instituições que contribuíram para a naturalização das diferenças de classes. Registre-se que jornais, diários e revistas se envolveram ativamente na preparação da opinião pública para o golpe, além de formarem uma frente ideológica que contribuiu para a difusão dos valores tão caros aos interesses burgueses.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. [...] (GRAMSCI, 2007, p. 95)

Esse fragmento da obra do autor italiano indica pelo menos dois aspectos importantes para compreensão do papel da imprensa. O estabelecimento da hegemonia requer, além do uso da coerção, a construção do consentimento com relação a determinadas ideias e valores. Trata-se de um processo de legitimação da ordem social como se fosse algo natural para os indivíduos. Ainda, segundo Gramsci (2007), o papel da imprensa é fundamental na construção desse consenso.

No entanto, cumpre esclarecer que a imprensa não foi a única instituição a difundir uma visão de mundo carregada do senso comum e conformismo cego e a-históricos. A religião, a legislação, a educação escolar e as relações sociais são elementos que auxiliam na compreensão da hegemonia burguesa entre as camadas populares. A condução da sociedade pelas mãos da burguesia deve ser compreendida como direção cultural, ideológica, em todos os níveis da vida em sociedade.

Diante do exposto, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla da teoria gramsciana, é importante uma distinção metodológica entre sociedade civil e sociedade política, para esclarecer o conceito de Estado ampliado, que acompanha a obra do autor. Em linhas gerais, a primeira constitui um conjunto complexo que compreende organismos privados e voluntários como as diferentes organizações da sociedade: partidos, instituições representativas de classe, meios de comunicação, sindicatos, igrejas, empresas etc. É nesses espaços, nessas instituições, que o conjunto das relações sociais são pensados e interpretados por meio das ideias políticas, científicas, filosóficas, religiosas,

Já a sociedade política, para Gramsci, são as instituições do Estado, que podem ser identificadas na burocracia administrativa, nas forças armadas, no sistema judiciário etc.

As duas instâncias estão intimamente vinculadas, uma vez que a articulação de consenso e coerção garante a hegemonia de uma classe sobre toda a sociedade (SEMERARO, 1999). Em outras palavras, não se trata de uma simples oposição entre as duas instâncias com fronteiras rigidamente demarcadas.

Cabe esclarecer que a luta de classes não implica, necessariamente, em um confronto armado, manifesta-se também por meio dos procedimentos do Estado, através da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, da legislação, das normas do direito etc. Ela se faz igualmente presente na luta dos trabalhadores, nas mais diferentes instâncias sociais, pela conquista de direitos ou mesmo de reformas sociais.

No entanto, a defesa pelo Estado e demais organizações burguesas da conciliação entre capital e trabalho constituiu uma estratégia habitual. Registre-se o pronunciamento do então ministro Jarbas Passarinho, que retransmitiu a mensagem de Costa e Silva por ocasião do dia do trabalho, em 1º de maio de 1967.

Na área do trabalho, esse humanismo social está a serviço da conciliação de propósitos entre o Capital e o Trabalho. Os comunistas e seus aliados da esquerda negam essa possibilidade e, por isso, pregam a extinção das classes, para implantação da ditadura do proletariado. Os legalistas advogam a «paz romana», pois querem conciliar o Capital com o Trabalho esmagando os trabalhadores, negando-lhes o direito de defender suas causas, contendo-os numa legislação que os transforma em passivos espectadores do processo socioeconômico (SILVA, 1967, s/p).

Ora, a partir das contribuições de Marx, Engels e Gramsci, pode-se perceber que a burguesia e seus agentes elaboram e difundem conceitos que pretendem proteger o capital das contradições, que se manifestam no cotidiano da classe trabalhadora, de forma a escamotear o conflito. Trata-se do fortalecimento de uma concepção de mundo dominante, para que se conserve a unidade ideológica dos interesses burgueses. Para que isso ocorra, tanto o Estado como a sociedade civil, por meio dos organismos privados, contribuem para o agendamento de temas que merecem ser reforçados socialmente.

Em uma carta enviada a Tatiana Shucht, Gramsci pontua:

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo, etc.) (GRAMSCI, 1987, p.224).

Assim, a ampliação do conceito de Estado, o papel desempenhado pelos intelectuais, a compreensão da correlação de forças entre as classes sociais e outros procedimentos são importantes para a compreensão que Gramsci oferece aos organismos privados (entre eles, a imprensa). Também sobre eles as relações de hegemonia na sociedade, o que inclui a relação pedagógica em sentido ampliado. Nesse aspecto, os veículos de imprensa atuaram de forma decisiva no âmbito da política e contribuíram para pautar os interesses econômicos da burguesia junto ao Estado.

A produção de Gramsci contribui para a compreensão da imprensa e seu papel no período que antecede ao golpe e ao longo da ditadura.

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga,

pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores (GRAMSCI, 2005, s./p.).

Excetuando-se as condições históricas em que o autor italiano produziu sua obra, não há como negar a pauta liberal e a crítica às organizações de trabalhadores, presentes em diferentes jornais que se tornaram uma sucursal dos interesses burgueses. Pouquíssimos veículos de imprensa e comunicação, tais como o periódico carioca Última Hora e a TV Excelsior, que se manifestaram em defesa da legalidade e contrários à ruptura golpista, as demais empresas do segmento de informação deram apoio explícito ao golpe e foram agraciados por isso. A questão era oferecer ao público um produto aceitável, que não ofertasse perigo à manutenção da ordem social, e exorcizar tudo o que pudesse ser remetido ao socialismo.

É interessante notar, por mais paradoxal que seja, que a derrubada de João Goulart foi constantemente associada a um movimento democrático e de interesse popular. A liberdade, a família, a religião ou mesmo a democracia estariam em perigo diante do processo de “comunização” acelerada. Assim, as notícias divulgadas contribuíram para unificar a burguesia e amplos segmentos das camadas médias em “defesa da ordem”. Com a manchete “Ressurge a Democracia”, o jornal O Globo, em 2 de abril de 1964, assim se posicionou:

[...] salvos da comunização que celeremente se preparava, **os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos.** Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais (O GLOBO, 1964, p. 1, Editorial).

Não deve causar estranheza o posicionamento do jornal O Globo ou de outras empresas do ramo. O golpe foi articulado muito antes. Segundo Kushnir (2004), nos mais diferentes níveis e momentos históricos, as grandes empresas de comunicação contribuíram para a ruptura golpista; e, a partir da instalação do aparato repressivo, aproveitaram-se da conjuntura marcada pela ditadura para expandir seus negócios. As ações desse segmento,

como de outros segmentos da burguesia, comprovam as linhagens de classe marcadas pelo conservadorismo, tão distantes da imagem idealizada de que somos democratas.

Vale a pena discernir que, apesar da colaboração da grande imprensa, também não há como negar que a censura foi amplamente utilizada como meio de impedir a divulgação de temas considerados espinhosos. Paradoxalmente, para os órgãos de repressão, os jornais eram espaços com ampla penetração das ideias comunistas, sendo, por isso, vigiados, para que as ideologias “exóticas” não corrompessem a sociedade. Na defesa do “espírito patriótico” dos chefes da “Revolução” de 1964, não faltaram exemplos da identificação do socialismo ou comunismo com os regimes totalitários e discricionários, como se o Brasil constituísse o exemplo maior da democracia.

A revista *Veja*, em sua edição de estreia, em 11 de setembro de 1968, apresentou uma reportagem intitulada “Rebelião na Galáxia Vermelha”. Em suas páginas, o leitor tomava contato com as dificuldades encontradas pela URSS em manter-se líder do bloco socialista.

Desde que a galáxia foi formada, o Kremlin tem se esforçado, por diversas maneiras, para ser o sol único e incontestado. Aos países que lhe giram em volta, nem sequer foi reconhecido até hoje o papel de planetas: de fato, no Ocidente, eles são chamados de satélites. Entretanto, nem tudo tem ocorrido de acordo com os planos do Kremlin: os satélites, ora um, ora outro ensaiam há tempos a sua revolução. E o sol, a cada vez, fica menos luminoso (VEJA, ano 1, nº 1, 11 set 1968, p.86).

A questão da guerra fria e a opção brasileira pelo mundo “cristão e ocidental” orientaram o caráter do texto que desqualifica o comunismo, ao mesmo tempo que o identifica com os opositores dos governos “revolucionários” de 1964. Trata-se de um movimento que busca convencer o público leitor das supostas equidade e justiça presentes nas relações capitalistas de produção. Obviamente, a revista *Veja* não foi um caso isolado. É interessante notar a forma pela qual são denunciados os abusos contra a liberdade e os valores cristãos no mundo comunista.

Não por acaso, no período inicial da ditadura, evidenciou-se, entre diferentes veículos de imprensa, a ideia de restauração da ordem econômica e social, combatendo-se os desvios e os entraves que impediam o desenvolvimento nacional. Tal operação constituía um artifício para justificar o combate às forças da desordem, leia-se, o comunismo. Não por acaso, essa é a tônica do Ato Institucional nº 2.

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: **erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.**

(...)

A revolução está viva e não retrocede. **Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil.** Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a

própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Na análise de outras fontes de pesquisa, dentre as quais os periódicos elencados ao longo do presente trabalho, observa-se a repetição do discurso do combate à corrupção ou à subversão. Além disso, foi relativamente comum a construção da imagem dos militares como homens abnegados, que lutaram em favor do povo brasileiro e em defesa da família, religião, pátria etc. Dessa forma, nos textos presentes nos diferentes Atos Institucionais, nas declarações oficiais ou nos periódicos, são encontrados os elementos da DSN, que propugnava pela paz social como requisito para o desenvolvimento da nação.

A legitimação é reforçada por meio da ideia do desenvolvimento econômico, associado à segurança interna. Nesse sentido, a noção de constante ameaça à nação originária dos inimigos da “pátria” contribuiu para o clima de suspeita. Trata-se, dessa forma, de uma estratégia de dominação de classe, que serviu para justificar o golpe travestido de revolução.

Pelas páginas dos periódicos alinhados com a ditadura, por exemplo, transmitia-se a imagem de um Brasil idealizado, um país em que reinava a eficiência derivada do senso de patriotismo das Forças Armadas. O mesmo não ocorria com os chamados jornais alternativos.

Embora todos os periódicos pudessem ser submetidos à censura, o olhar discriminatório recaía com mais intensidade sobre os jornais da chamada imprensa alternativa, visados, sobretudo, em função dos embates ideológicos que travavam com os militares que estavam no poder. (...)

Nos anos 1970, foram poucas as publicações da grande imprensa que sofreram censura prévia. Além da Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro, que esteve sob censura por quase dez anos, também os jornais O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde, em São Paulo, ficaram sob censura entre 1972 e 1975; A Notícia, de Manaus, entre 1975 e 1978; e a revista Veja, que foi submetida à censura prévia em 1972 e entre 1974 e 1976 (BARBOSA, 2014, s/p).

Cabe registrar que o início dos anos 1970 constituiu o momento mais repressivo dos governos militares. Antes mesmo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) assumir, o terrorismo de Estado já estava em funcionamento, por meio da decretação do AI-5, publicado em 14 de dezembro de 1968. Trata-se da iniciativa jurídica mais emblemática da ditadura civil-militar, concedendo ao presidente a prerrogativa de dissolver o Congresso Nacional, cassar direitos políticos e confiscar bens de qualquer cidadão, cassar mandatos parlamentares, suspender habeas corpus, decretar estado de sítio, entre outros.

O que inquietava os militares no governo era a evidência do crescimento das oposições e, particularmente, a erosão de suas bases de apoio entre as camadas médias. O clima de descontentamento com os rumos da “revolução” também influenciou uma reação dos trabalhadores contra o arrocho salarial, com greves em Contagem e Osasco.

Diante da escalada autoritária, Carlos Castello Branco, colunista do Jornal do Brasil, assim se manifestou sobre o AI-5.

Primeiras impressões sobre o ato de ontem

Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora aparentemente nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos. A experiência do governo Castello Branco, que teve de editar atos desse tipo quatro vezes, terá aproveitado ao redator do novo édito.

Ele cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipavam uma peça destinada a munir o governo dos instrumentos para tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da Revolução de março, o presidente Castello Branco.

O Congresso, posto em recesso por tempo indeterminado, está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário. A possibilidade, mantida pelo Presidente, de convocar o Congresso sem compromisso de data indica que somente para resolver uma crise eventual ele o fará. Mais provavelmente, contudo, Câmara e Senado somente voltarão a se reunir para constituir Colégio Eleitoral que, no tempo próprio ou no momento designado pela revolução, formalizará a escolha do sucesso do Presidente Costa e Silva.

[...]

A imprensa aparentemente foi poupada. Na realidade, deverá o tema ser tratado num ato complementar, tal como antecipavam ontem os deputados do esquema situacionista.

[...] A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos de tal modo contidos que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles.

As instituições criadas pela Constituição de 1967 podem retornar um dia. No momento, elas estão suspensas, apesar de ter sido mantida formalmente a Constituição.

(...)

Quanto à execução do Ato, é agora questão de tempo. O Presidente Castello Branco usou parcimoniosamente de seus poderes discricionários. O Presidente Costa e Silva tem a imagem de homem moderado e de sentimentos humanitários. Resta saber se terá condições de exercer com a mesma moderação do seu antecessor os tremendos poderes de que se investiu após tanta hesitação. (Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 14/12/1968) (grifos nossos)

Obviamente, a leitura de qualquer colunista ou intelectual, assim como de qualquer conteúdo jornalístico, não pode ser ingênua. Dada à conjuntura do período, o ano de 1968 foi marcado por uma série de manifestações públicas organizadas pelo movimento estudantil. A ditadura sentiu-se no direito de responder com maior ferocidade e violência contra os estudantes e outros segmentos engajados na superação do regime militar. A moderação de Costa e Silva e seus “sentimentos humanitários” não foram suficientes para impedir a repressão que se seguiria com ou sem o presidente. Para além das questões levantadas, ao contrário dos Atos Institucionais outorgados anteriormente, no AI-5 não havia um prazo delimitado para sua vigência. Tratou-se do fechamento definitivo do regime.

Diga-se, na grande maioria dos jornais, as notícias das ações do governo ocorriam de forma a persuadir os leitores de que a “revolução” seguia nos trilhos do desenvolvimento econômico e social. Afinal, o AI-5 destinava-se a “municar o governo dos instrumentos para tudo o que, por timidez ou por compromisso democrático, deixou de fazer”.

Com um ato institucional mais forte, Costa e Silva anuncia um novo estilo
Um ato de análise O Ato Institucional não deixa de ser uma autocrítica da Revolução, onde o partido do governo não escapa a uma censura no preâmbulo. E, na decretação do recesso do Congresso por tempo indeterminado está o sinal mais evidente de uma nova fase em que a Revolução se reinicia sem a classe política que não quis ou não pode integrar-se no processo revolucionário. A manutenção da Constituição de 1967 tem o efeito de manter também o mesmo sistema de escolha do Presidente da República [...] O dia 13 de dezembro, para os militares, passa a constituir o Ano Zero da Revolução [...] (Veja, ano I, nº 15, 18/12/1968).

Como fica evidenciado, o papel ocupado pela imprensa constituiu um espaço no qual as justificativas para as ações do Estado tornaram-se fundamentais para a manutenção da hegemonia. Note-se, por exemplo, que o movimento continua sendo classificado como “Revolução” e que o seu decreto ocorreu porque a “classe política não quis ou não pôde integrar-se ao processo revolucionário”. Nesse sentido, o conceito de revolução aparece deturpado de sua especificidade histórica. Sua utilização pela imprensa se identificou com o sentido “heroico” e de “responsabilidade” das Forças Armadas em manter e modernizar as estruturas sociais, nos moldes das relações capitalistas de produção.

Carlos Castello Branco, em sua coluna no Jornal do Brasil, publicada em 19 de dezembro de 1969, manifestou suas impressões sobre Costa e Silva, recém-falecido:

Réquiem para Costa e Silva

Consumiu-se o Marechal Costa e Silva no esforço de ajustar-se à elevada responsabilidade de Presidente da República, exercendo-a no sentido das aspirações nacionais. Seu esforço não deve ser medido pelo tempo físico que dedicava diariamente ao trabalho, mas pela disposição interior de vencer os obstáculos, de resistir às pressões que pleiteavam dele a conduta sectária de um homem a serviço da sua classe e não de um chefe a serviço do seu povo.

(...)

De qualquer forma, ainda que ele tenha cometido erros naquele período, o fato é que, na Presidência da República, ungiu-se do sentimento de

responsabilidade inerente ao cargo, que passou a exercer sob a inspiração da índole civil dessa magistratura. Faltou-lhe certamente vivência política, fato de que resultou a abdicação de parte inseparável da função presidencial, qual seja o comando ativo e participante da totalidade do dispositivo de apoio. Mesmo aí êle agia de boa-fé, no pressuposto de que, traçada a orientação, lhe cabia apenas esperar que cada um cumprisse o seu dever. Não lhe terá ocorrido que, em cada momento, varia de pessoa para pessoa a conceituação do dever diante das circunstâncias sempre renovadas.

(...)

O General Médici, que foi testemunha diária do esforço do seu antecessor e de quem parece ter herdado o sentimento legalista e o desejo de promover uma reconciliação nacional, poderá tirar do sacrifício do seu antigo chefe a lição inequívoca. Êle sabe os desvios a evitar, as pressões a neutralizar ou suprimir e a natureza inarredável da missão que lhe chegou às mãos sem que a pleiteasse. A natureza nacional e civil de um comando que se exerce no sentido do bem de todos ou queima a vida de quem o detém.

E' o General Médici o terceiro Presidente da Revolução. Os dois primeiros estão mortos. Mortos, mas com uma mensagem nítida e imperativa ao sucessor, que é a de deixar para trás o passado e encarar o futuro. O General Médici já assim definiu sua missão, que é construtiva e de paz. No entanto, a casa continua dividida.

Vale destacar, ainda, que o Ato Institucional nº 5 e a sucessão de Costa e Silva constituíram um momento de consolidação da escalada repressiva de um golpe dentro do golpe. Com a doença de Costa e Silva e seu afastamento, o então vice-presidente, Pedro Aleixo, foi impedido de assumir a presidência da República.

Face ao exposto, pode-se perguntar: Quais as razões para classificar Costa e Silva como um homem que resistiu a “pressões que pleiteavam dele a conduta sectária? Ora, não é o mesmo homem que outorgou o AI-5? Se ele não estava a serviço de uma classe, a serviço de quem estaria? Quais seriam as “aspirações nacionais”?

Não é demais recordar que, sob as condições de uma democracia burguesa, mesmo com todas suas restrições de classe, as liberdades de organização dos trabalhadores não são propriamente uma ilusão. Assim, diante dos avanços das lutas populares, a ditadura foi uma opção do capital para impedir a organização dos trabalhadores. As liberdades possíveis nos marcos da lei foram suprimidas por uma nova legislação que inviabilizava qualquer julgamento crítico público ao governo, proibindo manifestações de oposição ou questionamentos à ordem capitalista.

O Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, tira ao cidadão brasileiro todas as garantias individuais, quer pública, quer privada, assim como concede ao Presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo. O Decreto-Lei 477 aplica-se exclusivamente ao corpo docente, discente e administrativo das escolas e coíbe toda e qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das Universidades (ROMANELLI, 1978, p.226).

Ora, a direção política dada pelas Forças Armadas foi a tradução mais do que perfeita dos interesses burgueses, instituído pelo golpe de 1964, e reforçado com o AI-5 e a ascensão do general Emílio Garrastazu Médici, em fins de 1969. O golpe dentro do golpe expressou a maior concentração e centralização de poder nas mãos do executivo. Tratava-se de solucionar os conflitos de classe a partir da perspectiva militar orientada pela Doutrina de Segurança Nacional, o que era condizente com o fortalecimento do capital monopolista.

Por meio da criação de um consenso em torno da “revolução”, da ideia de “legalidade” e de promoção da “reconciliação nacional”, amplos segmentos da imprensa atuaram na construção do reconhecimento e consenso dos interesses burgueses, enquanto o Estado assegurou, por meio do aparelho repressivo, a preservação da ordem.

Em editorial de 01 de janeiro de 1972, a Folha de São Paulo assim se pronunciou sobre o legado da revolução até aquele momento:

Ato de fé.

Oito anos atrás, nessa mesma quadra, vivíamos momentos de incerteza e intranquilidade. Uma inflação galopante corroía os salários e impedia qualquer programação de investimentos, mesmo a curto prazo. A administração pública perdia a autoridade e não sabia sequer manter a ordem. Greves pré-fabricadas paralisavam a nossa produção. Grupos de aproveitadores exploravam o nosso atraso econômico. A pregação em favor das famosas reformas de base era apenas o biombo que ocultava a falta de empenho em promovê-las, e a incapacidade sequer de equacioná-las racionalmente.

Oito anos mais tarde – agora – não navegamos em mar de rosas, mas conquistamos uma vitória maior mesmo do que as acenadas pela demagogia de antigamente: o Brasil deixou de ser um gigante adormecido para se tornar uma nação adulta, que já iniciou uma grande caminhada em direção ao futuro.

Neste princípio de ano, podemos olhar para nós mesmos e dizer: estamos de pé.

Graças a quem? Primeiro que tudo, às nossas virtualidades nacionais, indistintos os credos, as peculiaridades regionais, os próprios pendores ideológicos. Foi a objetividade de nossas virtudes que nos levou ao acerto subjetivo de nossa estratégia (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1972).

A Folha de São Paulo, tal qual inúmeros jornais, desempenhou um papel informativo e, ao mesmo tempo, político e ideológico. Ao apresentar-se como expressão da objetividade e dos interesses gerais, o jornal busca a confiança do leitor. Trata-se de um mecanismo importante que contribuiu para a legitimação dos interesses particulares de determinados segmentos que o periódico representava. Não por acaso, ao longo do editorial, buscou-se justificar o golpe em função dos “momentos de incerteza”, da “inflação que corroía os salários” e de “uma administração pública que perdia a autoridade”.

Nesse sentido, a coerção do Estado autoritário aparece como consenso, já que “podemos olhar para nós mesmo e dizer: estamos de pé”. E tudo isso, “graças a quem? Primeiro que tudo, às nossas virtualidades nacionais”. Na visão idílica do periódico, nenhuma

palavra diante dos abusos de autoridade, sobre o AI-5 ou o arrocho salarial. O leitor poderá objetar que havia censura, mas não poderá negar o apoio da empresa à ditadura que forjava um Estado, seguindo os preceitos dos interesses burgueses.

Os avanços, segundo a Folha de São Paulo, são evidentes, pois “o Brasil deixou de ser um gigante adormecido para se tornar uma nação adulta”, o que evidentemente seria de interesse de toda a “nação”.

Mas como são os homens que fazem a história, é justo conceder-lhes, no plano do governo, o crédito a que fazem jus. Seu povo soube corresponder ao que dele se esperava, se os quadros da tecnocracia e da burocracia souberem formar virtudes e amenizar contradições, se a empresa privada soube compreender sua missão, forçoso é reconhecer que sua parte mais dura da tarefa coube àqueles que, através de três governos, traçaram as estratégias de nossa segurança e do nosso desenvolvimento.

Estamos de pé porque soubemos despertar e levantar. Mas de pouco serviria, se não soubéssemos o que queremos e para onde vamos. Ninguém de bom senso pode pretender voltar atrás. Ninguém com um mínimo senso de justiça pode deixar de reconhecer o imenso caminho percorrido nesses últimos anos. Os mais profundos anseios nacionais, portanto, apontam nunca única direção: todos os interessados particulares devem integrar-se à política de afirmação nacional traçada claramente pelo governo, em função da nossa soberania e da nossa plena realização como grande país.

É nesse sentido que devem orientar-se os esforços dos brasileiros, nesse ano que hoje se inicia – e que deverá confirmar a escala ascendente da caminhada do Brasil rumo ao seu destino (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1972).

É importante notar o mecanismo ideológico que esconde os interesses que o periódico representa: as ideias dominantes são apresentadas como universalmente válidas. Em outras palavras, a manutenção da burguesia como classe dominante requer que seus interesses particulares sejam apresentados como interesses do “povo”, pois “ninguém com um mínimo senso de justiça pode deixar de reconhecer” as conquistas dos governos militares que atendem aos “anseios nacionais”.

Falcão⁹: Subversão não pode mais voltar.

É a seguinte, na íntegra, a mensagem do ministro da Justiça a propósito da data:

O dia 31 de março de 1964, incorpora-se à história do Brasil como uma data de salvação nacional.

Para que os mais velhos não esqueçam e os novos sejam alertados é sempre oportuno recordar que, paralisada pela incompetência e sacudida pela desordem, a Nação mergulhara na perplexidade, na confusão e na angústia.

⁹ Armando Ribeiro Falcão (1919-2010) - Ministro da Justiça (1974-1979) do Governo Ernesto Geisel.

Estancara o progresso, com a economia estagnada; a inquietação social e a agitação política, maquiavelicamente manipuladas de cima para baixo, tornaram a vida no país insuportável; a disciplina e a hierarquia militares sofriam graves abalos, pondo em risco a própria estrutura das Forças Armadas.

O destino da nação oscilava entre o caos e o comunismo.

Graças a Deus, entretanto, **o povo** e as Forças Armadas viram o perigo a tempo, uniram-se e selaram a sorte da subversão, que não pode mais voltar, de forma alguma., sejam diretas ou indiretas as tentativas utilizadas. A caminhada da Revolução tem sido áspera e difícil. Mas os resultados compensam todos os sacrifícios. Quem pode comparar o Brasil de 1964 com o de 1975? Além disso, não se deixe tentar no quadro continental e mundial: **em meio à insegurança e ao terror, somos uma exceção de paz e estabilidade.**

Os presidentes da Revolução se sucederam, democraticamente, sem afetar a linha de continuidade essencial à preservação do processo revolucionário.

Ontem, foram Castelo Branco, Costa e Silva, e Médici. Hoje, o presidente Ernesto Geisel conduz o Brasil sem desvios nem vacilações, mantendo com firmeza a rota certa.

Ao completar o seu 11º aniversário, a Revolução é a imagem do Brasil redimido (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1975) (grifos nossos).

Como se pode perceber, o posicionamento do ministro se mostrava “democrático” e de defesa das aspirações comuns do “povo” e da nação. Todavia, o “povo”, leia-se, a classe trabalhadora, submetido a uma ditadura que garantia a paz para os negócios da burguesia, precisava ser lembrado constantemente dos perigos da subversão para garantir a “paz e estabilidade”. Por isso fazia-se necessário atualizar e renovar constantemente a lembrança de 1964 e a imagem do “Brasil redimido” pela revolução.

A dominação de classe burguesa não se revelava claramente. E nem poderia ser este o propósito do ministro. O domínio burguês requer um Estado que ofereça garantias ao processo de compra e venda da força de trabalho, nos termos do capital. O poder estatal deve parecer impessoal e acima dos interesses pessoais.

Na mesma edição, a Folha de São Paulo publicou a Ordem do Dia do General Silvío Frota¹⁰:

Frota: consolidar a verdadeira democracia.

O ano de 1964 iniciou-se para o povo brasileiro, sob a atmosfera de angústia. O panorama político-social justificava a aflição que lhe dominava a alma. As greves diárias, por pretextos os mais fúteis e variados, roubavam a tranquilidade à população. Os operários brasileiros, contrários, por índole e formação cristã, às violências que sustentam os regimes totalitários, não podiam acorrer ao trabalho pelos “piquetes de greve” que, protegidos pela inépcia de um governo infiltrado de marxistas, os agrediam. Intermináveis filas, em busca de gêneros de primeira necessidade, sonogados pelos comerciantes inescrupulosos para serem

¹⁰ Silvío Couto Coelho da Frota (1910-1996) - Ministro do Exército do ditador Ernesto Geisel, entre 1974 e 1977.

vendidos no câmbio negro, marcaram esta época de irresponsabilidade e desmoralização do poder central.

A indústria definhando, dia a dia, bloqueio dos transportes com prejuízo imenso dos homens de bem que lutavam pelo desenvolvimento do País; as demagógicas concessões salariais; a inversão hierárquica, tolerada por chefes pusilânimes e ambiciosos, ferindo a nossa sadia e tradicional estrutura militar; as “ligas camponesas”, no Nordeste, agitando a zona rural, e a inflação galopante, aviltadora dos vencimentos, eram os componentes da vida brasileira naquela triste fase da nossa história. [...]

O momento é de compreensão e de trabalho. De compreensão, para afastar de nós as prevenções e evitar pré-julgamentos. De trabalho, para que possamos completar, em nosso país, a verdadeira democracia, implantada pela Revolução de 1964, sem a imitação de formas alienígenas fracassadas e livre da deletéria influência do comunismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1975) (grifos nossos).

Resultado da forma pela qual o General Silvío Frota e inúmeros intelectuais interpretavam a realidade brasileira, a democracia implantada pela “revolução” não permitiu a organização das classes trabalhadoras. A segurança e o desenvolvimento do país, dentro dos moldes pretendidos pelas Forças Armadas, configuraram-se como uma obra de todos. Na perspectiva do autor, configurou-se apenas a velha ilusão do Estado como procurador da vontade coletiva e do bem comum.

Imerso na concepção de desenvolvimento e segurança, como objetivo final do Governo, Frota apresenta a “revolução” de 1964 como o antídoto aos regimes totalitários, dos quais “os operários brasileiros” são “contrários, por índole e formação cristã”. Tal concepção de história deixou completamente de lado a base real da história. Frota reescreve o golpe a partir de um padrão puramente especulativo.

A ideia de defesa dos interesses do “povo”, presente nos enunciados de Armando Falcão e Silvío Frota, escamoteiam o conflito de classes, seja em nome do desenvolvimento, seja em nome da “formação cristã”. Trata-se de demonstrar os interesses da burguesia como os interesses de toda a “nação”. Se a manutenção da ordem, ao longo da ditadura, fez-se pela violência contra os opositores, também é verdadeiro que o regime buscou a construção de um consenso ativo de toda a sociedade.

Nesse sentido, não há como negar que a hegemonia do pensamento burguês foi construída também por meio da imprensa. As grandes empresas de comunicação enxergaram, no golpe, a oportunidade para alavancar seus negócios. Não era apenas uma aproximação ideológica, mas fundamentalmente por questões de negócios.

Nem mesmo o crepúsculo da ditadura, já com o fim do AI-5, foi suficiente para alterar o objetivo de “abafar o estranho ruído” dos “tambores vermelhos”. Ainda que a ditadura demonstrasse sinais claros de fragilidade na condução política do país, a hegemonia burguesa mantinha-se intacta.

Porque falam os militares

A missão constitucional das Forças Armadas é relevante e nobre e, como o princípio basilar da instituição é a disciplina, o momento de agir e os objetivos da ação devem sempre ser traçados pelo Presidente da República, a quem cabe a responsabilidade final de manter as instituições

e a ordem pública. Ele é quem, com as antenas ligadas, pode perceber o rufar dos “tambores vermelhos” e determinar em consequência operações para abafar o estranho ruído. Em 1964, a ação das Forças Armadas foi amparada pelo diagnóstico feito por um dos poderes constituídos, o Congresso Nacional, de que estava sob ameaça de ser fechado por outro poder influenciado por agentes subversivos. Os poderes da República são três e naquele momento um deles pedia socorro, no que foi ouvido e atendido. O General João Figueiredo já se incumbiu de definir o objetivo de 1964 e as distorções ocorridas em seguida para proclamar o propósito do seu Governo de voltarmos às inspirações iniciais do Movimento de 1964, que era garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem (Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 30 agosto, 1979).

A partir dos artigos e notícias presentes na imprensa do período ditatorial, é imperativo reforçar que prevaleceu o discurso condizente com a ordem burguesa e com a ideia de “Revolução” operada pelos militares em defesa das instituições democráticas. A ideia de democracia não passou de uma abstração burguesa que serviu de suporte para impor uma ditadura, que mutilou direitos dos trabalhadores, além de cometer inúmeros assassinatos.

Para Florestan Fernandes, faz-se necessário esclarecer o conceito de revolução em toda a firmeza e substância de seu sentido histórico. Para o autor, a revolução proletária não foi apenas uma revolução anticapitalista e antiburguesa. Tratou-se, antes de tudo, de uma revolução socialista, que se negará como tal no momento em que “o socialismo se converter, por sua vez, em padrão de uma nova civilização, culminando em seu eixo final que desemboca no comunismo” (FERNANDES, 2018, p. 19).

Além do exposto, Florestan Fernandes já havia demonstrado, em *A revolução burguesa no Brasil* (1976), a total inaptidão da burguesia brasileira em defender ou mesmo dirigir uma revolução minimamente democrática. Em uma breve síntese, é possível afirmar que a formação da burguesia brasileira se fez por meio de uma tradição marcada pelo escravismo, e seus interesses vincularam-se aos interesses externos. Além desses aspectos, as condições históricas de organização dos trabalhadores e a brutal repressão permitiram inúmeras vantagens, das quais as classes dominantes não pretendiam abrir mão.

O golpismo dos conservadores, esta arte de golpear as autênticas aspirações populares, faz parte da própria natureza histórica da dominação autocrática dos proprietários em nosso país. O golpe de Estado de 1964 apresentou-se, não como de fato se objetivou, mas com uma retórica “revolucionária”. Não custa repetir os atores da farsa, mesmo com vozes e sons de uma sinfonia trágico-cômica, figuras de nítida extração conservadora, quando não reacionária, como Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto, lido Meneguetti, Olympio Mourão Filho, Ernesto Geisel, Costa e Silva, Jayme Portela Mello, Delfim Netto, Armando Falcão, Castello Branco, Roberto Campos, Garrastazu Médici, João Figueiredo e tantos outros, tenham se convertidos, pela retórica, em “revolucionários” (RAGO FILHO, 1998, p. 97).

Registre-se, para a retórica de uma subversão comunista inexistente, que o golpe, em sua objetividade, expressou a ruptura de processo de ampliação das organizações populares.

O golpe foi a recusa, do ponto de vista burguês, ao reformismo implícito das políticas trabalhistas herdeiras do varguismo. Dessa forma, a alternativa da ditadura expressou os problemas de uma economia periférica e a incapacidade das classes dominantes de articular, com a manutenção das garantias constitucionais, uma saída dentro da ordem liberal.

Ainda que permeado pelas contradições em seu interior, o período ditatorial manteve-se, enquanto garantiu o processo da acumulação de capital, criando meios para intensificação da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, cuja capacidade de resistência foi quebrada pelas ações do Estado.

Na lógica do capitalismo, a noção de contrato entre pessoas livres e iguais, garantido pelo Estado que zela pela liberdade e combate à subversão, contribuiu para o ocultamento da realidade, já que o discurso hegemônico apresentava o mercado como o reino da eficiência e de livre circulação econômica.

Cabe, antes de dar sequência, registro o livro *Geopolítica do Brasil*, de autoria do General Golbery do Couto e Silva, que apresenta evidências da orientação política e econômica dos governos militares.

A presença dominante desse parâmetro inelutável – Segurança Nacional – impõe, entretanto, o ônus tremendo de uma economia visceralmente destrutiva aos anseios normais de desenvolvimento e bem-estar que animam a todos os povos e, sobretudo, àqueles que ainda se veem à margem das regiões mais adiantadas do mundo, comprimidos em padrões de vida pouco elevados e inelásticos. Daí um novo dilema – o do bem-estar e da segurança – apontados por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva de seu conhecido slogan: “mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o bem-estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida (SILVA, 1981, p. 13).

Ora, as palavras de Golbery expressam o posicionamento do autor na defesa dos interesses de uma classe. Considerando a defesa da reprodução do capital, Golbery reproduz a figura do homem burguês, que se coloca como condutor das camadas inferiores, avesso à democracia, mesmo que esta esteja nas fronteiras do liberalismo.

Não se trata de um texto ingênuo e desvinculado da orientação política e econômica do regime: o sacrifício da classe trabalhadora em proveito da “segurança nacional” não passou de um artifício que contribuiu para intensificação da exploração da força de trabalho em proveito do capital. Também não deve causar estranheza a citação de um líder do nazismo em seu texto. Está mais do que explícito no excerto, o pensamento anticomunista, presente nas Forças Armadas, o qual serviu perfeitamente aos interesses burgueses.

Obviamente, a manifestação de Golbery não foi um caso isolado da expressão dos interesses de uma classe. Não por acaso, após o golpe de 1964, evidenciou-se uma orientação política, econômica e social com dois elementos fundamentais: a internacionalização subordinada ao capital estrangeiro - o que significou a eliminação das pretensões de caráter nacionalista do período anterior - e o arrocho salarial.

A modernização das relações capitalistas no Brasil revelou-se permeada por contradições: de um lado, o empobrecimento de amplas parcelas da classe trabalhadora do campo e da cidade, o recrudescimento da violência policial contra as lideranças populares, e a exploração da força de trabalho; do outro lado, eram ampliadas as riquezas e privilégios dos grandes grupos econômicos externos que atuavam dentro de nosso território. O crescimento da miséria dos trabalhadores, longe de representar um obstáculo ao projeto de modernização, expressou, na verdade, a concentração da propriedade e das riquezas nas mãos de poucos.

Aliás, o caráter burguês da ditadura pode ser evidenciado na forma pela qual os governos militares pautaram a política de reajuste salarial. Sem dúvida, forjou-se uma política dirigida deliberadamente contra a classe trabalhadora, pois as reposições salariais ficaram invariavelmente abaixo da inflação, o que permitiu a superexploração da força de trabalho para ampliar a acumulação capitalista.

Para reforçar a política do arrocho, o instrumento legal forjado foi a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que expressamente proibia as greves no serviço público, nas empresas estatais e nos serviços essenciais. A legalidade da greve só seria reconhecida, quando motivada pela “falta de pagamento de salário nos prazos previstos em lei ou pelo não cumprimento de decisão, proferida em dissídio coletivo, que tenha transitado em julgado”

Em julho de 1965, a Lei nº 4.725, que estabeleceu “normas para o processo dos dissídios coletivos”, estendeu a política de compressão salarial ao setor privado. Por meio da legislação, o governo decretou que os índices de reposição dos salários seriam determinados pelo Estado, retirando-os do espaço das reivindicações sindicais. Foi uma evidente tentativa de despolitização das relações entre capital e trabalho, em nome dos interesses gerais da nação. Em outras palavras, por meio de uma legislação foram reforçadas as ações repressivas do Estado, desarticuladas as resistências do movimento sindical, o que possibilitou o arrocho salarial.

É importante ter clareza de que o discurso em favor da eficiência técnica dos governos militares expressava, nas entrelinhas, um profundo desprezo pelas massas populares em sua capacidade política. Para os protagonistas do golpe e dos governos que se seguiram, somente uma intelectualidade, com plena compreensão dos problemas que afligiam o Brasil e o mundo, poderia assegurar o desenvolvimento econômico e social.

Preservado o caráter de superexploração da força de trabalho, como elemento fundamental da reprodução capitalista que se consolidava, buscou-se obstaculizar as vias de participação política da classe trabalhadora, que poderiam, eventualmente, ser utilizadas em defesa de seus interesses de classe. Por isso, por exemplo, a abolição das eleições presidenciais e a repressão aos movimentos de oposição. Os novos gerentes do Estado, a serviço do capital, acreditaram na possibilidade de eliminar as contradições de classe, bastando, para tal, a demonstração de eficiência das entidades governamentais. A ditadura se colocou fundamentalmente em defesa do capital, e os governos militares impuseram uma repressiva política de cerceamento dos sindicatos.

No campo trabalhista houve grande retrocesso, com o fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa. Ela foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5.107, de 1966, que estimulava a

rotatividade da força de trabalho. Os recursos arrecadados foram aplicados no sistema habitacional, que seria financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O trabalhador, ao ser demitido sem justa causa, passava a receber uma indenização sobre o saldo do fundo que é composto por depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de correção monetária e juros.

O FGTS foi uma das primeiras flexibilizações do direito do trabalho brasileiro que vinha se ampliando desde a década de 1940 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quanto à política de reajustes salariais, limitou-se à revisão anual com base na média do salário dos 24 meses anteriores, acrescido do "resíduo inflacionário" projetado para os próximos doze meses e da produtividade do ano anterior (LARA; SILVA, 2015, p. 278).

Era uma política de Estado deliberada para depreciar o preço da força de trabalho e ampliar a taxa de lucro das empresas, como instrumento de aceleração do processo de acumulação. Para atingir esses objetivos foram manipulados os índices de inflação e promovido o controle da ação político - sindical por meio do cerceamento de suas lideranças. O Estado aprofundou os mecanismos coercitivos para que a luta política da classe trabalhadora fosse asfixiada.

A respeito do cerceamento das reivindicações sindicais, é sugestiva a entrevista do economista norte-americano Samuel Huntington ao *Jornal do Brasil*, em 22/10/1972.

Huntington quer a participação de todas as forças no sistema

JB: Como o senhor viu o Brasil nesta visita?

Huntington: Fiquei impressionado com o desenvolvimento econômico. Quando estive aqui, há três anos, este desenvolvimento já era visível, mas poderia ser apenas uma explosão acidental. Agora vi que ultrapassou isso. O sistema aqui não pode ser chamado de subdesenvolvido.

JB: O nível de institucionalização política tem acompanhado o desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo?

Huntington: É difícil saber o que é exatamente o Terceiro Mundo, pois tudo fora dos EUA, União Soviética, China e Europa pode ser enquadrado nessa classificação. Um grande número de países do Terceiro Mundo teve pouco desenvolvimento político, em muitos houve quebra de suas instituições. Outro grande número fracassou em seu desenvolvimento econômico. Além do Brasil, não conheço nenhum país da América Latina que tenha alcançado um bom resultado no desenvolvimento econômico. Consequentemente, tanto no aspecto político como no aspecto econômico, o Terceiro Mundo - como um todo - não apresentou muito progresso. Alguns países da América Latina, como Argentina, Uruguai e Chile mostraram estagnação econômica e decadência política.

JB: Quais as causas desta decadência política?

Huntington: Principalmente a dificuldade de regulamentar a participação de grupos e forças sociais no sistema político, levando ou para o uso da violência, através de manifestações, greves e protestos, que servem para

forçar o atendimento de suas reivindicações, causando instabilidade política; ou então, o Governo atende as demandas e conseqüentemente enfraquece economicamente, como aconteceu no Uruguai, ou na Argentina, no modelo peronista.

Progresso e liberdade

JB: Haveria então uma incompatibilidade entre progresso e liberdade?

Huntington: A longo prazo, ambos andam juntos. **Entretanto, a história mostra épocas onde é necessário restringir as reivindicações trazidas ao Governo e ao sistema econômico, até o momento em que o Governo e o sistema atinjam um nível necessário de desenvolvimento.** Assim, diríamos que não é só necessário como também essencial restringir as reivindicações em determinadas épocas, pois de outro modo o desenvolvimento poderá ser comprometido (JORNAL DO BRASIL, 22/10/1972) (grifos nossos).

Como já foi afirmado, as entrevistas, editoriais ou mesmo notícias selecionadas possuem uma orientação político-ideológica. Justificava-se a necessidade de “restringir” as liberdades como meio de superar as carências, as instabilidades políticas e alcançar o desenvolvimento econômico. Tratava-se de uma justificativa do silenciamento dos movimentos sociais cujas demandas, segundo o autor, enfraqueciam economicamente o país.

Mesmo diante das evidências do alto custo social da opção pelo favorecimento dos interesses do capital, o Estado brasileiro encaminhou as políticas econômicas e sociais para uma perspectiva produtivista, objetivando ampliar o ritmo do crescimento, como condição necessária para o aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil. Dessa forma, as medidas elencadas por Lara e Silva, além de outras, constituíram-se em ações deliberadas para ampliar o processo de exploração da mão de obra. Para que isso fosse possível, o Estado valeu-se do aparato repressivo, provocando efeitos diretos nas condições materiais de vida da classe trabalhadora.

Além das questões levantadas, os desdobramentos do golpe de 1964 não se fizeram sentir apenas dentro das fronteiras brasileiras. Em termos continentais, seu significado pode ser aferido na contribuição para a vitória golpista em outras nações da América do Sul, principalmente no Chile, Argentina, Uruguai.

Apesar de todas as evidências cristalinas sobre o retrocesso materializado pelos “anos de chumbo”, nos últimos anos tornou-se corriqueira a divulgação de opiniões que relativizam a ditadura no Brasil. Em 17/02/2009, em um editorial, com o título de Limites a Chaves, a Folha de São Paulo classificou o período de 1964-1985 como “ditabranda”, em uma referência à “ruptura institucional” que preservou “formas controladas de disputa política e acesso à Justiça”. Como se a ditadura no Brasil fora um modelo aceitável. Na comparação com o então presidente Hugo Chaves da Venezuela, o periódico aponta para o “rolo compressor do bonapartismo chavista”, que teria destruído mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia”

Uma leitura, mesmo que superficial da obra “Brasil: Nunca Mais”, será suficiente para verificar que a ditadura no Brasil não teve nenhum aspecto que possa classificá-la de branda.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações afetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (1985, p. 43).

É importante enfatizar que o arbítrio não foi inaugurado com o golpe de 1964. A violência contra os trabalhadores possui, no Brasil, uma longa história que foi reproduzida e reforçada pela ditadura. Os “anos de chumbo” não se explicam pela ação isolada de homens fardados ou não. É necessário ter clareza de que a história se faz a partir das lutas travadas no interior de determinadas relações sociais de produção. Logo, o golpe e a ditadura devem ser compreendidos como uma expressão dos interesses de uma determinada classe social.

São por demais evidentes os vínculos entre a ditadura e os grandes veículos de imprensa no período. Assim, para que se possa compreender a opção burguesa pela ruptura golpista, é importante ter clareza do contexto marcado pelas transformações ocorridas posteriormente ao término da Segunda Guerra (1939-1945). Naquele período histórico, o Brasil experimentou um processo de intensa expansão industrial que trouxe mudanças significativas na sociedade brasileira.

Nos momentos finais do governo Médici, com a crise do “milagre econômico”, a alternativa para a superação das dificuldades que se manifestavam se dava dentro dos limites da modernização conservadora. A manutenção da ditadura não se fez sem as contradições inerentes ao capitalismo. Com o término do chamado “milagre econômico” e o questionamento dos valores da ditadura, o desgaste foi inevitável. A partir de então, verificou-se, já final dos anos 1970, o ressurgimento das lutas populares que contribuíram para o processo de transição, colocando um fim aos governos militares. Mas as feridas abertas não foram curadas.

O fim da ditadura civil-militar não implicou no fim da hegemonia burguesa. As cicatrizes dos governos discricionários do período deixaram marcas profundas que ultrapassam seus marcos cronológicos. A astúcia da burguesia foi oferecer à classe trabalhadora a legalidade da democracia burguesa. A ordem foi mantida sem o devido questionamento dos fundamentos de classe que legitimaram a ditadura.

Apesar de todos os avanços e descobertas dos crimes por anos escondidos, há, ainda, a convivência com a ocultação de informações sobre os “anos de chumbo”. Depara-se, atualmente, com a exaltação da ditadura, como se os governos militares tivessem proporcionado a defesa das liberdades individuais.

Educação, imprensa e hegemonia na ditadura civil-militar no Brasil.

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.
(Bertold Brecht)

Como já foi afirmado nas páginas anteriores, o golpe de 1964 não representou nenhuma ruptura com a sociedade de classes, mas expressou a hegemonia da ordem burguesa. O favorecimento da grande empresa e do capital internacional, a política de contenção salarial e a repressão contra a classe trabalhadora constituíram-se na espinha dorsal do regime. Por meio de uma ditadura civil-militar, a burguesia buscou impedir a livre organização dos trabalhadores e o avanço das lutas populares.

Em síntese, a ditadura acelerou a concentração de renda nas mãos das corporações transacionais, dos monopólios estatais e privados, aprofundando, de forma subalterna, a integração da economia aos grandes centros hegemônicos do capital. O Estado, ao longo da ditadura, promoveu uma série de reformas para a adequação da estrutura econômica para facilitar a penetração do capital monopolista. Diante do projeto das reformas burguesas, não poderia a educação, compreendida como estratégia para legitimação da ordem, ficar imune diante das ações dos governos militares. Articulada ao projeto de reorganização do Estado, a ditadura delineou e executou as reformas educacionais como um instrumento a serviço da racionalidade.

A reflexão dos intelectuais comprometidos com o capital apontava a educação como instrumento de superação da pobreza. Por meio de um discurso educacional salvacionista e de formação adequada para o mercado de trabalho, a ditadura oferecia uma resposta aos trabalhadores para sua condição miserável.

Senai: desemprego por qualificação

José Antônio – 19 anos de idade – é o mais velho de cinco irmãos. Fez somente o curso primário – porque é de família pobre – não tem qualificação profissional e está desempregado há dois meses. Outro dia abriu-se uma nova perspectiva na vida do “Zé da Vila”: vai trocar o desemprego e a lembrança dos carros sujos que lavava todo dia, por um curso de formação e especialização em mecânica no Serviço Nacional da Indústria, o Senai.

Iguais ao Zé, outros estão trocando a insegurança do desemprego e a falta de qualificação pela oportunidade que lhes é dada, sem taxas ou comissões, na Agência Piloto das Colocações, que o Ministério do Trabalho instalou em São Caetano do Sul. A agência, iniciativa pioneira no Brasil, promove a colocação, orientação, formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, através de convênios firmados com o Senai, Senac e dezenas de grandes indústrias do ABC paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1973)

Para os intelectuais comprometidos com a burguesia, o Brasil só atingiria a expansão econômica e o progresso social necessário, se houvesse vínculos entre a política educacional e os interesses empresariais. Dessa forma, a capacidade e habilitação do trabalhador requeria um tipo de formação que atendesse às demandas do mercado. Acrescente-se que essa perspectiva orientou as ações do Estado e legitimou a implementação do tecnicismo nas políticas educacionais no Brasil.

Evidentemente, trata-se de uma imagem distorcida de uma sociedade em que, para conquistar um emprego e ser reconhecido, o indivíduo precisa exibir qualificações e habilidades. Como expressão do discurso ideológico burguês, a reportagem oculta seu caráter de classe, ou seja, aparece como uma manifestação de uma verdade inquestionável, ao mesmo tempo que dissimula o caráter de exploração existente em uma sociedade capitalista. Logo, cabia ao trabalhador trocar “a insegurança do desemprego e a falta de qualificação pela oportunidade que lhes é dada”, o que escamoteava as reais contradições de uma sociedade que produzia a miséria de milhões de homens e mulheres entregues à própria sorte.

Os intelectuais do regime defendiam, como postulado fundamental, a “Teoria do Capital Humano”, como diretriz para o aumento da produtividade econômica. Oriunda da “escola de Chicago” e dos estudos de Theodore W. Schultz (1902-1998), a TCH enxergava a educação como um “bem de consumo” e meio de capacitação dos trabalhadores para alavancar a produção e o desenvolvimento social.

Buscando a vocação

Numa rua bem próxima do centro comercial de São Caetano do Sul, um prédio em construção recente abriga as instalações do primeiro modelo brasileiro de agência oficial de empregos.

Inaugurada em 21 de dezembro de 1971, mas funcionando desde setembro daquele ano, a agência dá uma visão diferente das congêneres, de iniciativa particular. Numa sala de espera bastante ampla, os candidatos, sentados, aguardam que um dos recepcionistas os chamem para preenchimento das fichas de identificação.

Após essa formalidade, caso não possua qualificação profissional, o candidato é encaminhado a uma das assistentes sociais para uma conversa que pode durar de 15 minutos a duas horas. A assistente social exerce ali também um papel de psicóloga, observando quatro pontos de caracterização essencial ao encaminhamento do candidato: o aspecto profissional, educacional, familiar e aspiracional.

É nesse exame que muitas vezes vem a tona a vocação. O caso de José Antônio de Souza é bem típico. Apesar de não ter qualificação profissional e haver cursado somente o primário, a assistente social percebeu numa entrevista que José sempre desejou estudar mecânica, mostrando ainda acentuada pendência para qualquer uma das especialidades ligadas ao ramo.

Outro ponto importante enquanto aguarda uma vaga para trabalhar ou providencia os documentos necessários ao ingresso em qualquer um dos cursos de formação ou especialização, a agência fornece um cartão de identificação que o livrará de quaisquer complicações com a polícia. Por vadiagem, é óbvio (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1973).

É cristalina a associação promovida pelos ideólogos do capital entre qualificação do trabalhador e emprego. As contradições insolúveis do capitalismo são “superadas” por meio de aquisição de conhecimentos pelos trabalhadores. Ainda que desempregados, os mesmos poderiam qualificar-se por meio de cursos que os afastariam da “vadiagem” ou de “complicações com a polícia”. Dessa forma, a ideologia dominante contribui para a responsabilização dos trabalhadores sobre o estar ou não empregado. Ou seja, segundo a lógica da ideologia dominante, “vende-se” a possibilidade de melhores condições de vida, a partir do próprio esforço. Para conseguirem uma ocupação no mercado formal e se manterem nele, os cidadãos precisam de formação e qualificação.

Como foi apontado ao longo deste trabalho, a imprensa não pode ser desvinculada do processo de transformação e modernização autoritária que, no Brasil, o capitalismo vivenciou no contexto da ditadura. O que era noticiado ou o que devia ser publicado passava necessariamente pelo crivo ideológico dos interesses de classe ou de frações de classes que o jornal representava. O mesmo se aplicava às questões educacionais. Nenhuma proposta era “neutra”.

Nesse contexto, a ditadura civil-militar promoveu as reformas no âmbito da educação superior em 1968, Lei n. 5.540; da básica em 1971, Lei n. 5.692, que constituiu o sistema nacional de 1º e 2º graus. Tais iniciativas objetivavam vincular o ensino com o aumento da produtividade no trabalho. Em suma, a educação naquele período foi idealizada como um mecanismo de promoção da racionalidade tecnocrática e de viabilização do projeto de crescimento econômico.

Para a compreensão do papel da ditadura na construção de um modelo pautado no tecnicismo e condizente com os interesses imperialistas dos EUA, é importante considerar o contexto do início da década de 1960. No período imediatamente anterior ao golpe, o avanço das reivindicações dos trabalhadores e as discussões no âmbito educacional ganhavam força. Como contraponto aos interesses do empresariado, a Campanha em Defesa da Escola Pública aglutinou diferentes setores intelectuais: União Nacional dos Estudantes (UNE)¹¹, segmentos da imprensa etc.

Além das lutas travadas em torno da escola pública, o contexto histórico foi marcado por movimentos de educação popular, que se mobilizaram, especialmente, em defesa da alfabetização dos trabalhadores, tratando o analfabetismo como uma questão social. Dentre os diferentes movimentos que fizeram parte do esforço de educação popular, elencam-se o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPCs da UNE), e os movimentos de cultura popular, constituídos a partir da orientação político e pedagógica de Paulo Freire.

A ditadura de 1964 interrompeu as experiências educacionais identificadas com o governo Goulart ou com quaisquer perspectivas que pudessem ser críticas ao regime. Desde o início da ditadura foram construídas políticas de Estado que determinaram as reformas educacionais no período.

Porém, é importante ter clareza que a ditadura não foi uma obra exclusiva das Forças Armadas, mas sim um movimento do capital. É o período de consolidação do capital monopolista no Brasil. Dessa forma, as políticas das diferentes áreas expressaram projetos

¹¹ É importante destacar a importância política do movimento estudantil, liderado pela UNE, nas décadas de 1950 e 1960. A atuação ativa da entidade na defesa da Petrobras, da Revolução Cubana ou mesmo nas campanhas de alfabetização no governo de João Goulart, contribuiu o desvelamento das contradições presentes nas lutas do período.

burgueses, em maior ou menor intensidade. Não poderia a educação ficar ausente nesse processo.

As transformações ocorridas no âmbito da educação foram, em grande parte, para atender as demandas do capital. Os acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)¹² possibilitaram à agência um poder de participação nos diferentes níveis de ensino do país por meio do planejamento, administração e treinamento de professores e técnicos.

Naquele período, uma das bandeiras defendidas pelos agentes do capital se pautou no lema “Desenvolvimento e Segurança”, que também se estendeu ao campo da educação. Assim, para uma análise adequada das questões educacionais, não se pode perder de vista o modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro implementado por meio da ação repressiva do Estado. A reforma do ensino superior (Lei nº 5.540/68) e a do ensino de 1º e 2º graus (5.692/1971) são faces de uma mesma moeda, que reforçou a perspectiva tecnocrática de maior eficiência e produtividade na formação de indivíduos capacitados para o mercado.

Cabe registrar que a reforma do ensino superior se caracterizou pelo propósito de alargar a produtividade dos recursos humanos, por meio de medidas, tais como a organização por departamentos. Com o objetivo de suprimir a duplicidade de trabalho, ampliava-se a taxa de utilização de recursos materiais e humanos, por meio da matrícula por disciplina e pelo regime de créditos, no qual os estudantes se inscreviam em cada disciplina, compondo o currículo segundo os pré-requisitos estabelecidos pelas instituições.

As razões político-ideológicas para maior envolvimento da USAID com o ensino superior foram claramente apontadas, no contexto do conflito leste-oeste: “the cold war is a battle for men’s minds”. A chave para que o Brasil permanecesse uma “sociedade livre” e um “amigo próximo” dos EUA estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que foram os dirigentes do país e os próprios mestres (CUNHA, 1988, p. 170).

No âmbito da articulação empresarial, é importante apontar a atuação decisiva do IPES como um órgão de classe da burguesia para a elaboração da política econômica e educacional. A produção dos intelectuais identificados com os segmentos empresariais foi estratégica para as formulações sobre as diretrizes políticas sobre a educação, inclusive as ideias que nortearam a Lei nº 5.692/1971. As concepções sobre desenvolvimento e educação ou sobre a necessidade de investir em capital humano circularam em diferentes órgãos de imprensa, muito antes das reformas citadas.

Em 13 de dezembro de 1964, o Jornal do Brasil publicou um longo artigo de Antônio Dias Leite, no qual tece considerações sobre educação e eficiência econômica.

Educação e eficiência econômica.

A educação, como problema econômico, se apresenta sob dois aspectos: o da sua contribuição para o progresso e o dos recursos por ela exigidos.

12 A partir de 1964 ocorreram uma série de convênios e acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos ficaram conhecidos como MEC/USAID e tinham o propósito de difundir o modelo norte-americano na educação.

Como fator de progresso, o sistema educacional de educação é responsável pelo preparo de uma força de trabalho capaz não só de atender em quantidade, tipo, nível e qualidade às necessidades da sociedade, determinadas pelo estágio de desenvolvimento já alcançado, como também promover novas oportunidades de expansão científica, tecnológica e operacional dessa sociedade. Em termos estritamente econômicos, a atividade de educação tem por objetivo, enfim, a valorização do homem como fator da produção (JORNAL DO BRASIL p. 5, 13/12/1964)

Compreendida como problema econômico, a educação era apresentada como um instrumento necessário para a formação de mão de obra. Não se tratou, entretanto, de proposições exclusivas das Forças Armadas. Havia um consenso entre as classes dominantes a respeito da educação como indutora do desenvolvimento, na medida que qualificava a força de trabalho.

No contexto político repressivo pós-golpe, em 15 de maio de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda foi nomeado para o Ministério da Educação. Para a ditadura e seu ministro, chegara o momento de transformar a educação no Brasil em um apêndice orgânico dos interesses do capital. Não estavam sozinhos na empreitada. Lideranças empresariais, a imprensa e amplos segmentos da burguesia clamavam por reformas que atendessem a seus interesses. Por isso, o terreno das reformas começou a ser pavimentado logo após a derrubada de Goulart. Era necessário cercear os espaços de debates no âmbito acadêmico e criminalizar as mobilizações estudantis e de docentes.

As diretrizes constituídas pela ditadura foram balizadas por meio dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e a USAID. O acordo abarcou diferentes convênios selados a partir de 1964, com o propósito de uma profunda reforma na educação brasileira. Convergente com a TCH, os acordos MEC/USAID compreendiam a universidade como espaço estratégico na formação de um novo quadro de profissionais, adequados ao projeto econômico dos governos militares.

Sob todos os aspectos, a educação tinha que ser estruturada de forma que ela fosse capaz de criar as condições para legitimar o regime; o que significava adaptar e ajustar as gerações vindouras aos valores concebidos como essenciais pela nova ordem social que estaria sendo criada. A ditadura militar possuía, assim, um projeto de homogeneidade (REZENDE, 2013, p. 46).

Com o argumento dissimulado de defesa e promoção da democracia, da paz, da liberdade, da segurança e do livre mercado, os Estados Unidos estimularam acordos, como uma das estratégias de influência econômica, política e cultural, com vistas à manutenção de seus interesses imperialistas, os quais convergiam com os desejos subalternizados da chamada burguesia brasileira. O desdobramento desse processo evidencia que a educação não era entendida como expressão de um direito fundamental para a formação do indivíduo, mas sim como um meio de consumo e de formação adequada à lógica do capital.

Na conjuntura em que a supressão dos direitos políticos ainda não havia atingido o ápice com a imposição do AI-5, a Constituição de 1967 contribuiu decisivamente para a

mercantilização da educação, na medida que o ensino privado "merecerá amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo" (art. 176, § 2º). Cabe também registrar a desvinculação dos recursos da educação. Se na Carta de 1946, havia a determinação de que a União aplicasse "nunca menos de dez por cento; os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino" (art. 169). Na Constituição de 1967, esses dispositivos inexistem.

Apesar da proclamação da importância da educação para a promoção dos trabalhadores do desenvolvimento nacional, o que se percebe é a sua adequação ao mercado em expansão. Os recursos foram otimizados para um modelo que não rompeu com o dualismo educacional, e nem poderia. A insistência na difusão dos valores patrióticos por meio dos símbolos nacionais foi parte de uma estratégia global que buscava a promoção da legitimidade do ordenamento social.

A educação expressava a articulação entre a suposta democracia e a empresa privada, cujo objetivo maior era o desenvolvimento nacional., Consistia, dessa forma, em uma instância básica fundamental para a construção de um novo homem, um novo trabalhador. A ênfase do projeto se pautava na profissionalização e na formação de um indivíduo adequado ideologicamente aos interesses do regime e do capital.

Em entrevista publicada em 15 de maio de 1968, na Folha de São Paulo, o ministro da Educação Tarso Dutra, teceu considerações sobre a gratuidade do ensino superior, acordo MEC-USAID entre outras. Eis alguns de seus apontamentos:

Tarso Dutra defende cursos pagos na Universidade.

Contestando a afirmação de que os cursos pagos a educação seria um privilégio de ricos, o Ministro Tarso Dutra argumentou: "O importante para o governo é instituir o ensino gratuito e oferecer o ingresso a alunos que satisfaçam as condições de competência, para ingressar. É o sentido do vestibular: quem o ultrapassa, tem a matrícula garantida.

Não é exato de que o filho do operário só passa estudar a noite. Se puder passar o exame de seleção, frequenta a universidade de dia. Errado seria estabelecer um critério social para o ingresso no ensino superior: seria a própria degradação do ensino.

E acrescentou: "Ninguém é obrigado a frequentar os cursos pagos. Durante o dia eles são gratuitos. O que é errado é procurar evitar a criação desses cursos só porque eles são pagos. A criação de cursos superiores é benéfica para todo o povo brasileiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/05/1968).

As palavras do ministro Tarso Dutra revelam o caráter de classe da orientação política e econômica fundada na Doutrina de Segurança Nacional. Nessas circunstâncias, a ideia de meritocracia é reforçada na medida que ingressam, no ensino superior, os candidatos que "satisfaçam as condições de competência" para tal. A ideia da competência, fundada na defesa da recompensa pelo esforço do indivíduo e não por meio de privilégios herdados, tornou-se uma bandeira da burguesia para justificar sua posição social. Obviamente, tal perspectiva ignora os condicionantes materiais de uma sociedade de classes, na qual a

igualdade de oportunidades não passa de uma abstração que esconde, de fato, as desigualdades.

De modo geral, para alavancar o modelo de desenvolvimento preconizado pelo regime, a perspectiva presente nos governos militares estava pautada nas questões econômicas, e orientada por um modelo de educação como meio de formação de trabalhadores. Porém, para muitos dos apóstolos da ditadura, não haveria nenhuma objeção quanto à participação da iniciativa empresarial na educação, sendo até preferível como meio de poupar recursos do Estado. Não por acaso, o viés privatista foi amplamente favorecido.

Sobre os acordos MEC-USAID, o ministro assim declarou:

O acordo tem sido motivo de especulações, mais de sentido político. Segundo pude verificar durante os 13 meses de trabalho no Ministério, todos os que discutem o Acordo desconhecem-no inteiramente. Na Câmara dos Deputados e no Senado, o Acordo era criticado todos os dias. No momento em que fiz distribuir aos congressistas o texto do documento, nunca mais se ouviu uma palavra contra ele (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/05/1968).

Nunca é demais lembrar que mesmo o Parlamento vivia sob ameaça constante da hegemonia conservadora. As possibilidades de críticas mais acirradas aos acordos firmados eram limitadas. A Doutrina de Segurança Nacional, que balizou inúmeras ações dos governos militares, possuía um caráter autoritário e condizente com os interesses burgueses, não tolerava divergências com os propósitos do regime. Além disso, a violência contra o movimento estudantil era uma constante pelas forças de repressão do Estado, ato que pode ser evidenciado em jornais que apoiaram o golpe.

Assembleia pedirá explicação sobre cerco durante a passeata. O Diretório Central dos Estudantes do Estado da Guanabara protestou ontem, em uma nota oficial, contra as arbitrariedades praticadas quarta-feira última contra os estudantes na passeata, que trouxe a todos a certeza de que o populismo demagógico do Governo está restrito as conveniências dos grupos que dominam nossa economia e agora tentam dominar a nossa cultura – o movimento estudantil – acrescenta a nota – não está condicionado às imposições de grupo, e continuaremos na luta pela preservação e construção do restaurante central, pela revisão de todos os acordos com a USAID, pela participação estudantil nestas revisões e contra a cobrança de anuidades na UEG e UFRJ (JORNAL DO BRASIL, 27/05/1967).

Diante das manifestações estudantis, no ano de 1968, foram constituídas, pelo governo Costa e Silva duas comissões para formulação de propostas com o objetivo de apresentar propostas para a reforma do ensino superior e de contenção do movimento estudantil: a Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Não por acaso, a reforma do ensino superior foi implantada por meio do arbítrio. O AI-5 foi outorgado no dia 13 de dezembro de 1968, apenas alguns dias após a Lei 5.540/68, promulgada em 28 de novembro de 1968. Assim, a modernização da universidade se fez em nome da segurança nacional e do desenvolvimento.

É importante compreender a ideia de eficiência, tão presente nos discursos empresariais do período, a qual contribuía para despolitizar a questão educacional. Evidentemente, as proposições sobre a formação técnica dos trabalhadores se restringiam aos interesses do capital e já estavam presentes no vocabulário empresarial antes mesmo das reformas de 1968 e 1971. É o que podemos notar a partir de uma reportagem publicada na Folha de São Paulo sobre a educação técnica.

Educação técnica

[...] Das mais oportunas, excelente sob todos os pontos de vista, é a iniciativa do Fórum Roberto Simonsen, órgão de promoções culturais do Centro e da Federação das Indústrias do Estado, que está realizando um ciclo de conferências sobre educação técnica e industrialização. E é um empreendimento oportuno porque, exatamente no momento em que todos nós devemos empenhar no combate à inflação, como medida de salvação da economia nacional ameaçada de colapso, aprimorar a educação técnica é caminho certo para melhorar a produtividade, elevar o padrão de mão de obra nacional e dar melhores condições de trabalho à juventude nacional, bem como aqueles que já se encontram em serviço, em nosso parque fabril (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/05/1964).

Considerando o processo de expansão industrial no Brasil no período em questão, a bandeira de formação do trabalhador não foi uma exclusividade da Folha de São Paulo, constituiu uma espécie de consenso entre os diferentes segmentos do empresariado. Não por acaso, verificou-se, no decorrer da ditadura, a constituição de propostas com vistas à formação de profissionais de nível superior, técnicos e operários capacitados para as funções exigidas pelo mercado. Não se confundam, no entanto, as propostas da burguesia como uma simples adesão à Teoria do Capital Humano (TCH), pois tratava-se também de forjar a sociabilidade burguesa entre os futuros trabalhadores.

Portanto, os projetos e reformas empreendidas pelos governos militares não devem ser entendidos como expressão dos interesses exclusivos das Forças Armadas. As reformas educacionais atendiam aos interesses colocados por uma conjuntura econômica, que demandava um modelo de trabalhador que fosse adequado ao projeto burguês.

Ao instalar-se a primeira conferência nacional de educação, em 31 de março de 1965, Castelo Branco assim se pronunciou¹³.

Na realidade, apesar de muitas das vossas deliberações poderem ter breve aplicação em nossa vida educacional, imagino que estais bem mais preocupados com o futuro, cujos rumos dependem, inevitavelmente, do que agora for decidido. Não preciso dizer-vos o que representa a educação como meio de realização do homem, nem o que ela significa, através do desenvolvimento técnico e científico, para a prosperidade nacional, nem necessito apontar o que constitui para a estabilidade das instituições democráticas, que reclamam crescente participação dos cidadãos na sua preservação. (...)

Como tive ocasião de salientar — e não é demasia repeti-lo: nenhum

¹³ Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/21.pdf/view>. Acesso: 10/11/2020.

problema mais sério e mais grave do que o do ensino primário, ainda vedado a cerca de metade das novas gerações brasileiras. Assim, ao mesmo tempo em que são elas privadas das possibilidades de progredirem, também a Nação deixa de contar, em sua plenitude, com o que elas representariam para a evolução econômica e social do País (BRANCO, 1965, p. 165-166).

O pronunciamento de Castelo Branco repete uma velha fórmula liberal, qual seja: a educação é o remédio, a solução dos males que assolam o Brasil. É nesse momento histórico que se verifica a presença da TCH entre diferentes segmentos identificados com as propostas burguesas. Sistematizada por Theodore Schultz, na Universidade de Chicago, a TCH postulava ser o caminho para o desenvolvimento econômico, social e do trabalhador (SCHULTZ, 1971).

A teoria postulava a ideia de que o atraso econômico e o das nações periféricas são originários da falta de modernização e de recursos humanos qualificados, que só seriam possíveis por meio da instrução. Assim, a educação vincula-se a dois objetivos básicos: elevar a instrução do trabalhador e formar atitudes e habilidades que possibilitem maior produtividade econômica.

A TCH foi amplamente difundida por organismos internacionais em articulação com os interesses do capital, contribuindo para a legitimação da ordem burguesa e a manutenção da dependência econômica dos países periféricos, pois mascarava a condição da dominação imperialista,

[...] passando à ideia de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com as relações de poder, mas de um problema de diferença ou modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados - capital humano - se constituem no elemento fundamental (FRIGOTTO, 2001, p. 126).

Assim, a ampliação do acesso à educação, considerada como fator de desenvolvimento e requisito para o incremento da economia, constituiu um postulado das reformas que estabeleceu uma ligação direta entre desenvolvimento econômico e educação, compreendida como um requisito fundamental para alavancar a economia. Registre-se, não se tratou de um postulado presente somente nos documentos, mas também nas páginas de diferentes periódicos.

Em 30 de março de 1967, a Folha de São Paulo abordava, por meio de editorial, a questão dos excedentes, que mobilizava o movimento estudantil no período¹⁴. Ao dissertar sobre as iniciativas do governo para a solução do problema, o periódico aponta para o vínculo entre desenvolvimento e educação.

Não mais excedentes

O primeiro passo para o desenvolvimento nacional é a educação. Esta convicção de tantos que têm estudado acuradamente o problema, foi proclamada pelo presidente da República, que acrescentou não

¹⁴ A questão dos “excedentes” vincula-se aos candidatos que, mesmo aprovados nos vestibulares das universidades públicas, não conseguiam efetivar a matrícula por falta de vagas. Esse problema foi foco de tensão e mobilização do movimento estudantil.

compreender que “num país de 82 milhões de habitantes não tenhamos capacidade de matricular, de trazer à universidade, um número maior de 155 mil brasileiros jovens”. (...)

O tão falado desenvolvimento é, no fundo, uma questão de adequada e abundante formação de mão de obra qualificada em todos os níveis. Sem negar a importância das medidas de ordem estritamente econômico-financeira nesse terreno, e também sem esquecer a alta significação dos programas de obras fundamentais, é preciso salientar, porque mais facilmente olvidado, o papel da educação naquele processo. E a educação em massa (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1967).

Como em outros momentos da história, a educação mais uma vez era apresentada como fator de desenvolvimento dentro dos parâmetros da ordem burguesa. Do ponto de vista dos ideólogos do regime, era fundamental expandir a rede pública, de modo a formar trabalhadores qualificados e obedientes aos interesses do capital.

Não por acaso, nos governos militares, além da modernização conservadora do ensino superior, a Lei 5.540, de 1968, permitiu a expansão dos sistemas privados de ensino. Se no início dos anos de 1960, os interesses dos católicos eram predominantes, mais para o final da década, o setor empresarial percebeu a possibilidade de obter parte significativa de fundos públicos e do mercado, com as brechas promovidas pela ditadura¹⁵.

Nos anos 1970, a reforma teve como desdobramento a multiplicação de faculdades isoladas, privadas, induzidas a se apresentar como “instituições sem fins lucrativos”, mas, de fato, movidas por empresários. O salto foi visível. Em 1968, o alunado de ensino superior era um universo de pouco mais de 100 mil almas, concentrado em escolas públicas (75%). O setor privado era composto quase exclusivamente de instituições sem fins lucrativos, a maioria delas de orientação confessional. No meio dos anos 1980, quando a ditadura se desmanchava, esse número já tinha superado 1,5 milhões – e o setor público cobria uns 35% das matrículas. O setor privado tinha mudado: era já povoado de empresas de educação (MORAES, 2018, p. 35).

Cumprir acrescentar que a partir da vigência do Ato Institucional nº 5, a impossibilidade de manifestações contrárias permitiu a expansão dos interesses privados na educação. Enquanto o AI-5 representou o recrudescimento da escalada repressiva, o decreto nº 477, de 1969, proibia manifestações políticas no interior das universidades. O decreto também determinava, a partir de atividades consideradas subversivas, a expulsão de alunos e demissões sumárias de funcionários e professores. Tratava-se, em outras palavras, de inibir a livre organização do movimento estudantil e da liberdade de cátedra. Impossível não comparar a ideia presente, na atualidade, nos setores mais retrógrados da “doutrinação” dos professores.

¹⁵ O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. O Conselho, mediante nomeações dos presidentes da República, por indicação dos ministros da Educação, nunca deixou de ter representantes das escolas particulares em sua composição. (SAVIANI, 2008, p. 300b)

. Dentro das circunstâncias históricas do período, marcadas pelo binômio “desenvolvimento e segurança”, as políticas educacionais foram guiadas por meio de uma concepção:

[...] a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2009, p. 11).

A adoção da perspectiva tecnicista vinculada ao TCH pode ser compreendida como expressão da orientação econômica dos governos da ditadura. Os incentivos fiscais e subsídios oferecidos ao grande capital aceleraram as desigualdades sociais. A alternativa apresentada para a promoção das camadas populares se fez por meio da educação que, supostamente, possibilitaria melhores oportunidades aos trabalhadores.

Obviamente, trata-se de uma leitura a-histórica e sem conexão com as bases materiais em que se desenvolvem as relações de produção. O discurso repetitivo de salvação por meio da escola ou de “equidade” entre os indivíduos contribuiu para mascarar as verdadeiras causas da desigualdade, sob o manto do capitalismo. A Folha de São Paulo, em editorial intitulado “Vestibulares”, de 9 de janeiro de 1968, retoma a questão dos excedentes, ao mesmo tempo que aponta para a articulação entre educação e desenvolvimento.

A imprensa, de alguns anos para cá, vem dando justificado relevo aos exames vestibulares, refletindo com isso o pensamento dominante de que é na educação que se encontra a chave para o nosso desenvolvimento. Deixaram aqueles de ser apenas preocupação dos candidatos e suas famílias, para se transformarem em objeto de atenção da opinião pública em geral, que começa a ter consciência de que uma das causas das nossas inferioridades na falta de escolas em quantidades suficiente para atender a demanda. E o que não se compreende é que essa convicção geral só não tenha ainda sensibilizado os governos, que na área de sua competência continuam a oferecer menos do que devem, e do que a nação exige (FOLHA DE SÃO PAULO, 9/01/1968).

O editorial expressa a noção utilizada por inúmeros intelectuais da burguesia que buscaram explicar a desigualdade entre os homens e as diferentes nações, por meio dos investimentos em educação. Ao mesmo tempo, tal perspectiva não revela os fundamentos materiais produtores das desigualdades. Omitem-se as ações imperialistas por parte das nações capitalistas avançadas, a propriedade privada dos meios de produção concentrada nas mãos de poucos, a relação desigual e brutal entre capital e trabalho etc.

A naturalização da desigualdade de classes e a ideia de ascensão por meio da educação não podem ser compreendidas como simples ações premeditadas por parte da burguesia e seus intelectuais, mas pelo caráter de classe que perpassa a forma de compreender e analisar a sociedade. Os editoriais, artigos ou notícias presentes nas páginas dos periódicos, atuando como um verdadeiro partido de uma pedagogia mercantilizada, tendem a adotar uma análise

pragmática, circular e fragmentada da realidade social, na medida que reforçam a crença alicerçada no senso comum.

Em 14 de dezembro de 1968, a Folha de São Paulo apontava as razões para o sucesso da então Alemanha Ocidental, vinculando-o à sobriedade de seu povo ao “entusiasmo pelo trabalho”.

O exemplo alemão.

Excelente artigo de Jean François-Poncet publicado há dias por este jornal sobre o tão falado “milagre” da recuperação da Alemanha Ocidental põe em realce algumas das verdadeiras causas que explicam a rápida retomada, por um país materialmente quase arrasado pela guerra, de um elevadíssimo ritmo de desenvolvimento. Tão elevado que hoje a sua prosperidade é que gera problemas, como as que surgiram agora na Europa. Na sua análise, o articulista menciona alguns aspectos humanos do progresso econômico que frequentemente são negligenciados pelos observadores e mesmo por estudiosos: entre as virtudes do povo alemão, menciona “seu entusiasmo pelo trabalho, seu amor pela obra bem feita, seu gosto pela ordem, seu senso de organização, seu talento comercial, sua tendência natural para a poupança”. É verdade que algumas dessas virtudes estão sendo enfraquecidas pela prosperidade excepcional dos últimos anos, pois até o sóbrio alemão está contagiado pela nova filosofia universal de viver bem. Naturalmente não queremos insinuar que a assimilação integral daquelas virtudes é condição para o progresso de outros povos. Estes, os que agora começam seu desenvolvimento, não podem fugir aos novos conceitos e padrões de vida, tão difundidos pelo cinema, pela televisão etc. Mas é fora de dúvida que, se algumas daquelas qualidades alemãs fossem mais cultivadas entre as nações subdesenvolvidas, as perspectivas destas poderiam melhorar muito (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/12/1968).

Como se percebe, a perspectiva assumida pela Folha de São Paulo comete reducionismos que não desvelam as razões do subdesenvolvimento das nações periféricas. De um lado, há uma Alemanha destruída do pós Segunda Guerra; do outro, uma forma de explicar a superação da destruição do pós-guerra. Dessa forma, o reducionismo vincula-se à compreensão de que uma sociedade é pensada como expressão do esforço pessoal de cada um; logo, de que, para alcançar o desenvolvimento, é necessário o “entusiasmo para o trabalho”, “gosto pela ordem”, entre outros. Nessa perspectiva, desprezam-se as relações de poder do imperialismo e a condição de economia periférica de inúmeros países.

Em linhas gerais, pode-se encontrar esse padrão de raciocínio nas formulações que pautaram as reformas educacionais na ditadura civil-militar. Enxergava-se na educação o instrumento de produção de um novo homem, um trabalhador especializado, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social da nação.

O Globo, em “A reforma do ensino: investimento prioritário”, reforça a perspectiva que associa o incremento das atividades produtivas por meio da educação.

A Reforma Universitária, cujos documentos constitutivos serão entregues quinta feira ao presidente Costa e Silva, em Brasília, presentes todos os membros do grupo de trabalho, que a preparou, a frente o ministro Tarso

Dutra, seu presidente, dá ênfase ao duplo papel que a Universidade é chamada a desempenhar no processo de desenvolvimento do país.

É esse o espírito do relatório que será entregue ao Presidente da República, acompanhado dos projetos de reforma, e no qual está dito também que “o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito propiciar uma tomada de consciência nacional do problema da educação universitária, despertando a nação, que tomou ciência de que a educação superior é investimento prioritário e de alta rentabilidade”.

[...] a reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos (O GLOBO, 19/08/1968).

Considerando a lógica do capital, o investimento do Estado na educação é interessante para a promoção das competências “ao exercício das numerosas profissões técnicas próprias das sociedades industriais” (O Globo, 1968, p. 4). Promover a democratização ao acesso ao ensino superior, porém, em nenhum momento esteve presente no âmbito da reforma. Os recursos deveriam ser direcionados para objetivos específicos: o aumento da produtividade e não para a democratização do ensino superior.

A perseguição contra Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e as ações coercitivas sobre a UnB entre 1964-1965, demonstram que a ditadura se empenhou em eliminar o projeto nacional-democrático da universidade. Além disso, as iniciativas da Aliança para o Progresso, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development – Usaid*), das fundações norte-americanas, como Ford, do IPES e IBAD, contribuíram para o delineamento da reforma, que não se fez tão somente por meio da Lei 5.540/68, mas também pelos decretos que a regulamentaram e pela conjuntura autoritária do Estado policial do AI-5 (LEHER, 2019).

Havia entre as camadas dirigentes um consenso de exigência de uma maior praticidade e aplicabilidade dos estudos. Além disso, os governos militares buscaram esvaziar o potencial contestador do movimento estudantil atendendo a algumas demandas, mas sem renunciar ao controle das universidades.

A fórmula para esvaziar o potencial revolucionário foi encontrada pelas classes dominantes com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, e com o Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969. O Ministro da Justiça da ditadura declarava em alto e bom som que “estudantes tem que estudar” e que “não podem fazer baderna”. Esta foi a forma encontrada pelo regime para conter o movimento dos estudantes. A censura prévia, somada ao clima de terror e de intimidação que passou a ter base legal com o AI-5, e que foi utilizado inclusive contra membros do clero, com certeza calou muitas vozes ou somente permitiu que estas se manifestassem em recintos fechados. A longa noite de perseguição e ódio estava apenas começando e seus efeitos seriam dramaticamente lamentados por toda uma geração (CARVALHO, 2019, p. 58).

Vale advertir que esse processo não se reduziu simplesmente a um instrumento jurídico-formal, que reorganizou a educação universitária no período pós 1968, mas na expressão da forma pela qual a burguesia procurou a promoção de seus interesses no ensino superior. Nesse sentido, podem ser identificados três aspectos que foram consolidados pela reforma: a) a criação de obstáculos para a ascensão das lutas estudantis no meio acadêmico; b) expansão da universidade de forma precarizada e facilidade para ampliação das instituições privadas de ensino superior; c) reforço do conceito de educação como mercadoria. (PRESTES, 2020).

A concepção que orientou a reforma universitária norteou o processo de modernização pautado pelas demandas do capitalismo monopolista. O ministro da Educação do Governo Médici (1969-1974), Jarbas Passarinho, em conferência na Escola Superior de Guerra, explicitou a orientação mercadológica para a educação.

Passarinho: ensino com outra estrutura.

- No ensino superior, disse o ministro, também temos muitos excedentes profissionais. Gente que se forma e não consegue trabalho. Quer por deficiência do ensino, quer por estar o mercado saturado. As faculdades terão de ser guiadas pelo mercado de trabalho daqui para frente. (...)

- A escola superior já tem o Acordo MEC-USAID e a Operação Europa que garantem farto equipamento para as nossas escolas. Não pode acontecer o que vi ao entrar no Ministério da Educação: milhares de cruzeiros empregados em equipamentos caríssimos que continuam encaixotados no MEC por falta de previsão quanto ao transporte e instalação. As escolas serão voltadas para o mercado de trabalho, a fim de satisfazer suas exigências. A universidade será departamentalizada e será evitado o crescimento desconexo, mas sua expansão se dará planejadamente (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/05/1970).

A orientação geral, presente ao longo da exposição do ministro, pautou-se em torno do desenvolvimento econômico. Foi uma reprodução das proposições presentes nos documentos produzidos pelos IPES e pelos empresários em seu entorno. Não por acaso, as mudanças ocorridas no interior do Conselho Federal de Educação (CFE) contribuíram para a ampliação dos recursos públicos destinados às instituições privadas. Também não foi casual a penetração dos postulados da TCH e a reordenação da educação escolar de forma que promova a racionalidade, eficiência e produtividade.

Flexa Ribeiro¹⁶: Trabalho na Unesco ajuda o Brasil.

É hoje uma ideia pacífica que os recursos naturais de um país só constituem riqueza se esse país está equipado com recursos humanos correspondentes. É a formação do capital humano que se constitui, hoje, o maior desafio para as nações em desenvolvimento (O GLOBO, 19/08/1968).

¹⁶ Carlos Otávio Flexa Ribeiro (1914-1991). Diretor-geral do Departamento de Educação da Comissão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, de 1967 a 1970.

O texto expressa uma perspectiva convergente com a pedagogia tecnicista, que se traduziu em uma proposta de planejamento que objetivava minimizar as interferências subjetivas que pudessem colocar em risco a eficiência do processo de ensino. Em diferentes publicações, educação, ensino e escola foram apresentados como investimento com vistas ao progresso da nação.

Em consonância com o projeto burguês, vitorioso em 1964, as frações de classes mais poderosas, especialmente vinculadas aos IPES, às agências internacionais e a outros segmentos do empresariado educacional, foram decisivos na formulação das políticas educacionais. A ampliação do acesso à educação constituía mais um instrumento de atendimento das demandas populares, de forma a dar a legitimidade do regime. Não por acaso, tornou-se um tema constante na imprensa, em diferentes oportunidades.

A ignorância ameaça a própria independência

Em pronunciamento perante mil professores reunidos no I Congresso de Educadores da Amazônia, o deputado João Calmon, o soldado mais obstinado da Década da Educação, enfatizou a luta contra o analfabetismo como objetivo dominante, na administração e na vida nacionais, “a fim de que o Brasil não fique estiolado como uma nação subdesenvolvida e, sobretudo, carente de independência que conquistamos politicamente”. (...)

“Nós precisamos encarar com maior seriedade o problema da educação, respeitando rigorosamente uma escala de prioridades. A de número um, não somente nos próximos dez, mas nos vinte anos, deve ser a educação; mantendo-se inclusive vigilância para evitar desvios ou alocar para outros setores. (...)

Elogiando o dinamismo do ministro Jarbas Passarinho, uma garantia a mais de que o problema da educação está sendo levado a sério pela revolução, João Calmon acentuou que o titular do MEC sabe cercar-se de ótimos auxiliares, como provam os nomes do cel. Mauro da Costa Rodrigues e do prof. Mário Henrique Simonsen, e tem a sorte de integrar um governo atento ao problema. O presidente Médici, nos últimos pronunciamentos, afirmou que “a educação e a cultura são os dois grandes desafios de sua gestão” (O CRUZEIRO, 09/06/1970, p. 22).

Convergentes com os ideais da ESG, inúmeras manifestações na imprensa associam o desenvolvimento econômico e a independência nacional a um modelo educacional que forme indivíduos capazes de atender às demandas produtivas. Não é casual o discurso de aproximação com os ideais de segurança nacional e desenvolvimento, mais um elemento estratégico para os interesses burgueses.

No Manual Básico da Escola Superior de Guerra, é possível identificar as convergências entre a necessidade de investimento em educação e o desenvolvimento.

A acumulação do capital humano através da educação tem fundamentalmente dois efeitos:

- o aumento de produtividade do fator trabalho, que se reflete no mercado por aumento no salário real;

- o aumento de mobilidade do fator trabalho, que passa a explorar, de maneira mais efetiva, as diferenciações de produtividade setorial existente na economia. Corresponde, portanto, a aumento na capacidade de utilizar os fatores de produção de maneira mais eficiente. [...]

Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como “investimento” mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida (ESG, 1975, p. 153).

A partir dos pressupostos da Escola Superior de Guerra, o aperfeiçoamento e modernização das condições econômicas e sociais fortaleceriam a segurança. No entanto, era fundamental, a partir da perspectiva da ditadura, o combate ao chamado “inimigo interno”. Objetivando combater a “subversão”, a repressão constituiu-se em uma ação constante na educação e em qualquer segmento que pudesse colocar em questionamento a legitimidade do regime. Em síntese, os órgãos de representação estudantil, as universidades e até mesmo o MEC, eram considerados suspeitos de difusão das ideias comunistas.

É possível afirmar que uma economia dependente de um país periférico, como é o caso do Brasil, acentuou as contradições no âmbito da educação. Isso porque a reprodução do capital implica na reprodução da força de trabalho, o que envolve um nível de escolarização e o atendimento de algumas demandas populares. Além disso, a propaganda oficial do período apontava um hipotético vínculo entre os governos militares com a construção de um futuro promissor para todos os brasileiros.

A título de exemplo, é importante destacar as peças publicitárias produzidas entre os anos 1970-1973, entre as quais, “Ninguém segura esse país”, “Você constrói o Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o!”, entre outros. Tais iniciativas se encaixavam nas páginas de diferentes jornais e espaços publicitários da TV e, concomitantemente com os editoriais e notícias, constituíam uma ação “educativa” que deve ser compreendida para além das aparências. Trata-se, do ponto de vista dominante, de enxergar o “despreparo” do “povo” para cuidar de si mesmo, por isso, deve ser tutelado pelos “revolucionários” de 1964 ou pela elite responsável pelo progresso do país.

Na reportagem, “Passarinho adverte para a desinformação” encontra-se a preocupação do Ministro da Educação em combater, nas universidades, a “desinformação” e as ideias “marxistas”, que poderiam espalhar-se pelos diferentes espaços sociais.

Rio (Sucursal) – O ministro Jarbas Passarinho utilizou a maior parte de sua conferência, ontem na Escola de Guerra Naval, para rebater acusações de dois jornais, um publicado pelos estudantes da PUC de São Paulo e outro por universitários de Minas Gerais, afirmando que esse tipo de propaganda tem penetração no meio estudantil devido ao despreparo do universitário brasileiro, “que não possui um conhecimento mínimo da realidade brasileira”.

Em conferência que durou duas horas, o ministro analisou o sistema da Educação no Brasil, anunciando uma “guerra aos vestibulares” a partir do próximo ano, mediante a implantação da reforma universitária, criticada

por alguns professores – segundo disse – com bases em argumentos tradicionalistas.

A doutrinação

Os primeiros minutos da conferência foram dedicados à análise da penetração da propaganda subversiva no meio estudantil. Dois jornais distribuídos recentemente em São Paulo e Minas Gerais, serviram de ilustração para o problema. O jornal dos estudantes de São Paulo e dos mineiros, continham acusações ao sistema educacional brasileiro, que foram rebatidas durante toda a palestra.

Quanto à penetração dessas notícias entre estudantes, o ministro reconheceu que foi um erro do governo não “entender a capacidade de doutrinar”. Para o ministro, o despreparo do aluno que ingressa nas universidades é usado pela subversão para propagandear suas ideias (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/10/1971).

Esse tipo de argumentação utilizada pelo ministro e divulgada pela Folha de São Paulo e por outros órgãos de imprensa, contribuiu para construção ideológica em defesa dos “valores” da sociedade brasileira, que deveriam ser conservados frente ao avanço das ideologias “exóticas”, sobretudo, a chamada “comunista internacional”. Nesse sentido, a conferência do ministro Jarbas Passarinho evidencia uma clara tentativa não só de legitimar os governos militares, como também a criação de uma imagem de que as ações das Forças Armadas no combate à “subversão” eram uma necessidade para a proteção do que seria um inimigo comum: o comunismo.

Para além da repressão, considerando o meio acadêmico como espaço de formação de profissionais necessários ao projeto de desenvolvimento econômico nos moldes do capitalismo associado e dependente, era necessário construir um consenso favorável ao regime.

Ainda sobre o ensino superior, o ministro assim se manifestou:

“A universidade é seletiva em todo o mundo, inclusive nos países socialistas, defendidos por estes grupos”, afirmou o Ministro da Educação, referindo-se mais uma vez aos jornais estudantis citados no início da palestra. Informou que, obedecendo a um planejamento, a universidade brasileira oferece, atualmente, cerca de 530 mil matrículas, colocando-se em situação igual à da França há dois anos. As vagas para o primeiro ano são distribuídas pelas de acordo com as necessidades do país e as ofertas de trabalho, visando evitar o desemprego. Segundo o Ministro, esse sistema não pretende evitar que os alunos façam o curso de sua preferência, mesmo que o mercado no setor esteja saturado, mas não estimular esta procura. “Não concordamos com o pensamento marxista que diz o que é bom para o Estado é bom para o homem – disse o ministro – mas também não aceitamos a filosofia liberalóide que defende que é bom para o homem é bom para o Estado” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/10/1971).

É importante registrar que a reforma do ensino superior de 1968 não representou uma ruptura com o passado e não gerou os impactos proclamados. Ainda que o número de matrículas tenha crescido, o ensino superior público continuou um espaço para poucos. Dentro da lógica autoritária do regime, não se tratava de democratizar a universidade, mas simplesmente de adequá-la aos interesses do capital.

Além das questões elencadas, vale ressaltar que, em nenhum momento, a produção de Marx afirma que o que “é bom para o Estado é bom para o homem”. Aliás, o autor demonstra cabalmente que o Estado não é o representante do interesse geral, mas que existe para defender os interesses das classes dominantes. Afinal, “(...) O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (1998, p. 7).

Marx enxergou o Estado em seu contexto histórico e o analisou a partir de uma concepção materialista da história. Não é o Estado que forja a sociedade, mas o contrário. A sociedade, por sua vez, expressa-se pelo modo dominante de produção. Em uma sociedade de classes, marcada pela predominância da burguesia, o Estado é a manifestação política dessa dominação.

O interesse geral, tão apregoado pelos intelectuais comprometidos com a ordem, esconde uma realidade: o Estado é uma instituição a serviço de uma classe. Em síntese, trata-se do braço repressivo da burguesia.

Desaparecidos no curso do desenvolvimento as diferenças de classes e concentrada toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde o seu caráter político. Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra (MARX, 1998, p. 31).

Assim, nada mais distante do pensamento de Marx do que a assertiva do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. O seu posicionamento é parte constituinte de uma guerra ideológica que se serviu de distorções e acusações infundadas não apenas contra Marx, mas também contra todos aqueles que ousaram questionar as diretrizes de um regime político que torturava e assinava. De fato, a burguesia contou com o auxílio do Estado e todo o aparato repressivo para impor, pela força, seus interesses, incluindo a educação.

Desse modo, inúmeros professores e estudantes foram ameaçados, presos, assassinados ou exilados. Universidades foram invadidas, policiais a paisana frequentavam aulas, inquéritos foram instaurados contra indivíduos que representassem real ou supostamente uma ameaça ao regime.

Em 01 de setembro de 1972, a Folha de São Paulo publicou trechos de um inquérito policial militar, na educação do Estado.

IPM da Educação na Auditoria.

O ex-Secretário de Educação, prof. Antônio de Barros Ulhoa Cintra¹⁷ e os elementos de sua equipe, José Mário Pires Azanha, Rosaura Escobar Ribeiro da Silva e Renato de Paulo Seaglione, além dos professores Maria

17 Antonio Barros de Ulhoa Cintra (1907-1998), foi médico, professor e pesquisador, reitor da Universidade de São Paulo (1960 a 1963) e secretário de Educação e Cultura do Governo Abreu Sodré (1967-1971).

Tereza Gomes de Oliveira, Nagib Michel Eichegere, Guiomar Carã, Ivone Dias Avelino, Elda Merighi, Nilza Calin de Carvalho ou Neuza Calim Pasqualete, Maria Nilde Macelani, Carmem Maria Craity, Sebastiana Correa Bittencourt Guimarães, Luis Benedito Lacerda Orandi, Sabatina de Lourdes Gervásio, Darcy Paulino dos Passos, Cecília Vasconcelos Lacerda Guaraná, Áurea Cândida Sigristi, Moacir da Silva, Louverry Lima Olival, Maria Rosa Cavalheiro, padre Milton Santana e Maria Débora Vendramini foram denunciados pelo procurador de Justiça Militar, José Manes Leitão, especialmente designado para funcionar no chamado IPM da Secretaria de Educação e indiciado nos termos dos artigos 23 e 45 da Lei de Segurança Nacional¹⁸.

Diz a peça acusatória que “os dez volumes e quatro apensos do IMP esclarecem que o prof. Uhoa Cintra, quando secretário da Educação, em março de 1967 até o 1º semestre de 1970, quando foi compelido a deixar o cargo, **através de palavras e ações tentou subverter a ordem ou a estrutura político-social vigente, com o fim de estabelecer ditadura de classe de partido político ou de grupo.**

Salienta que o IPM foi instaurado por determinação do comandante do II Exército com base nas investigações realizadas pelo Sub CGI de São Paulo, concluindo que o secretário Uhoa Cintra comandou vastíssimo plano subversivo nos meios educacionais de São Paulo, sendo seu primeiro ato a escolha de auxiliares que pudessem executar tal plano. Rosaura Escobar, que o acompanha há vários anos como chefe de gabinete desde quando ele era reitor da Universidade de São Paulo, não obstante saber que ela era ligada a comunistas, foi indicada para elevado cargo. Sua nomeação encontrou resistência por parte do governador, sendo nomeado para o lugar o sr. Renato de Paula Scaglione, embora de fato fosse exercida por Rosaura. Coordenava ela o provimento de todos os cargos de confiança que passaram a ser exercidos por elementos subversivos ou que prestassem aos interesses da subversão” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/09/1972) (grifos nossos).

A leitura da peça acusatória transcrita aponta para a suposta tentativa do secretário em “subverter a ordem ou a estrutura político-social vigente, com o fim de estabelecer ditadura de classe de partido político ou de grupo”. Ora, que dizer de um governo de impôs

¹⁸ Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969

Art. 23. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo:

Pena: reclusão, de 8 a 20 anos.

(...)

Art. 45. Fazer propaganda subversiva:

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - Realizando greve proibida;

V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

o AI-5 ou que calou o movimento sindical? Como explicar a articulação empresarial em torno de instituições, com vistas ao golpe que derrubou João Goulart?

Nesse contexto, os intelectuais que defenderam a intervenção militar não assumiram que a derrubada de Goulart foi um golpe de Estado. O silêncio sobre o golpe e todas as medidas autoritárias objetivavam escamotear a ditadura de classe. Como artifício da dominação de classe, a eficiência da ideologia requer a produção de valores, ideias ou mesmo de uma visão de mundo em que os indivíduos se reconheçam. A eficácia ideológica depende da naturalização das relações sociais e do ocultamento do caráter da violência do Estado contra os trabalhadores.

Por tudo o que foi evidenciado até o momento, a educação de caráter emancipatório para os trabalhadores e seus filhos, que contribua para o desenvolvimento dos homens em suas diferentes potencialidades, não era, e nem poderia ser, o objetivo da burguesia e de seus apóstolos. Pelo contrário, o que é pensado, planejado e traduzido em políticas educacionais, é um ensino para a submissão, para o conformismo com as desigualdades que continuavam a ser naturalizadas nos diferentes espaços sociais.

Muito sinteticamente, poder-se-ia afirmar que as ações da ditadura, no âmbito da educação, pautaram-se por dois vetores: o primeiro, as reformas associadas ao desenvolvimento com segurança; o segundo, à repressão. Nesse sentido, é notório que a ditadura perseguiu estudantes e professores de universidades. No entanto, não foram os únicos. Docentes de instituições de educação básica também foram vigiados e perseguidos pelos órgãos de repressão. Para além dos inquéritos instaurados, os mecanismos de controle ocorreram ainda por meio da censura aos conteúdos, aos livros adotados e às discussões travadas pelos professores nas escolas.

As investigações político-sociais mostraram haver uma coincidência entre os atos da Secretária da Educação e a técnica de subversão preconizada pela OCLAE¹⁹ para a América Latina e que seu planejamento era susceptível de favorecer ação subversiva programada por tais entidades.

(...)

No Colégio Estadual de São Paulo, o clima de subversão era dirigido na ocasião pela professora Elda Meregui. No Instituto de Educação Padre Manoel da Nóbrega, a subversão era praticada pela professora Ada Natal Rodrigues. No instituto de Educação Albano César, o foco da subversão era o Grêmio Estudantil e a diretora Nilza Calim de Carvalho permitiu que a propaganda subversiva prosperasse.

(...)

Em setembro de 1968, realizou-se em Campinas, no Colégio Progresso um Congresso de Estudantes Secundaristas, pretexto para manifestações subversivas. O padre Milton Santana, na oportunidade proferiu violento discurso subversivo. Quando do conflito entre estudantes do Mackenzie e Faculdade de Filosofia, Áurea esteve em São Paulo e, em Campinas apresentou versão tendenciosa dos acontecimentos, denegrindo a atuação das forças policiais mantenedoras da ordem e fazendo crer que o Exército participara do conflito. Por último, Maria Débora Vendramini, como

19 A Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE) foi fundada no IV Congresso Latino-Americano de 1966, realizado em Cuba.

orientadora pedagógica, desenvolvia intensa atividade criminosa contra Segurança Nacional (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/09/1972).

Registre-se, a reportagem em nenhum momento questiona os métodos repressivos e intimidatórios, presentes na ditadura no ambiente educacional. Explicita-se claramente um verdadeiro terrorismo de Estado com consequências incalculáveis para os trabalhadores da educação e de todos os que foram perseguidos.

Ora, conforme o discurso anticomunista presente nos discursos oficiais e na imprensa, o perigo consistia na propagação das “manifestações subversivas”, residia na miséria e no despreparo da população. Fazia-se, por isso, necessário a constante vigilância para impedir a difusão dos ideais comunistas. Concomitantemente, havia a percepção, no plano internacional, do crescimento do comunismo.

Em oposição ao marxismo e ao comunismo, a Doutrina de Segurança Nacional anunciava a necessidade de repressão e extermínio das células subversivas da sociedade, apresentando um novo conceito a respeito do inimigo e da defesa da nação. Se até a Segunda Guerra, os inimigos poderiam ser identificados com as nações estrangeiras e os conflitos declarados, com o comunismo a situação era entendida de forma diferente. Os “subversivos” eram apresentados como inimigos da nação, por promoverem uma guerra interna e não declarada à ordem social. Entendidos como elementos perigosos que se infiltravam silenciosamente nas instituições, o inimigo deveria ser combatido a qualquer preço.

A ideia de inimigo se estendeu para qualquer pessoa que, hipoteticamente, ameaçasse a civilização “cristã e ocidental”. Sindicalistas, docentes e estudantes eram suspeitos em potencial. Como aparentemente qualquer indivíduo poderia ser um inimigo em potencial, o clima policesco promovia uma situação propícia ao medo.

Criou-se um ambiente propício para delações dentro das universidades e até mesmo em muitas escolas, com a abertura de inquéritos, ameaça de demissões ou prisões, apreensão de livros etc. Em um momento marcado ainda pela presença do AI-5 e de forte repressão, era fundamental para a ditadura controlar a educação e a produção do conhecimento, o que favorecia a imagem de suspeição dos professores.

Para se ter uma compreensão aproximada de como era realizado um processo de vigilância tão amplo, é importante ter clareza de que qualquer indivíduo poderia ser denunciado por funcionários, informantes ou mesmo simpatizantes da ditadura, presentes nas universidades e escolas. Nessas circunstâncias, o aparato repressivo utilizou-se da violência, ultrapassando as fronteiras das próprias leis impostas pela ditadura, com a justificativa de que era necessário eliminar a subversão em nome da segurança nacional.

Ainda que a grande imprensa se sentisse impedida de denunciar os abusos da ditadura, é importante deixar claro que, em suas páginas, os que ousaram combater o regime eram classificados de subversivos ou terroristas. Em diferentes ocasiões, mesmo com divergências pontuais em relação aos governos militares, foram justificados e enaltecidos os feitos da “revolução”.

Em 31 de março de 1973, a Folha de São Paulo reservou espaço para uma reportagem que trazia como título: “Todo país comemora o 9º aniversário da Revolução”.

Todas as organizações militares do II Exército comemorarão hoje o 9º aniversário da Revolução de 31 de março, com formatura de tropa, culto ecumênico e palestras sobre as realizações concretas nos campo-financeiro e social (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1973).

Na mesma página, o jornal se posiciona sobre o “movimento de 1964”.

Uma autêntica revolução

[...] Em todos os setores, entrou em acelerado processo de deterioração a vida nacional. Ao sr. João Goulart atribuíam-se responsabilidades pessoais e diretas (senão por ação, ao menos por omissão) pela infiltração comunista em postos chave da administração pela luta de classes, que se acentuava nos meios operários e estudantis pelas greves constantes – quase diárias – que paralisavam a produção, impedindo o trabalho regular e comprometiam todos os esforços de desenvolvimento econômico. Era também acusado de pretender implantar no Brasil uma República Sindicalista, em moldes totalitários.

(...)

Desconfiava-se que um golpe vinha sendo tramado nas antecâmaras palacianas, para fechar o Congresso e dar poderes absolutos ao presidente, que os usaria contra os legítimos interesses da nação (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1973).

Como é possível perceber nesses pequenos fragmentos, o posicionamento do jornal justifica a chamada “Revolução de 1964”, a começar por um título que afirma que “Todo país comemora” o aniversário da revolução, transmitindo ao leitor a ideia de um consenso nacional a respeito da ação dos militares em 1964.

Seguindo a lógica laudatória do regime, o periódico informa que o governo de João Goulart carecia de autoridade e, ao mesmo tempo, era conivente com a infiltração comunista. No entanto, inúmeras evidências concretas demonstram que houve uma articulada campanha de desestabilização de Goulart entre 1962 e 1964. Associavam sua administração ao processo de degeneração moral e econômica da sociedade.

É forçoso reafirmar que o golpe de fato ocorreu, assim como o expurgo dos elementos indesejáveis do Congresso e até mesmo seu fechamento, mas não pelas mãos de Goulart. Os chamados “interesses legítimos da nação” eram, na prática, os interesses do capital.

O caráter repressivo das Forças Armadas foi reforçado como meio de preservação da ordem burguesa. Ao longo do governo do marechal golpista Castelo Branco (1964-1967), foi promulgada a Lei de Segurança Nacional em 1967.

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra

revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

Foram reforçadas as bases legais para a repressão de todo e qualquer movimento de caráter contestatório. Não era admitido o questionamento à autoridade das Forças Armadas ou ao sistema capitalista. A Lei refletia a conjugação de forças chefiadas pelo capital internacional e pela burguesia brasileira a ele submissa, os quais necessitavam do silenciamento das forças políticas que pudessem gerar algum tipo de questionamento.

A ordem defendida pela burguesia, o que inclui a grande imprensa, aplaudiu o combate, por meio da violência policial, aos chamados “subversivos”. O terror promovido pelas forças de repressão não era uma planta exótica, mas uma ação deliberada dos governos militares com o apoio e financiamento de grupos empresariais para a operação limpeza. A título de exemplo, a Operação Bandeirante (Oban), uma organização criminosa financiada pelo empresariado nacional e estrangeiro, foi uma máquina do terror. Donativos de bancos, como Banco Mercantil de São Paulo e Bradesco juntaram-se a outros de grandes multinacionais. Em poucas palavras, os homens de negócio financiaram a morte.

A reestruturação da PE paulista e a Operação Bandeirante foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalente a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde. Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo

Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban (GASPARI, 2002b, p. 62).

A Operação Bandeirantes não deve ser entendida de forma isolada, mas como uma expressão de uma ação de Estado, coordenada com vistas à repressão. Entre os anos de 1967 a 1972 foram criados pelo Estado diferentes órgãos de repressão. Em 1967, surgiu o Centro de Informações do Exército (CIE); em 1970, O Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), já existente, foi reformulado em 1971.

É importante enfatizar que as ações da ditadura não se limitaram ao território brasileiro. Em diferentes nações latino-americanas, que também conviveram com golpes de Estado e ditaduras, tais como Argentina (1976), Chile e Uruguai (1973), estiveram presentes oficiais brasileiros participando de torturas e interrogatórios. Tratou-se de uma rede articulada em defesa do capital e do silenciamento das forças comprometidas com os trabalhadores²⁰.

Concomitantemente ao endurecimento da violência do Estado, com participação ativa da burguesia, vendia-se a imagem do Brasil como uma nação que caminhava para o "progresso" e para o "bem-estar" social. Foi nesse ambiente que o componente curricular de Educação Moral e Cívica (EMC) foi implementado nas escolas, por meio do Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969, p. 776) (grifo nosso).

²⁰ A título de exemplo, a Operação Condor, se constituiu em uma aliança entre diferentes ditaduras do continente – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – para unificação de esforços na repressão clandestina e sempre à margem da lei, com o propósito de identificar, perseguir, sequestrar e assassinar homens e mulheres classificados como perigosos para a manutenção da ordem.

Regulamentada por meio do Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, a EMC apresentava como objetivo "[...] formação do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade." (BRASIL, 1971, p. 30).

Nas ideias presentes no decreto, encontra-se a defesa do princípio democrático. No entanto, há que se perguntar o que significavam esses princípios, quando se sabia que inúmeros brasileiros eram torturados e perdiam o direito de existência? O que significava o “amor à liberdade”, quando estudantes e trabalhadores eram calados pela força das armas?

Como se pode observar, o conteúdo desta legislação refletia a orientação política do regime daquele período, tendo a disciplina o encargo de transmitir aos educandos um conjunto de atitudes e comportamentos desejados para a manutenção da “ordem” estabelecida, naturalizando as relações sociais. Além da clara influência da DSN, há, em suas matrizes ideológicas, o pensamento católico e o nacionalista que apresentam o anticomunismo como ponto de convergência. Dessa forma, o combate ao comunismo significava a defesa da Pátria, que se confundia com o próprio governo.

Simultaneamente, o discurso dominante promovia a ideia de que a ordem social, instituída em 1964, era produto dos interesses da nação e que o governo se identificava com o “povo”. De tal modo, tudo o que não se identificava com a nação deveria ser decididamente denunciado e combatido.

Não é difícil perceber as conexões entre o discurso oficial e os inúmeros artigos ou notícias publicados nos órgãos de imprensa. A ideia de formação do “caráter” do brasileiro para o exercício da “democracia” esteve presente em diferentes publicações, como por exemplo, o General Moacir Araújo Lopes em sua conferência sobre as Bases Filosófico-Constitucionais da Educação, no MEC.

General acha erotismo, sexo ao vivo e pornografia fruto da educação leiga.

- Erotismo, pornografia e aberrações sexuais são os frutos da educação leiga, pelo domínio do liberalismo no campo moral – disse ontem o presidente da Comissão de Nacional de Moral e Civismo, General Moacir Araújo Lopes, na sua Conferência sobre as Bases Filosófico-Constitucionais da Educação, no MEC. (...)

Decadência Moral

- Atualmente, avilta-se a mulher, desagrega-se a família, balançam-se os alicerces da pátria. Assiste-se à tentativa de destruição da civilização e da raça na sua fonte biológica, fato mais grave que idêntica tentativa no aspecto mecânico. Estes fatos já foram observados em velhas civilizações degradadas que, no tempo, mereceram correções memoráveis: Sodoma, Gomorra, Roma, Pompéia – disse o General Moacir Araújo Lopes. (...)

Moral e Civismo.

Explicou o conferencista que a Comissão Nacional de Moral e Civismo está elaborando seu regulamento e já aprovou o artigo que focaliza as bases filosófico-constitucionais da educação. “A educação moral e cívica tem por finalidade a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e morais da nacionalidade.”

- Visa também à defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade

com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; a formação do indivíduo de hábitos de conduta conforme a lei moral, pelo fortalecimento da vontade – acrescentou o General Araújo Lopes (JORNAL DO BRASIL, 05/02/1970).

A preocupação com a ordem “moral” era entendida como um aspecto importante na defesa da Ordem. Assim, era importante restringir a liberdade de pensamento e pautar conteúdos que poderiam ser trabalhados nas escolas. Registre-se que o posicionamento de Lopes não era um fato isolado, mas a expressão do aspecto ideológico de que se revestiu a ditadura. Além da formação do futuro trabalhador, a escola deveria formar indivíduos moralmente comprometidos com a defesa da nação.

A presença de preceitos religiosos na defesa do ensino de Educação Moral e Cívica nada mais é do que a continuação, por outras vias, de um ensino religioso utilizado pelo Estado como meio de defesa dos valores dominantes. Não se trata apenas da influência da Igreja Católica e de seus setores mais conservadores, ainda que esses vínculos tenham existido, mas fundamentalmente a funcionalidade do componente curricular como meio ideológico do Estado.

É importante ter clareza que a construção do consenso conservador em torno do regime não se traduziu apenas no aparato repressivo contra a classe trabalhadora, mas também por meio da “direção intelectual”, da qual a imprensa foi parte atuante na aglutinação dos interesses burgueses apresentados como universais.

Em 30 de outubro de 1971, o Jornal do Brasil publicou um artigo a respeito do retorno da Educação Moral e Cívica aos currículos escolares.

A Educação Moral e Cívica, a volta às aulas.

Educação Moral e Cívica volta aos currículos, como disciplina obrigatória e, desta vez, em todos os graus. Se, no primário, a configuração da matéria nunca foi suficientemente nítida, por sua vez, por sua conceituação eminentemente relativa, o que não há como fugir, no ensino superior a dificuldade de um delineamento preciso agrava-se, pelo inédito da experiência, o próprio Decreto-Lei que a fez incluir em todos os níveis deu-lhe, nos cursos superiores, a conotação orientadora de “estudo dos problemas brasileiros.” Não será o bastante, mas sempre é uma diretriz. (...)

A Educação Moral e Cívica, em nível de estudos de problemas brasileiros, deve ser entendida, parece, como um método de motivação, não apenas afetiva, mas também intelectual, da **integração do indivíduo no espírito da comunidade nacional, levando-o a aceitar e adotar como próprios os valores peculiares, característicos de sua comunidade**. Da adesão de cada um a tais valores resultará a consciência cívica e moral, cada vez mais inabalável, na nação – como um corolário aceitável voluntária e entusiástica, até o espírito de sacrifício, das responsabilidades de cada indivíduo na missão comum (JORNAL DO BRASIL, 30/10/1971) (grifos nossos).

Na conjuntura caracterizada pelo recrudescimento da repressão a partir de 1968, momento marcado pelo início das práticas da guerrilha urbana e rural, além do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, era importante a defesa da democracia como meio de “integração do indivíduo no espírito da comunidade nacional”. Obviamente, não se tratava de um ideal democrático vinculado à emancipação do trabalhador, mas de sua sujeição. Assim, eram frequentes os apelos ao patriotismo, ao nacionalismo e às nossas “tradições” religiosas e pacíficas.

A ideia de regeneração social, de valorização da família e da pátria, presente na defesa do componente curricular de Educação Moral e Cívica, era colocada em oposição à ideia que era considerada a negação das “tradições” de história brasileira: o comunismo e o marxismo.

No espaço das páginas dos diferentes jornais, onde os artigos de opinião ou as notícias são apresentados, buscava-se o fortalecimento de determinados projetos de classe. Para além das notícias selecionadas segundo os critérios da direção editorial dos diferentes periódicos, a imprensa ocupou também o papel de “educadora”, na medida em que pautou as discussões políticas, com o propósito de reforçar determinada formação de homem e sociedade adequados aos seus interesses de classe.

Exército fecha em Salvador organização de estudantes ligada à Ação Popular e PCB.

Salvador (Sucursal) – A 6ª Região Militar distribuiu ontem nota oficial afirmando ter desbaratado a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES) “organização estudantil ligada à Ação Popular (AP), de orientação marxista-leninista e ao PCB”.

O Comando do Estado Maior da 6ª Região Militar convocou a imprensa local, através de ofício, e distribuiu, além da nota oficial intitulada Subversão no meio estudantil, fotos dos implicados e do material apreendido.

Segundo a nota distribuída pelo comando militar, em meados de agosto de 1971, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI-6), após intensas atividades, desbaratou uma organização estudantil ligada à Ação Popular, de orientação marxista-leninista. Esta organização, a Associação Brasileira de Estudantes Secundários (ABES), filiada à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), entidade clandestina, já contava com ramificações e envolvendo alunos (as) dos principais colégios da capital, formando células ou núcleos.

Diz a nota que um “dos objetivos era fazer renascer a estrutura regional da subversão estudantil para tentar retomar à agitação dos idos de 68. (...)”

OS GRUPOS

A nota oficial continua dizendo que as células se compunham de três a quatro estudantes de nível médio, que se reuniam nas próprias residências, “a pretexto de estudar em grupo, quando então, eram traçados planos para subverter a ordem, sob o manto protetor de seus lares e iludindo seus responsáveis.”

Segundo a nota, “os pais incrédulos de início, chocaram-se ante os frios depoimentos de seus filhos, a esta altura já contaminados pelo germe do comunismo, veneno inculcado por falsos amigos e indivíduos mais velhos que, em face à sua experiência subversiva, conseguiram manter-se fora do

alcance da lei, devido, ainda, a um falso sentimento de lealdade dos estudantes indicados aos antigos líderes, que só são conhecidos através de codinomes e identidades falsas” (JORNAL DO BRASIL, 15/01/1972).

Apresentados como se fossem uma doença a ser combatida, o marxismo e comunismo foram retratados de forma estereotipada em diferentes jornais, homilias clericais, no Congresso, nas Assembleias Legislativas, entre outros espaços, como uma espécie de corpo estranho ao organismo social que deveria ser combatido.

Inserido na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, qualquer manifestação divergente implicaria em subversão da ordem. Dessa forma, sua ação deveria ser atribuída a uma inserção de vírus que poderia contaminar o tecido social. A manutenção da harmonia se faria pela eliminação da luta de classes e pela valorização da economia de mercado.

Justificava-se uma vigilância constante, pois a ameaça comunista com “seus planos para subverter a ordem” permanecia atuando e desenvolvendo mecanismos de doutrinação dos jovens. A concepção presente nos discursos oficiais e em diferentes órgãos de imprensa se pautava pelo “saneamento” moral da sociedade para o desenvolvimento econômico e a vida “democrática”.

Porém, não é difícil verificar as contradições que surgiram ao longo da ditadura. Não se tratou tão somente de contradições no interior das Forças Armadas, mas também entre frações de classes. Ainda que inúmeros órgãos de imprensa tenham apoiado o golpe, críticas moderadas foram publicadas no período, sem contestar frontalmente o caráter do regime.

Em nome da segurança, o debate político deslocou-se do Legislativo, penetrando no próprio interior das Forças Armadas (identificadas diretamente ao Executivo). Instalava-se o principal paradoxo do sistema, aquele entre o papel profissional e o papel político dos militares. O primeiro requerendo “neutralidade” e “despolitização” e o segundo, gerando um faccionismo que representa a possibilidade de um dissenso interno como da quebra da hierarquia e o enfraquecimento da autoridade (MENDONÇA; FONTES, 1991, p. 41).

As contradições aludidas pelas autoras podem ser identificadas em diferentes momentos. A publicação de Adauto Lúcio Cardoso²¹ exemplifica a defesa da “revolução”, a necessidade de “reestabelecer a autoridade do Congresso”, a “imaturidade” eleitoral do “povo” e, por fim, a defesa para ampliar as liberdades de imprensa e do judiciário.

A partir do início de 1963, o Governo do sr. João Goulart descobriu sua linha de ataque às estruturas políticas dominantes. Nessa ocasião, começou a enfrentar sérios obstáculos na Câmara dos deputados. (...) Jango jurara manter o regime constitucional, mas oito meses após sua posse queria subvertê-lo. O fundo do problema, na verdade, não era a estatização das empresas nem a reforma agrária que se pretendia fazer por via de alterações constitucionais. (...) O mais grave para a oposição em abrir o ensejo que, por vias das faladas

21 Liderou a bancada da União Democrática Nacional (UDN) na Câmara; ex-presidente da Câmara de fevereiro a outubro de 1966 e Ministro de Supremo Tribunal Federal (1967-1971)

“Reformas de Base”, se alterasse a estrutura do poder político nos termos revolucionários que o Governo Jango e de seus corifeus não cessavam de propalar [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1974).

Desse modo, a “nobre” tarefa que se colocou para as Forças Armadas foi, de imediato, o restabelecimento da ordem. A alternativa encontrada foi o Golpe e a repressão que se seguiu. As crescentes cassações e a limitação das liberdades burguesas criaram contradições, mas não a ponto de se questionar a “revolução”. Ainda no mesmo artigo, Cardoso acrescenta:

A tônica de todos os pronunciamentos do general Castelo Branco era realmente no sentido de reestabelecer, o mais breve possível, a autoridade do Congresso. No seu discurso de posse, ele deixou clara a sua intenção de prestigiar as instituições republicanas. (...)

Em agosto de 1966, quando ocupava a Presidência da Câmara, recebi um convite do Presidente da República para uma entrevista no Palácio das Laranjeiras. Encontrei-o mal-humorado e, assim ao sentar-me, recebi sem mais preâmbulos a pergunta direta:

“Senhor deputado, em que o senhor se baseia para afirmar em repetidas declarações à imprensa que não haverá mais cassações de mandatos?”

Intrigado com o tom da pergunta, que era de visível irritação, disse-lhe: “Senhor Presidente, a Câmara atual não está dessangrada em cerca de 90 cassações. E o sistema político a que pertença não suporta mais essa situação.”

Não me permitiu prosseguir, dizendo: “E o senhor não pensa que o sistema militar a que pertença vive me pressionando para mais cassações?” (...)

(...) (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1974).

Ao mesmo tempo o “milagre brasileiro” começava a dar sinais de esgotamento, explicitando, de forma mais visível, o aprofundando progressivo das contradições dentro das Forças Armadas e entre segmentos da sociedade civil. No entanto, é importante enfatizar que para os arautos da ordem burguesa não estava em questão a legitimidade do regime, mas tão somente seus “excessos”.

Já em 1946, vivemos a terrível experiência da restauração do regime democrático sem quadros partidários. Como acentuava um grande pensador que, naquela época, formava nas fileiras do liberalismo, os jovens que amadureceram à sombra da ditadura de Vargas preocupavam-se muito mais com a eleição do presidente do Vasco da Gama ou do Flamengo do que com a disputa eleitoral do Brigadeiro Eduardo Gomes e do General Eurico Gaspar Dutra. **O trabalho de reeducar cívica e politicamente os cidadãos que surgiram para a maioria eleitoral foi enorme e penoso.** Disso se valeu Vargas abrindo as comportas de irrupção das massas despreparadas para o processo político. E, com as mãos de prestidigitador, ressuscitou os carcomidos de 1930. Com esse passe de mágica, ele ocupou o vácuo a que se refere o cientista político americano. As gerações espoliadas pelos 15 anos de Governo Vargas, tiveram de enfrentar e combater essa temível coalizão: a dos carcomidos e a dos

pelegos sindicais (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1974) (grifos nossos).

É importante ressaltar que o posicionamento de Adauto Lúcio Cardoso demonstra a oposição constante ao projeto representado pelo nacional-desenvolvimentismo, presente nos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart. Como membro da União Democrática Nacional, partido que nasceu em 1945, nos momentos finais da ditadura do Estado Novo (1937-45), e teve seu fim com a adoção do bipartidarismo em 1965, Adauto se colocou contra a intervenção do Estado na economia e a chamada “infiltração comunista”. No âmbito econômico, a União Democrática Nacional (UDN)²² expressou os interesses dos latifundiários e os da burguesia associada ao capital estrangeiro.

Ainda no mesmo artigo, transparece o caráter autoritário e elitista dos apóstolos da ditadura. Sem meias palavras, o autor demonstra a ideia de que um “corpo eleitoral de alto nível” é condição para evitar os excessos.

A liquidação das elites civis, a partir de 1968, tornou-se possível através de um processo de canibalismo do entronizado Sistema. Quem não fosse fiel ao trinômio medo/interesse (ilegível) preconceito seria riscado do mapa político. O resíduo que figura como representação do poder civil, sem embargo da presença, nele, de meia dúzia de cidadãos dignos, não atende sequer às necessidades mínimas da demonstração de sua existência. Some-se a isso o fato de que as vozes capazes de representar o que restou do poder civil têm sido sufocadas pela censura implacável, seja na direção das supostas casas legislativas, seja na imprensa sem liberdade, seja pelas conveniências das maiorias partidárias.

É certo que não há lugar no mundo para o liberalismo. Temos necessidade de um regime autoritário. É o que foi institucionalizado na Constituição de 1967, reforçado pela emenda nº 1 de 1969. Esse regime pode e deve sobreviver dentro do sistema repressivo que nesses dez anos se fundiu **para evitar novos surtos de indisciplina, desordem e subversão.** Compreende-se o regime de purgas e jejuns a que foi submetido nesse período um organismo infestado de parasitas que reclamava cautela. **Só a um corpo eleitoral de alto nível,** recrutado pelo voto popular, se poderá confiar o encargo de eleger os continuadores desse programa, sem o risco de novas aventuras demagógicas (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1974) (grifos nossos).

Tem-se, portanto, a sintonia de órgãos de imprensa com a ideia de educação para o “espírito cívico” na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional. Isso posto, o texto produzido por Adauto Lúcio Cardoso não deve ser compreendido como expressão isolada da realidade. Para o autor, que expressava o pensamento hegemônico do período, as “massas despreparadas para o processo político”, necessitavam de uma formação moral que as capacitasse para a compreensão de seu papel na sociedade. Se coube à escola a preparação

²² A União Democrática Nacional (UDN), foi fundada a 7 de abril de 1945 e extinta pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

para o mercado e a difusão dos valores dominantes, a grande imprensa, como um partido orgânico da burguesia, contribuiu também para a construção e permanência da hegemonia burguesa.

Cabe reforçar que é no âmbito da sociedade civil, segundo o pensamento de Gramsci, que as classes buscam forjar sua hegemonia. Assim, diferentes órgãos de imprensa atuaram com o propósito de promover a adesão ao projeto societário burguês, materializado na ditadura.

Se o campo de ideias e valores compartilhados penetrar nos diferentes espaços sociais, tem-se uma ideologia dominante. Para que tal ideologia seja dominante, é importante que ela apresente “respostas” aos problemas do conjunto da sociedade e apareça como algo evidente para a maioria dos indivíduos.

Neste sentido, a Folha de São Paulo e outros jornais da grande imprensa, em que se considerem as contradições presentes entre as diferentes linhas editoriais, atuaram de forma decisiva ao pautar discussões políticas, econômicas, sociais e culturais. No caso específico da Folha, percebe-se o início do distanciamento dos governos militares, sem questionar seu caráter burguês.

Os governos que enfrentam a impopularidade não podem pôr em risco a sua continuidade. Mas é possível conviver sem risco de contágio com os piores males. O regime atual dispõe de um conjunto de leis repressivas que lhe dá segurança. Um sopro de liberdade crítica reconduzirá o país ao clima indispensável: à recuperação institucional, mantido o binômio Desenvolvimento e Segurança, de que fala o presidente recém-empossado. (...)

Desde a Lei de Segurança até a Lei de Imprensa, temos hoje um conjunto de processos drásticos para repressão dos que procuram subverter ou inflamar à sombra da crítica livre. E é bom lembrar que o Presidente Castelo Branco fez sua reputação de estadista não somente porque conseguiu recuperar o país da desordem, da violência, do desastre, mas também porque soube fazê-lo **sem atentar contra a liberdade de imprensa e sem diminuir as tradicionais e indispensáveis garantias do poder jurídico. Não se pode falar em democracia nem em dignidade do poder numa nação em que os juizes não dispõem de garantias** (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1974) (grifos nossos).

Segundo a perspectiva hegemônica dominante, a “revolução de 1964” ainda que ditatorial, aparece, desde o primeiro momento, como salvacionista. A intervenção militar “salvou” a democracia do avanço “comunista” em nossas terras e livrou o país da desordem, abrindo portas para o desenvolvimento econômico e social. Em outras palavras, as massas trabalhadoras só podiam participar da política por meio do voto, mas não deviam organizar-se em partidos ou sindicatos que promovessem o aprofundamento das lutas políticas e econômicas.

É forçoso lembrar que os paladinos da liberdade, presentes na grande imprensa, classificaram aqueles que se colocaram em defesa de uma perspectiva marxista ou mesmo que lutaram por reformas como “antidemocráticos” ou “impatrióticos”. A simples defesa da participação popular foi taxada em inúmeras oportunidades como “subversiva”.

Apesar da repressão, nem tudo eram flores no campo da burguesia. Como foi afirmado, as contradições foram ficando cada vez mais evidentes. Nesse sentido, Adauto Lúcio Cardoso, como um intelectual identificado com o liberalismo, coloca um problema sem solução para os inúmeros liberais que defenderam o golpe de 1964: determinar até que ponto se pode defender a “liberdade de imprensa sem diminuir as tradicionais e indispensáveis garantias do poder jurídico”, sem correr o risco da subversão.

Um simulacro de participação popular foi ter mantido as eleições diretas para vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores e parte dos prefeitos. Nas eleições de 1970, com o país vivendo o medo do AI-5, com inúmeras lideranças presas, exiladas ou mortas, a vitória do partido governista foi avassaladora.

Completados 10 anos do golpe, as aparências indicavam que as possibilidades de resistência eram reduzidas. O campo popular encontrava-se sob constante vigilância e ameaça. Porém, contradições sempre afloram no interior de uma sociedade dividida em classes. O ano de 1974 terminou com uma amarga derrota eleitoral para os generais golpistas. O MDB, partido da “oposição consentida”, ampliou consideravelmente seu espaço no Congresso Nacional. Se não conquistou a maioria, seu avanço representou a insatisfação com os rumos da “revolução”.

É interessante notar que, nos idos de 1964, na medida que as tensões de classe ficaram mais evidentes, inúmeros liberais que defenderam as bandeiras das liberdades individuais, tornaram-se partidários da intervenção militar, das cassações e da perseguição de todos os que se colocaram contra o golpe. Porém os “subversivos”, voltam a clamar por mais liberdade. Era o início de uma fase de prolongado declínio da ditadura.

Também é importante enfatizar que outras frações da burguesia continuavam a comungar as antigas ideias. Em Revolução, ano 12, o jornal O Globo sinalizava seu incondicional apoio ao regime.

A Revolução está distante 12 anos dos fatos que imediatamente a provocaram, contra os quais agiu apoiada pelo clamor nacional. Mas nenhuma medida de tempo a separa, ontem como hoje, dos compromissos que assumiu perante os sentimentos e a consciência do povo, no sentido de assegurar ao País a vitória da ordem sobre a anarquia, da tranquilidade pública sobre a violência, do desenvolvimento sobre a estagnação e a improdutividade, da realização autenticamente democrática sobre as tentativas tumultuárias da demagogia irresponsável ou da subversão marxista.

Por isso é que se afirma que a Revolução não foi, mas é e continuará a ser. Sua permanência quer dizer a manutenção dos mesmos princípios de fidelidade às causas da dignidade humana, da democracia e da grandeza nacional, contra os mesmos perigos jamais deixados de processar pelos indefectíveis agentes do totalitarismo e de destruição do modelo político e ético de sociedade (O GLOBO, 31/03/1976).

Justificar o golpe de 64 como “revolução”, como um movimento oriundo do “clamor nacional”, não é senão um artifício para escamotear a essência da ditadura aclamada pela burguesia. “Os sentimentos e a consciência do povo” não passam de uma abstração que mistifica seus verdadeiros interesses de classe. A vitória da “tranquilidade pública sobre a

violência” significou, na prática, vitória do Estado policial que violentou e assassinou lideranças populares.

Sem negar a violência do Estado policial a que foram submetidas as classes trabalhadoras, nossa tese é de que isso só se tornou possível por meio da construção de um consenso conservador em torno dos valores burgueses. As armas utilizadas para assegurar a subordinação dos trabalhadores aos desígnios do capital forma, então, a repressão aos seus segmentos mais politizados e a demonização da “demagogia irresponsável ou da subversão marxista”, por meio da imprensa e de outros organismos de difusão da ideologia dominante.

O GOVERNO GEISEL representa um modelo avançado do processo, no qual a Revolução dispõe de estruturas bastante consolidadas para enfrentar uma conjuntura econômica especialmente adversa e, em paralelo, proporcionar ganhos de evolução política e social à dinâmica do modelo brasileiro. Inspirado nos sentimentos populares, e avalizado pelo consenso nacional, o Movimento de 1964 incorpora-se a um sistema institucional que não teme – antes procura e enfatiza – o julgamento livre das urnas (O GLOBO, 31/03/1976).

Diante das considerações presentes no editorial, pergunta-se: Quais seriam os sentimentos populares aludidos pelo jornal? Se o “Movimento de 1964” procura o “julgamento livre das urnas”, qual foi o motivo para as cassações ocorridas ao longo dos 12 anos de “revolução”? Numa palavra, nos textos de Roberto Marinho, encontra-se fundamentalmente o mito da “Revolução de 1964” e a negação da luta de classes.

O Estado de São Paulo segue a mesma linha de raciocínio de Roberto Marinho, quando trata de realçar as qualidades “revolucionárias” dos governos instituídos em 1964. Em “Governo e autoridade” o periódico celebra a “revolução” como um movimento originário dos interesses da “nação”, que teria outorgado aos “revolucionários” a “carta branca para criar os órgãos de execução de sua política de atendimento de seus objetivos; para sanear, quando subsistisse a hipótese de recuperação. Caso contrário, para inovar.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 31/03/1976).

A repetição constante dos supostos interesses da “nação” demonstra a necessidade de apagar os interesses de classe dos trabalhadores que são escamoteados por meio de abstrações. Trata-se de um exercício permanente de legitimação da ordem burguesa. Daí a necessidade da conquista de corações e almas para o ideal “revolucionário” de 1964.

Para além da educação das discussões específicas sobre a educação escolar, a imprensa também atuou como órgão de educação dos leitores, por meio de uma retórica que buscou construir a desconfiança em relação aos movimentos populares. Como “organismos privados de hegemonia”, diferentes jornais promoveram a vontade privada da burguesia como uma vontade coletiva.

Foram variadas e, por vezes contraditórias, as páginas em defesa da “revolução” e da ordem, que contribuíram para a construção de uma cultura política identificada com o anticomunismo e com as pautas reivindicatórias dos segmentos mais combativos dos trabalhadores. O caráter conservador da ordem e liberal no âmbito da economia, presente nos editoriais e notícias divulgadas difundiu temas, formas de raciocínio ou pautas que, com a repetição, foram interiorizados por amplos segmentos sociais. Pelo exercício da hegemonia burguesa, a grande imprensa tornou-se uma espécie de “escola” de formação e reprodução

de um conceito de mundo, que educou, norteou seus leitores. Não se deve entender que tal relação se fez sem conflitos entre as frações de classe da burguesia ou entre a burguesia e o proletariado, já que as disputas entre os diferentes grupos perpassaram o interior da imprensa e outros órgãos privados de hegemonia. Ainda que defendessem a ordem burguesa, havia diferenças e nuances entre as linhas editoriais dos diferentes jornais.

Pensar o Estado, a partir dos postulados dos clássicos do marxismo, supõe pensá-lo como expressão de uma sociedade profundamente dividida em classes antagônicas. Em síntese, o exercício da hegemonia supõe a utilização da força e do consenso, de tal modo a fazer crer que a ordem estabelecida seja um reflexo da “vontade” geral.

Réquiem para a ditadura, mas não para a hegemonia do capital

De todas as coisas seguras,
a mais segura é a dúvida
(Bertold Brecht)

O período histórico que abarcou a ditadura civil-militar teve seu início com a ruptura da Carta de 1946. O golpe expressou a afirmação da hegemonia do grande capital em uma aliança entre o empresariado associado ao capital estrangeiro, latifundiários e militares.

Não se tratou, como bem fartamente foi publicado em diferentes periódicos, de uma “revolução” para acabar, por meio dos atos institucionais, com a corrupção ou mesmo com a crise econômica. Assim sendo, a dominação burguesa não se revelava abertamente nas páginas dos diferentes jornais. A manutenção e reforço da exploração da força de trabalho demanda um Estado cujo caráter de classe não seja visível aos olhos dos trabalhadores. Pelo contrário, faz-se necessário que apareça como expressão de um poder impessoal, acima dos interesses dos indivíduos.

Os governos militares eram apresentados como meio de garantir as liberdades democráticas do mercado em que os indivíduos trocam suas mercadorias e celebram livremente seus contratos. Ora, se o Estado foi apresentado como forma de coerção de uma classe sobre a outra, isso desvelaria sua natureza. Ao longo dos vinte e um anos de ditadura, não faltaram editoriais ou notícias que justificaram o ato golpista como revolucionário. Da mesma forma, não foram poucos os textos que solicitaram a cota de sacrifício dos trabalhadores, em nome do desenvolvimento, e aplaudiram a condução econômica dos governos militares.

Por meio das prisões arbitrárias, das torturas, dos assassinatos, das cassações políticas, da mentira, do silenciamento dos sindicatos, foi possível promover a potencialização das forças produtivas materiais. O assassinato era justificado em nome de Deus, da pátria e da família. O terrorismo de Estado demonstrou categoricamente o caráter real da ditadura: a eliminação de estudantes, sindicalistas ou simples simpatizantes da oposição ao arbítrio. Registre-se, apesar das críticas às limitações das “liberdades democráticas”, ser possível encontrar, na imprensa do período, páginas de apoio ao AI-5 diante da escalada do “terrorismo”.

David Nasser, colunista da Revista Manchete, assim se manifestou sobre a chamada “revolução” e seu caráter “democrático”.

David Nasser exclusivo

A revogação do AI-5, substituindo-o por dispositivos que evitem a desordem, a conspiração ou algo parecido, visa a garantir o indivíduo e a proteger o Estado. Muita gente acha esses dois objetivos inconciliáveis. No entanto, o Estado é o universo de indivíduos que amam a mesma pátria, falam a mesma língua, têm a mesma bandeira. Ora, a salvaguarda, ou que outro nome tenha essa lei mágica, ao proteger o indivíduo, garante o Estado. Se o indivíduo se volta contra o Estado, deixa de ser um

indivíduo do Estado para ser, genericamente, um apátrida. Que lei protege o apátrida? A lei internacional ou o direito natural. Creio, portanto, da necessidade de se olhar para mais longe do que a simples eliminação do AI-5. Essa medida não nos transformará, milagrosamente em uma democracia. O arbítrio pode continuar existindo mesmo sem o AI-5.

A revolução – é o que se dizia na época e sempre acreditei nisso – não se fizera para eliminar a democracia, mas para a sua preservação. Temos, entretanto, disseram os pensadores civis e militares, de usar meios antidemocráticos para afastar os inimigos da democracia. É uma contradição, disseram alguns. Ora, uma revolução é uma contradição. É a revogação da ordem para manter a ordem. O apelo à força para impedir seu uso. A revolução até que se estabilize, é o antigoverno no governo. A antidemocracia, portanto, fundou suas estacas neste país a fim de viabilizar a democracia tal qual a tínhamos tido antes de 1930, e depois, com Dutra e Juscelino (MANCHETE, 07/01/1978, 55-56).

Se a restauração da “democracia” foi encampada pela grande mídia em defesa da “revolução”, buscando promover a crença de que os governos militares levariam o país a um patamar superior em termos de desenvolvimento econômico e social, também é verdadeiro que ocorreram divergências no bloco dominante e que a censura esteve presente nas redações. A tortura e assassinato de Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, constituiu mais um exemplo de que nem mesmo as redações foram poupadas.

Apesar do início do processo de abertura lenta e gradual do governo de Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em 1974, setores “linha dura” das Forças Armadas, que discordavam da orientação levada adiante pelo executivo, continuaram a reprimir os movimentos populares, gerando fissuras no meio militar.

As contradições também afloraram no campo empresarial. O viés estatizante da ditadura, ainda que a serviço do capital, não era visto com simpatia pela burguesia.

A crise da aliança tecnoburocrático-capitalista e, portanto, do regime militar autoritário brasileiro teve início em 1975 com a campanha da burguesia contra a estatização; agravou-se depois do pacote de medidas autoritárias de abril de 1977; amainou com as medidas de abertura política, culminadas com a extinção do Ato Institucional nº 5, que conferia poderes discriminatórios ao presidente da República, e com a capacidade que teve afinal o Presidente Ernesto Geisel de fazer seu sucessor, o Presidente João Figueiredo, no final de 1978; continuou em fogo brando nos dois primeiros anos do governo Figueiredo graças às novas medidas de abertura política - a anistia e as eleições diretas para os governos dos estados - e devido ao relativo fracasso enquanto movimento político das grandes greves de 1979 e 1980 em São Paulo; agravou-se novamente em 1981 com a incapacidade do Presidente Figueiredo de fazer frente aos grupos militares de extrema direita envolvidos no episódio da explosão no Riocentro, e continuou a se agravar em 1982, com a criação de casuísmos eleitorais para evitar a vitória completa das oposições nas eleições do final daquele ano. E agora, depois das eleições e da submissão do governo brasileiro às exigências ou "condicionalidades" do Fundo Monetário Internacional, esta crise alcança seu auge (PEREIRA, 1983, p. 4).

Antes de prosseguir, é importante enfatizar que inúmeros empresários enxergavam a crise econômica como decorrência da ação do Estado e seus tentáculos. O crescimento da dívida externa, a estagnação econômica, falências ou outros sintomas eram vistos como manifestação de um Estado inchado e incapaz de atender às necessidades do mercado. Além disso, os escândalos começaram a aparecer com maior frequência. Não que isso significasse um empecilho à moral do bom burguês, mas a credibilidade do regime colocava questões que deveriam ser resolvidas, de forma a manter a ordem social.

Diante dessa conjuntura histórica, a morte de Herzog, em 25 de outubro de 1975, e a divulgação do seu suposto suicídio catalisaram um ambiente de revolta em diferentes espaços da sociedade civil. O assassinato pelas forças de repressão ocorreu em meio a uma greve estudantil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), na Universidade de São Paulo (USP), e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diante das repercussões, o Sindicato dos Jornalistas promoveu um ato religioso em memória de Herzog.

8 mil assistiram ao culto ecumênico.

“Essa é a casa de Deus e de todos os homens que aceitam o caminho da justiça, da verdade”. Com essas palavras proferidas em tom grave, pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, aproximadamente 8 mil pessoas silenciaram. Há poucos instantes o velho relógio da sacristia havia batido quatro horas da tarde e estava iniciada a cerimônia ecumênica, na Catedral da Sé, em memória de Vladimir Herzog, que morreu sábado passado nas dependências do DOI (Departamento de Operações Internas), do II Exército. (...)

UM JUDEU, UM HOMEM.

“Eu sou um rabino. Estou aqui na catedral para participar de um culto ecumênico, porque um judeu morreu. Um judeu que fugiu da perseguição nazista, um judeu que emigrou para o Brasil e aqui se educou e se integrou perfeitamente aqui. Estudou Filosofia, Artes, Jornalismo e Televisão. Mas para Vladimir Herzog, ser judeu significa ser brasileiro”. Essa foi a parte inicial da alocução de 17 minutos feita com forte sotaque norte americano, pelo rabino Henry Sobel, formado em Nova York, que há cinco anos se encontra no Brasil.

Estou aqui – continuou – não porque um judeu morreu. O mais importante: um homem morreu. Como rabino não me preocupo apenas com judeus, mas com todos os homens; com os direitos humanos para todas as pessoas, de todos os credos, de todas as raças, vivam elas no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo. E Vladimir Herzog era um homem, de visão, de percepção e dedicação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/11/1975).

Em editorial publicado no mesmo dia, a Folha de São Paulo, de forma cautelosa, recomendava que os ânimos fossem serenados diante da comoção da morte do jornalista.

Lição e ponderação.

O doloroso episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog encerra uma lição e sugere uma ponderação. Uma lição para todos os radicais, de um

lado e outro lado, que vaticinam catástrofes, esperando uma irrefreável escalada de subversão ou as violências indiscriminadas de uma repressão. Uma ponderação de que o ocorrido está a recomendar maior vigilância no resguardo dos direitos inerentes à pessoa humana, para que tais fatos não mais se repitam em nosso país. (...)

A categoria mais atingida, a dos jornalistas, demonstrou, inequivocamente o seu pesar e formulou protestos que lhe corresponderam, dentro da ordem e dos limites permitidos pela legislação em vigor. (...)

Cabe, portanto, às autoridades empenhar-se para que não sejam ultrapassadas as fronteiras da legalidade em todas aquelas medidas que devem ser adotadas para a salvaguarda das instituições e da tranquilidade pública. O próprio conceito de que se revestem, como representantes do bem comum, não pode permitir que a legitimidade de sua atuação se conspurque através de indevidos métodos e procedimentos desumanos que podem expor o governo do país a considerações altamente desprimorosas perante os demais povos do mundo (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/11/1975).

Apesar do tom comedido da Folha de São Paulo, a farsa do suicídio de Herzog foi motivo de contestação do Sindicato dos jornalistas, da Arquidiocese de São Paulo e da comunidade judaica. Isso não significa que o episódio isoladamente tenha expressado o início do processo de abertura, mas contribuiu para romper o cerco de silêncio dos crimes da ditadura. Os sinais de esgotamento do regime eram evidentes. Além de Herzog, o assassinato do operário Manuel Fiel Filho,²³ em 17 de janeiro de 1976, e a invasão da PUC, em 22 de setembro de 1977, demarcam momentos que expressaram a agudização das contradições da ditadura.

Em meados dos anos 1970, a ditadura já demonstrava claros sinais de desgaste popular, político, econômico e institucional. Concomitantemente, com o agravamento da crise iniciada em 1973 e o momento marcado pelo ressurgimento das mobilizações sindicais, a despeito da existência do aparelho repressivo, verifica-se o retorno de questões que foram silenciadas com o golpe de 1964. Surgiram organizações de caráter popular, tais como o Movimento do Custo de Vida, Movimento das mães de mortos e desaparecidos, Movimento Feminista, entre outros. Também foi significativa a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dirigidas por lideranças católicas, fundamentalmente vinculadas à perspectiva da Teologia da Libertação, que reivindicavam melhores condições de vida para os trabalhadores e denunciavam as arbitrariedades do regime.

É importante enfatizar igualmente que as empresas de comunicação, que se calaram diante das políticas de intervenção do Estado, ao longo dos governos militares, e não se manifestaram com as ações repressivas contra trabalhadores e estudantes, passaram a defender a reforma do mesmo Estado. Notoriamente, não se tratou de defesa da ampliação dos espaços democráticos e da participação popular. A burguesia, umbilicalmente associada aos interesses imperialistas, compreende naquele momento marcado por profunda crise do capitalismo, a inadequação do Estado para o incremento das relações capitalistas.

²³ Acusado de ter vínculos com o Partido Comunista (PCB), o operário Manoel Fiel Filho, foi levado para as dependências do DOI-CODI, onde foi assassinado sob tortura. Tal qual Vladimir Herzog, os órgãos militares divulgaram a versão de suicídio. O General comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila de Mello foi exonerado dois dias depois pelo presidente Ernesto Geisel.

Os objetivos delineados ao longo do governo do Figueiredo (1979-1985), como combate à inflação, crescimento de renda e de emprego, não obtiveram êxito. Nos anos finais da ditadura, alguns jornais levantaram a bandeira das Diretas Já, enquanto outros silenciaram. No entanto, apesar das divergências, há um elemento que unifica os diferentes periódicos: a manutenção da ordem burguesa e a transição “pacífica” e sem “revanchismos”.

É interessante apontar que alguns periódicos transitaram do apoio à “revolução de 1964” para uma postura de “resistência” democrática e de defesa da abertura. Evidentemente, as mudanças ocorridas devem ser compreendidas por meio das contradições de classes e das frações de classes no interior de uma sociedade marcada por uma economia periférica.

Desde a perspectiva burguesa, era necessário conduzir um processo de transição que garantisse a volta da democracia, sem colocar em risco o caráter hegemônico de sua dominação e, diante das possibilidades, eliminar as conquistas das classes subalternas brasileiras. (DEO, 2014, p. 310).

As críticas que surgiram não eram de negação da ordem imposta em 1964, mas questões pontuais da trajetória que precisava ser corrigida. Em nenhum momento, os periódicos admitiram que participaram na conspiração que derrubou Goulart. Assim, também é verdadeiro que as bases econômicas da ditadura favoreceram o crescimento empresarial dos diferentes grupos.

A crise econômica, no início dos anos 1980, e os movimentos de contestação da ditadura, colocaram novas questões aos periódicos. Era necessário evitar arranhões na imagem de credibilidade das empresas. Porém, o processo de abertura política, iniciado em meados da década de 1970, foi marcado pelo continuísmo, pela preservação jurídica e pela total impunidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, em nome da segurança nacional.

Apesar dos instrumentos ativos de repressão, a abertura política deve ser compreendida a partir do renascimento dos movimentos populares e das fissuras no bloco dominante. Diante do contexto de arrocho salarial, a organização sindical contribuiu para a mobilização dos trabalhadores. No interior desse processo, merece destaque o ressurgimento do movimento operário com as paralisações de 1978/79, após anos de arrocho salarial e de silenciamento do movimento sindical. Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scania, em São Bernardo do Campo, iniciaram uma greve que se alastrou por outras regiões do Estado de São Paulo. A luta contra o arrocho salarial não foi finalizada em 1978 e seu prosseguimento demonstrou as mudanças nas correlações de forças no tabuleiro político.

O então designado “novo sindicalismo”, cujas origens remetem ao interior das fábricas, caracterizava-se por especificidades importantes: a defesa da autonomia em relação ao Estado, o desenvolvimento de novas formas de organização e o surgimento de novas lideranças. Diante do esgotamento político e econômico da ditadura, ocorreram inúmeras greves por categorias, por empresas ou mesmo greves gerais, no início dos anos de 1980.

Para os segmentos combativos do movimento sindical, era cada vez mais evidente que o “milagre econômico” trouxe pesados sacrifícios à classe trabalhadora. De fato, houve um crescimento acelerado da economia no país, mas foram as classes dominantes as grandes

beneficiadas do processo. Nesse sentido, não é demais lembrar que a repressão se fez presente no chão das fábricas, em empresas públicas e privadas. Ameaças, perseguições, demissões arbitrárias fizeram parte do cotidiano. Desse modo, o silenciamento dos sindicatos e o terror policial contribuíram para o enfraquecimento dos trabalhadores como classe.

Os desdobramentos dessa política [trabalhista e salarial] são fartamente conhecidos. Além de institucionalizar o arrocho seletivamente contra a classe trabalhadora, o governo aboliu, na prática, o direito de greve e o poder de barganha coletiva, promovendo rearranjos nas relações de trabalho. Fixando tetos para os aumentos salariais – que beneficiavam os membros da classe média – o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando os estratos de alta renda. (MENDONÇA, 1986, p. 93, grifo da autora)

Ainda segundo Mendonça, a política de compressão dos salários contribuiu como meio de confisco, o que favoreceu a reprodução do capital. A mordada sobre a classe trabalhadora e o movimento sindical não durou por muito tempo, tal qual desejava o empresariado e seus intelectuais. Na prática, os trabalhadores foram aprendendo a resistir e a se organizar.

É importante esclarecer que, ao assumir a presidência da República, em março de 1974, o general Ernesto Geisel já demonstrava a possibilidade do retorno à democracia. Os núcleos revolucionários haviam sido derrotados e não apresentavam perigo aos interesses do capital naquele momento. No entendimento do general, a democratização deveria ocorrer por meio de um processo “gradual” e “seguro”.

Não se tratou de um surto democrático de um presidente oriundo de um golpe de Estado. É necessário ter clareza que o contexto já apontava para a crise econômica de amplitude mundial. O ciclo de crescimento econômico, iniciado no imediato pós Segunda Guerra, terminava, e frações da burguesia passaram a discutir a necessidade de reordenamento político e econômico, sem que isso implicasse no questionamento das bases materiais da sociedade. Em outras palavras, a crise econômica mundial que contribuiu para a exaustão do modelo econômico, contribuiu também para a crise do regime militar. Apesar das divisões internas, a burguesia compreendeu que a manutenção da ditadura poderia corroer as bases de sustentação da ordem e criar condições para uma ruptura orientada pelas classes trabalhadoras.

O progressivo agravamento da crise econômica e a insatisfação popular com o regime se materializou na votação expressiva do MDB, nas eleições parlamentares de 1978. As greves e o questionamento da ditadura já se faziam presentes com mais contundência. O fim dos governos militares tornava-se uma necessidade para a preservação da ordem burguesa. Assim, não é casual a promessa de “redemocratização” do General João Batista Figueiredo, ao assumir a presidência, em março de 1979, e a publicação da Lei nº 6.683 (Lei da Anistia), que conferiu o direito aos condenados por crimes políticos de regressarem ao Brasil.

Foi o momento em que o questionamento dos pilares econômicos da ditadura ficou mais evidente. Sem dúvida, esse processo se fez presente nas mudanças da orientação editorial de diferentes órgãos de imprensa, o que não significou a negação da ordem burguesa. Em editorial de 1º de janeiro de 1981, a Folha de São Paulo se manifestou sobre o contexto marcado pela crise econômica:

O velho e o novo

Duas frases que mereceram extensos comentários podem servir como ponto de partida para avaliar, neste ano que se encerra, as relações entre Estado e sociedade e entre governo e povo em nosso País. A primeira, “bebo para esquecer 1981”, foi atribuída a uma alta patente da Secretaria de Planejamento, e a segunda, “Confiai e orai”, foi atribuída, pelo presidente da República a uma citação evangélica de Jesus Cristo.

O contraste entre o negativismo do segundo escalão e a atitude construtiva da mais alta autoridade da República é por demais evidente para exigir maiores considerações. A bravata do tecnocrata é mais significativa de uma certa concepção autoritária de governo. Diante das previsões negativas de um funcionário sobre a sorte de um setor de administração em parte sob sua responsabilidade, a contribuição da sociedade é encarada como nula e um eventual de outros homens públicos descartado como impossível ou inútil.

Felizmente, os passos já dados na direção da abertura política – que a maioria confia serem irreversíveis – vão tornando caduca essa concepção de autoridade. (...)

Hoje, a luta dos consumidores por formas mais racionais e menos onerosas de abastecimento – cuja riqueza e diversidade esta “Folha” vem divulgando – aos subsídios para uma política econômica de combate à inflação e aos efeitos sociais mais danosos da recessão, apresentados pelos empresariados industrial e comercial, a tônica dos diversos setores da população não é a espera de salvação miraculosa, proveniente do governo. É ao contrário, a iniciativa coletiva marcada pelo espírito público, este encarado na ótica dos interesses particulares, como não poderia deixar de ser [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1981).

Além das críticas ao regime que surgiram em alguns órgãos de imprensa, é interessante notar que, nas redações, a presença de intelectuais classificados como de “esquerda” e não identificados com a ditadura, até mesmo nos dias mais sombrios da repressão, contribuiu para uma aparência de pluralidade de ideias e liberdade de manifestações nas páginas publicadas. Assim, diferentes jornais construíram a ideia de autonomia e protagonismo nas lutas e resistências contra o arbítrio.

A abertura se fez não a partir da ditadura em seu ápice, mas com controle político pleno do exercício político e no auge do “milagre econômico”. Os sinais de esgotamento eram claros, pela tendência à redução dos índices econômicos, crescimento da espiral inflacionária e, fundamentalmente, pelas manifestações organizadas da classe trabalhadora (SADER, 1990).

Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido”. A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram habilidade de acrescentar apenas a palavra “partido” a sua

sigla; assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático (PMDB) (FAUSTO,2004, p. 506).

Para além da criação do PMDB e PDS, ainda foram criadas outras agremiações partidárias: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Popular (PP). Também não podemos esquecer a retomada das eleições diretas para governadores de Estado, marcado pelo crescimento das oposições à ditadura. Como desdobramento, os movimentos de oposição ganharam as ruas como o movimento das “Diretas Já”.

É a partir dessas circunstâncias históricas que se devem compreender as relações entre imprensa e Estado, nos momentos derradeiros da ditadura. Se foi inegável o apoio, também é verdadeiro que houve um malabarismo editorial, para que se evitasse qualquer tipo de associação com as arbitrariedades do regime que findou em 1985. Não por acaso, o processo de transição da ditadura para um governo civil se fez presente em diferentes periódicos.

Sem dúvida, em que pese o questionamento do arbítrio, não se pode afirmar que se tratou de um *mea culpa* da grande imprensa ou mesmo uma ação homogênea presente em todos os jornais. A defesa da legalidade e das mudanças, segundo as regras da democracia, não passou de uma abstração que se colocou como instrumento da ordem burguesa.

Com o fim melancólico da ditadura militar, mas não da hegemonia burguesa, o silêncio sobre o passado ou a distorção dos fatos ocorridos constituiu-se em mais um movimento ideológico que expressava os interesses de classe da burguesia.

Julgamento da revolução

Roberto Marinho

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. [...] Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários (O Globo, 07/10/1984).

A justificativa do periódico para participação na “Revolução de 1964” se pauta em conceitos abstratos, tais como “anseios nacionais” ou de “preservação das instituições democráticas”. Ora, o que seria a democracia para as Organizações Globo? Prisões, torturas e assassinatos realizados de forma clandestina? Plenos poderes ao executivo por meio do AI-5? Ou seria a preservação da ordem burguesa identificada como a própria democracia? Registre-se que o texto identifica a participação do “povo” no que se chama de revolução.

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática (O Globo, 07/10/1984).

Chama a atenção, também, que O Globo, personificado em Roberto Marinho, “sempre esteve ao lado da legalidade” e que tenha se posicionado “com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda”. Trata-se de palavras vazias que escondem os interesses econômicos envolvidos na deposição de Goulart e na instituição da ditadura. De fato, o que seria a “legalidade” para um dos articulistas do golpe que rasgou a Constituição de 1946? Se, de fato, havia jornalistas de esquerda nas redações da empresa, também é verdadeiro que o jornal ou as Organizações Globo se calaram diante das prisões arbitrárias, sequestros, torturas e assassinatos contra indivíduos que se opuseram à ditadura.

É interessante notar também que se o golpe de 1964 foi saudado como “revolução” nas páginas do periódico, em 1984, passou a ser tratado como uma ditadura, ainda que tenha admitido que não retirou “o apoio aos militares”, mas tenha cobrado “deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.” Digno de uma peça de ficção, Roberto Marinho procura manter distância de um Estado que ajudou a forjar. Além disso, jamais assumiu que sua posição de articulador do golpe lhe rendeu benefícios de caráter econômico, levando as Organizações Globo a assumirem a liderança no campo midiático nacional.

O apoio ao regime nas páginas dos diferentes jornais, que nem sempre expressam os mesmos interesses, não foi unilinear ou homogêneo. A Folha de São Paulo, por exemplo, sem renunciar a uma perspectiva burguesa, adotou, ao longo do segundo decênio da ditadura, uma posição mais crítica em relação ao regime que ajudara a criar.

Depois da Praça

A monumental demonstração da vontade popular na Praça da Sé passa a contar nos anais da História política do Brasil. Não só como uma das maiores manifestações cívicas de nossa História, senão a maior, mas

também um dos raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única demanda, de uma só frase capaz de expressar os desejos mais profundos e incontidos da coletividade: “Quero votar para presidente”. (...)

Além disso, o caráter grandioso da adesão popular e, principalmente a ordem e a paz, exemplares que se verificaram nesse grande evento acabam por enterrar definitivamente a falsa tese de que o povo reunido é sinônimo de desordem. O transcurso civilizado e pacífico do comício é a melhor resposta que a multidão organizada poderia oferecer àqueles setores minoritários que ainda teimam em negar participação popular nas grandes decisões nacionais. (...)

A partir de 25 de janeiro de 1984, não há mais lugar para interesses partidários e ambições pessoais, divergências intestinas e privilégios de castas nascidos do arbítrio (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/01/1984).

O tom elogioso do comício das “Diretas Já”, ocorrido em São Paulo, aponta para uma suposta identidade de interesses de todas as classes em “um dos raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade”. Dessa forma, é importante explicitar que a relação estabelecida pela Folha- o que inclui a grande imprensa-, ao longo dos quase 21 anos de ditadura, não foi fundamentalmente o de confronto com o poder do Estado - ainda que tenham ocorrido em questões pontuais- mas de convívio, na medida que as ações do Estado militarizado contribuíram para o fortalecimento dos negócios da imprensa.

Nem sequer uma palavra sobre os inúmeros editoriais que elogiaram o “discernimento de nossas Forças Armadas, que agiram prontamente para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1964). Também nenhuma palavra sobre o apoio à repressão.

Para a Folha, há uma clara associação entre a crise e o autoritarismo oriundo da ditadura. A ruptura com o passado não consegue ultrapassar as fronteiras do pensamento liberal, ao afirmar que “a partir de 25 de janeiro de 1984, não há mais lugar para interesses partidários e ambições pessoais, divergências intestinas e privilégios de castas nascidos do arbítrio.” Ora, o que dizer dos privilégios oriundos da condição de classe? Assim, não se tratou da defesa da emancipação de todos os homens, mas a defesa de uma igualdade abstrata que se traduz em eleições periódicas para presidente.

Evidentemente, não se trata aqui de desqualificar o movimento das diretas, mas de problematizar o posicionamento do periódico que enxergava, no voto, o instrumento de abolição da servidão do povo, diante de um Estado autoritário. Nesse sentido, seria ilusório acreditar que a grande imprensa sinalizaria aos trabalhadores a busca por uma outra saída para além do movimento das diretas.

Apesar das mudanças na linha editorial, as bandeiras liberais contrárias à ditadura resultaram em um modelo político, econômico e social em que a liberdade e a igualdade são uma simples formalidade. Diante dos questionamentos mais agudos dos desmandos dos governos militares, a burguesia compreendeu a necessidade de um projeto que expressasse mudanças de direção sem alteração das estruturas de classes.

A escolha de Tancredo Neves e José Sarney²⁴ pelo Colégio Eleitoral, após a frustrada campanha das “Diretas Já” foi apontada em editorial da Folha de São Paulo como expressão do fim do autoritarismo.

Que seja uma democracia melhor

A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República marca o fim de um ciclo na vida política brasileira. (...)

Mas o autoritarismo não significa apenas as prisões, as violências, a tortura, o exílio, nem somente casuísmos, a ojeriza ao voto popular e às mobilizações de massa. Talvez se enraízem aí – nessa desigualdade básica com que dividem os cidadãos entre os que têm sensatez e os que não têm – o costumaz desrespeito à opinião pública, à memória dos cidadãos, o descompromisso com qualquer ideia da qual não se possa tirar imediata vantagem pessoal, o uso sistemático da desinformação e do desrespeito” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1985).

A narrativa dos grandes veículos de imprensa, apesar das divergências e dos interesses que representavam, contribuiu para a condução de um processo que preservou a hegemonia burguesa. A vitória da chapa Tancredo Neves e José Sarney concretizou um processo de transição política, cujas bases históricas foram forjadas a partir do Governo Ernesto Geisel e teve continuidade na condução do processo de abertura política do Governo João Figueiredo. Em poucas palavras, por meio de uma estratégia conciliatória, a democracia burguesa preservou a hegemonia dos detentores do capital.

O Estado como obra de arte.

O governo, cujas linhas se podem entrever no discurso do presidente eleito, será de conciliação? Que conciliação, porém? Não a das elites, como se praticou no passado – essa fala está completamente excluída na fala de Dr. Tancredo Neves. Não é também a conciliação feita em torno da divisão do butim do poder, que é que os áulicos pleiteiam; é a conciliação em torno de princípios, a qual é diferente, porque exige sacrifícios e renúncias de parte dos que têm em mente o bem da Pátria. Todas as referências, poucas, que faz a ordem econômica nova fundam-se em princípios: a defesa da livre iniciativa, que não significa a preservação de privilégios; a defesa da propriedade privada, pela qual não se entende a garantia de monopólios e latifúndios. O combate à inflação, cujo ritmo não será determinado pelo governo, mas pelos empresários e trabalhadores. (...)

As linhas de ação já estão traçadas nesse estilo literário e civil a que a Nação estava desacostumada. Nas referências afetivas à Pátria – somente um homem preso às raízes históricas daquele que foi o grande de projeto de cultura brasileiro poderia fazê-las – lançam-se de fato as vigas mestras das grandes reformas. Possivelmente serão poucos os que entenderão as

²⁴ Após o fracasso da Campanha pelas Diretas Já, Tancredo Neves foi o candidato escolhido pelo PMDB para enfrentar o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Tendo como vice José Sarney, um antigo líder dos governos militares no Congresso Nacional, o governador de Minas Gerais celebrou a aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS) para conquistar os votos necessários para vencer no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

mensagens de reforma institucional e social que se espelham nesse discurso conservador, no melhor e mais nobre sentido que a expressão pode ter. Afinal, não foram os conservadores que realizaram as grandes transformações pregadas pelos liberais, fazendo o Segundo Império período para sempre lembrado em nossa história?

As bases estão lançadas. Agora cabe ao povo, especialmente àqueles que têm responsabilidades acrescidas por sua função social, agir para construir a Nova República (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/01/1985).

Em termos práticos, pode-se afirmar que o resultado do processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia burguesa não passou de uma transação que atendeu aos interesses das classes dominantes. Afinal, os segmentos que conspiraram e apoiaram o golpe e os governos ditatoriais até os momentos derradeiros do regime militar, afastaram-se a partir do aprofundamento da crise econômica que se arrastava desde 1973.

O fim da ditadura deixou intactas as raízes da dominação de classe, transformou o autoritarismo visível em aparente liberdade democrática nos marcos do liberalismo burguês, reforçou os privilégios de classe transformando-os em méritos individuais. A transição não passou de uma estratégia conciliadora que buscou, em todos os momentos, o afastamento do risco de ruptura da ordem social, que assegurava aos donos do capital o controle do Estado, pois as lideranças identificadas com o campo popular poderiam gerar transformações mais profundas e distantes dos interesses burgueses.

O signo da confiança

Roberto Marinho.

(...) A conjugação da sociedade brasileira em torno de Tancredo Neves só é comparável àquela que ocorreu em 1964 quando a consciência de que tornava inadiável uma mudança de métodos e objetivos de governo determinou uma transferência de poder que se consumou sem qualquer resistência. A diferença está em que, ao invés de um caminho traçado por atos institucionais, abre-se a nossa frente o pleno restabelecimento do Estado de direito.

Pretender explicar a vitória da Aliança Democrática como resultado de um jogo de habilidades políticas ou manobras secretas constituiria uma visão ingênua e deturpada dos acontecimentos. A verdade é que as correntes de situação e da oposição se viram forçadas a um consenso em favor de um candidato identificado com os anseios nacionais, de maneira que os acordos e entendimentos que se vieram sucedendo nos últimos meses transcenderam divergências partidárias e antagonismos ideológicos. Houve uma pressão inexorável da opinião pública de tal modo que, neste momento, o Colégio Eleitoral se reúne menos para eleger o Presidente do que para homologar o pronunciamento popular (O GLOBO, 15/01/1985).

Como representante legítimo da ordem burguesa, O Globo expressa uma visão que distorce o real significado do processo de transição, que deu origem à chamada “Nova República” comparando-a com conjugação de forças que deu origem ao golpe de 1964. Na verdade, tratou-se de uma coalização das diferentes frações de classe da burguesia em

conjunto com as Forças Armadas, que reavaliaram a possibilidade de restauração de algumas liberdades civis mínimas dentro dos marcos da democracia liberal.

Não se tratou de uma conversão burguesa aos “anseios nacionais” ou a consciência de que a violência e a exploração sobre os trabalhadores atingiram níveis insuportáveis. Os acordos firmados entre os representantes do capital monopólico e as Forças Armadas expressaram uma reorganização de forças nos limites da democracia burguesa, para exorcizar o espectro do “novo sindicalismo” ou dos movimentos populares.

Conforme as análises desenvolvidas por Florestan Fernandes, esse processo de transição foi caracterizado pela “conciliação pelo alto”, entre as frações da burguesia. Acrescente-se, a burguesia jamais esteve ausente das decisões sobre os rumos da administração do Estado.

[...] a conciliação pressupõe a resistência à mudança e algo ainda mais complexo, que é a esterilização da mudança. Ela só endossa a mudança “neutral”, a mudança destituída de conteúdo reformista e revolucionário (mesmo que ela se origine da modernização imposta e controlada a partir de fora, pelo império central e pelas multinacionais) (FERNANDES, 1986b, p. 71).

O golpe e a ditadura que unificou diferentes segmentos da burguesia no interior da sociedade civil, diante de novos componentes na conjuntura do início dos anos de 1980, deixaram de ser interessantes para o capital. Como consequência, as frações da burguesia que compunham o bloco no poder pactuaram em nome dos “anseios nacionais”. Em nenhum momento se cogitou uma mudança que pudesse ampliar o poder de participação dos trabalhadores ou questionar a ordem institucional. Era vital a permanência das condições de reprodução do capital como elemento estrutural da economia brasileira.

Apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores com o fim da ditadura, foram renovadas as formas de controle do Estado sobre as forças populares. Sob o manto de um governo civil, a grande imprensa continuou a desempenhar seu papel educativo, com vistas à manutenção da hegemonia burguesa. Desse modo, a formação de grandes empresas no âmbito da informação, com força suficiente para monopolizar o mercado, impactou categoricamente na produção de um consenso em torno dos interesses burgueses. Cada vez mais orientadas pelo direcionamento dos jornais de circulação nacional, a ideia de democracia foi pautada por ideias abstratas.

É importante advertir que, como empresa comercial, os grandes jornais atuaram orientados pelo mercado e segundo a lógica do capital, em busca constante de sua valorização. Diante da concorrência entre os diferentes periódicos e da busca incessante pelo lucro, os empresários da mídia investiram na modernização das redações e nos equipamentos de impressão. Devido aos grandes investimentos na produção, os empresários buscaram ampliar o espaço publicitário, o que passou a ser um objetivo fundamental dentro das empresas.

Deste modo, a hegemonia ideológica burguesa remete à necessidade de compreensão das relações estabelecidas entre infraestrutura e superestrutura. Evidentemente, a supremacia burguesa não se fez apenas por meio da imprensa ou sem conflitos inerentes a uma sociedade de classes. A criação do bloco ideológico que permitiu às classes dominantes sustentarem o

monopólio intelectual e a direção da sociedade constituiu uma criação histórica.

Tal hegemonia não permitiu somente a direção político-ideológica da sociedade, mas possibilitou a cooptação de intelectuais das classes trabalhadoras. Nem mesmo nos momentos de crise, como no início da década de 1960, a classe dirigente perdeu seus privilégios. O domínio do poder econômico e sua associação com os interesses imperialistas possibilitou retomar o controle por meio do golpe, que foi amplamente preparado.

Florestan Fernandes elabora uma análise rigorosa da trajetória do capitalismo no Brasil, tanto como constituição de um modelo societário alicerçado na expropriação econômica quanto na dominação política. A sociedade de classes no Brasil, construída a partir da exploração brutal de homens que foram expropriados de tudo demonstrou sua incompatibilidade com uma revolução democrática e nacional. A constituição social da burguesia brasileira, seus vínculos subalternos aos interesses imperialistas e a precariedade das organizações de classe dos trabalhadores, permitiram que os segmentos dominantes se apropriassem de todas as prerrogativas de sua condição, para manter seus privilégios, colocando em segundo plano a universalização dos direitos (FERNANDES, 1976).

O trabalho educativo-formativo, em sentido mais amplo, desenvolvido pela grande imprensa, fez-se por meio da defesa e naturalização de um ideal de democracia que se confundia com os valores de uma sociedade hierarquizada e capitalista. Pode-se inferir que os jornais se transformaram em verdadeiras trincheiras do capital, em defesa dos seus interesses.

Evidentemente, as formas de compreender o mundo e as relações sociais não brotam do dia para a noite. A naturalização da desigualdade não nasceu com a ditadura, mas foi necessário um amplo esforço para que as lutas dos trabalhadores fossem demonizadas. Dessa forma, coube à imprensa um papel fundamental na construção das bandeiras em defesa do golpe e da ditadura que se seguiu. Por meio das ações político, culturais e ideológicas, construiu-se a imagem de uma ação democrática das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, quando os ventos da crise sopraram mais fortes e a legitimidade foi questionada pelos setores populares, muitos jornais modificaram a orientação de suas linhas editoriais.

Com o fim da ditadura, mudanças no gerenciamento do Estado não implicaram no fim de seu caráter burguês. Acrescente-se que o capitalismo no Brasil não foi a expressão da vitória da burguesia contra a nobreza e uma monarquia absolutista, mas de sua formação e inserção nos quadros do antigo regime colonial, que forjou uma classe orientada para o atendimento do mercado externo. As sucessivas reestruturações do Estado e do modelo econômico devem ser compreendidas no contexto das crises do capitalismo mundial e dos interesses imperialistas em cada período da história.

Diante da agudização das contradições e a emergência dos conflitos sociais, a burguesia utilizou largamente a imprensa para defender a democracia que lhe assegurava o atendimento dos seus interesses dentro e fora do Estado. O uso e abuso do discurso antiautoritário, antiestatal e de defesa abstrata da liberdade permitiu a cooptação de lideranças contrárias à ditadura. Nesse sentido, a suposta neutralidade e imparcialidade dos grandes jornais desempenhou um papel fundamental na constituição e legitimação da sociabilidade burguesa. As notícias foram mutiladas, submetidas a padronizações do mercado editorial para serem vendidas no mercado, de acordo com os interesses do capital.

Isto posto, a democracia da “Nova República” e a Constituição de 1988, apesar dos avanços em relação ao período anterior, criaram armadilhas, com o propósito de impedir o

afloramento de conflitos sociais mais intensos, que pudessem colocar em perigo a defesa da ordem burguesa. A perspectiva conciliadora, presente nos segmentos de oposição, permitiu uma composição política que preservou a institucionalidade e o caráter autocrático do Estado burguês. Em outras palavras, a democracia que emergiu em 1985 só pode ser adjetivada de burguesa, assim como era na ditadura de 1964.

Por fim, é importante ter clareza de que a sociedade capitalista está alicerçada sobre relações sociais estruturalmente desiguais, cujo fundamento é a propriedade privada dos meios de produção social e a exploração da força de trabalho, nos quais as aparências indicam a liberdade do trabalhador e proprietário. Tal liberdade esconde a exploração da força de trabalho e as relações de opressão de uma classe sobre a outra. Isso posto, qualquer discussão a respeito da ditadura militar que não coloque a questão do Estado, dos interesses burgueses e das ações imperialistas parece ser mais uma ação que esconde o verdadeiro caráter de classe do golpe de 1964, deslocando a explicação do fenômeno da dinâmica do capitalismo e de suas contradições.

Considerações Provisórias.

Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la.
(Bertold Brecht)

A grande imprensa constitui uma das fontes importantes para compreensão do passado, não como manifestação fidedigna de uma verdade incontestável, mas como expressão dos interesses de classes, ao legitimar projetos políticos e econômicos. Os diferentes periódicos analisados formaram opiniões a respeito dos mais variados assuntos de acordo com os interesses dos grupos os quais representavam.

Diante das evidências demonstradas, não há como negar a colaboração da grande imprensa para o golpe de 1964. As manchetes, as notícias ou mesmo os editoriais apontavam para um objetivo claro: o enfraquecimento do governo Goulart e sua derrubada pelas Forças Armadas. Porém, quando os ventos da conjuntura mudaram e agudizaram a crise econômica, a manutenção do modelo econômico da ditadura e sua continuidade tornou-se insustentável, o que levou os mesmos periódicos a saudarem a democracia que ajudaram a destruir em um passado recente.

Assim, não se trata de explicar o posicionamento da imprensa pelo que ela afirma ou por suas especulações metafísicas. Basta conferir as circunstâncias históricas e o envolvimento dos empresários da imprensa na luta de classes, no período em estudo. É importante levar em conta, como se afirmou anteriormente, que a imprensa se caracterizou como instituição que se coloca como portadora dos interesses gerais da “nação”. Manchetes, editoriais, artigos e notícias demonstram claramente a tomada de posição dos jornais diante do golpe que foi chamado de “revolução”.

Por isso, retomar a participação da imprensa no processo de legitimação da ditadura e dos projetos educacionais que ela defendeu tornou-se uma necessidade diante da negação da história. É preciso resgatar a memória daqueles que foram assassinados pelo terrorismo de Estado, bem como esclarecer que a resistência ao arbítrio que muitos órgãos de imprensa proclamaram publicamente não passou de uma ficção. Desvelar os acordos e alianças que forjaram os quase 21 anos de ditadura é um instrumento de resistência.

O golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu foram forjados para impedir o avanço das pautas populares dentro de uma democracia burguesa. Os fatos históricos dão a exata medida do domínio burguês, que se utilizou das formas mais cruéis e criminosas, para calar política e fisicamente toda e qualquer fração social que levantasse a voz em defesa da democratização ou de aspirações populares. A ditadura, como não poderia deixar de ser, materializou um modelo econômico, com o propósito de promover a modernização das relações capitalistas em nosso território (DEO, 2014). A classe trabalhadora pagou um preço que pode ser contabilizado em vidas e crescimento da miséria.

Do ponto de vista das relações econômicas, a burguesia se utilizou de um Estado, para que não criasse barreiras ao projeto de superexploração da força de trabalho e promovesse o crescimento econômico, em consonância com sua associação ao capital estrangeiro. Por isso, as reformas promovidas pela ditadura foram orientadas para o estabelecimento da hegemonia do capital monopolista no Brasil. A ditadura forjou os meios para a repressão e controle dos conflitos político-sociais. As transformações oriundas dos

governos militares estenderam-se, como não poderia deixar de ser, à sociedade civil, diversificando-a e, ao mesmo tempo, ampliando as bases do consenso a respeito da ordem burguesa. Nem mesmo o processo de transição foi capaz de impedir a hegemonia do grande capital nas eleições e nos projetos econômicos, nos sociais e também nos da educação.

Foi perceptível, ao longo da pesquisa, o posicionamento simpático de diferentes jornais a respeito do “milagre econômico”, que representou a intensificação da exploração do trabalhador e, ao mesmo tempo, o silêncio a respeito da tortura. Por essa via, a grande imprensa, que não deve ser dissociada dos interesses de classe da burguesia, formulou, em termos universais, os interesses particulares do capital, apresentando-se como representante do “povo”. O discurso hegemônico reproduziu análises, ideias e valores que indicavam a inexistência de interesses antagônicos na sociedade. As Forças Armadas eram apresentadas como imunes aos interesses particulares e, ao mesmo tempo, interessadas no bem-estar dos brasileiros.

As críticas à condução econômica surgiram quando o “milagre econômico” apresentava claros sinais de desgaste. Nesse aspecto, alguns jornais começaram a clamar pela ampliação das liberdades democráticas, sem que isso significasse o rompimento com os ideais “revolucionários” de 1964. A propósito, no âmbito da educação, a imprensa também promoveu elogios das reformas promovidas sob a perspectiva tecnicista, orientada pela teoria do capital humano e condizentes com o projeto de modernização das relações capitalistas.

No contexto das reformas promovidas pelos governos militares, a expansão da educação básica e do ensino técnico, sem o devido provimento de recursos, não foi questionado. O objetivo das propostas valorizava a formação despolitizada do futuro trabalhador para o mercado em expansão, conformando todos os níveis de educação à doutrina de segurança nacional. Nas páginas da grande imprensa, a educação foi associada ao desenvolvimento moral do indivíduo e, ao mesmo tempo, como um meio para o desenvolvimento econômico e social. Tratou-se, como se buscou demonstrar, de mais um mecanismo de legitimação da ordem.

Tomando os textos publicados nos diferentes periódicos, percebe-se como o campo da educação era estratégico para a ditadura. Não por acaso, foi comum a difusão de um ideal democrático vinculado ao comprometimento dos indivíduos no combate ao inimigo interno, segundo os moldes da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, a ditadura constituiu uma alternativa do capital para manter a ordem, bloqueando o livre desenvolvimento dos indivíduos e subordinando a economia aos interesses imperialistas.

Diante das evidências até aqui expostas, é possível afirmar que o proclamado caráter de resistência da imprensa diante da ditadura não é condizente com a verdade dos fatos. Além de silenciar sobre questões incômodas, inúmeros jornais construíram uma imagem marcada pela resistência ou pela necessária adesão contra um mal maior: o comunismo. Assim, é necessário ter clareza de que os grandes jornais, mesmo expressando contradições entre si, não tiveram escrúpulos em defender o golpe de Estado. As fantasias democráticas foram rasgadas, quando foi conveniente ao capital, e as críticas que surgiram aos governos militares não devem ser creditadas à conversão de Paulo a caminho de Damasco, mas à nova conjuntura que demandava mudanças na rota para a preservação dos sagrados interesses burgueses.

A sanção dos grupos dominantes às eleições diretas, quando do término do Governo João Figueiredo (1979-1985), foi costurada por acordos que consentiram a eleição de Tancredo Neves, um civil aceitável ao capital. Era o fim do período autoritário e o início da “Nova República”. A “sociedade civil” era eleita como expressão dos interesses populares e como negação do Estado. Tratou-se de uma transação que já deixava claro, no horizonte político, a necessidade de “enxugar” a máquina estatal, como forma de aperfeiçoamento da democracia.

As transformações ocorridas ao longo dos 21 anos modificaram as peças no xadrez, mas os peões precisavam ser contidos por meio de novas estratégias. Os leitores de Marx conhecem sua frase que afirma “a história se repete a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. No caso de amplos segmentos da imprensa, 1964 foi apresentado como “revolução”; 2016, como impeachment de Dilma Rousseff. Nos dois casos, silenciou-se sobre o caráter golpista e os interesses do capital.

Esses episódios representam um determinado contexto em que o capital forjou condições jurídicas, para impor uma dolorosa derrota aos trabalhadores. Nos dois casos, o Estado buscou manter-se forte em sua capacidade de reprimir as organizações operárias e como garantidor do intenso processo de exploração da força de trabalho. Mas o Estado foi mínimo para as políticas sociais.

Não é demais recordar que o discurso contra a corrupção, a defesa da família e da civilização cristã contra o “comunismo ateu” se fez presente em diferentes momentos da história do Brasil: 1937, 1954, 1964, 1989 e 2016. De forma análoga, o mesmo discurso foi utilizado em golpes de Estado em países da América Latina, servindo como meio de legitimação de ditaduras na Argentina, Uruguai, Chile, dentre outros. Também é importante ter clareza do florescimento de movimentos autoritários em contextos marcados por crises (desemprego, queda de renda, miséria etc.), que penaliza fundamentalmente a classe trabalhadora e setores das camadas médias, que se veem ameaçadas de perderem sua posição na sociedade de classes. Assim, não parece razoável descartar a possibilidade de novos golpes, sempre que a democracia burguesa não se mostrar eficiente para materializar os interesses burgueses.

Os desdobramentos são evidentes: crescimento da desigualdade, do desemprego, do trabalho temporário, da violência contra trabalhadores etc. Sintomaticamente, o aumento da violência do Estado se deu a partir da ruptura constitucional em 1964 e 2016. A ditadura civil-militar, além das ações terroristas do Estado contra as lideranças mais combativas, promoveu mudanças substanciais que provocaram o empobrecimento de amplos segmentos das classes trabalhadoras. A imprensa, com raras exceções, enalteceu o “milagre econômico” e as ações modernizantes do regime.

A atual crise tem demonstrado que a casca do “ovo da serpente” foi novamente quebrada com a colaboração de grande parte da imprensa. Apesar de uma comparação simplificada com as ações fascistas do passado, não há como negar a escalada da violência contra as lideranças populares e os trabalhadores da periferia. Também não há como negar o terror impetrado por milícias financiadas por setores interessados em desarticular as lutas dos trabalhadores. Assim, torna-se fundamental conhecer o passado e o real significado da ditadura para os trabalhadores, ocultado pela imprensa e por diferentes instituições de ensino.

O aprofundamento da crise obriga as forças identificadas com os trabalhadores a se organizarem e traçarem estratégias de defesa dos direitos e superação da ordem burguesa. Em uma sociedade forjada a partir da exploração do braço escravizado e pelo antagonismo de classes, não se pode atribuir à democracia um valor universal, pois seu significado diferencia-se em função dos interesses de classes. Por isso é fundamental superar as ilusões jurídicas da democracia burguesa. Em outras palavras, não há alternativa para solução dos graves problemas da ordem capitalista dentro do próprio sistema. Porém, as constantes denúncias contra o discurso e as práticas fascistas que cerceiam e oprimem os trabalhadores em nenhum momento devem ser silenciadas.

Nesse ponto, a discussão sobre o papel da imprensa na legitimação da ditadura parte do pressuposto de que desvelar as diferentes formas que o capital utilizou para legitimar a ordem burguesa, não transforma o mundo, mas tem um papel importante no aprofundamento da tomada de consciência dos sujeitos sociais. Não se trata de uma utopia ou de uma proposta romântica. É bom lembrar que Marx e Engels não foram intelectuais utópicos ou de gabinete, mas desvelaram a essência das relações capitalistas e engajaram-se nas lutas dos trabalhadores pela superação da ordem burguesa.

A luta dos trabalhadores não deve ser eleitoral, ainda que possa ser um elemento tático importante, mas pela transformação das regras da sociabilidade capitalista. O fim não é trocar um Estado “mínimo” por um Estado de bem-estar social, ou trocar uma ditadura militar por um estado que promova o nacional desenvolvimentismo dentro dos parâmetros de uma democracia burguesa. É necessário virar a página infeliz de nossa história ou, em outras palavras, superar categoricamente a propriedade privada dos meios de produção e relações engendradas pelo capitalismo. E, por decorrência, o fim do Estado e do direito, tal qual é conhecido.

É urgente a luta pelo desvelamento das condições concretas que geram a fome, miséria, o desemprego e o subemprego. O capitalismo jamais foi a alternativa viável para a emancipação da humanidade e de superação da barbárie. Não é possível mais não se escandalizar com a morte de milhões homens e mulheres que apenas sobrevivem em um mundo em que a riqueza se concentra nas mãos de poucos. Não é mais possível deixar de pensar em reformas dentro da ordem que possam contribuir para superar a crise e atender às demandas de uma vida emancipada de todos.

Referências

- A IGNORÂNCIA AMEAÇA A PRÓPRIA INDEPENDÊNCIA. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 09/06/1970, p. 22
- ALFABETIZAÇÃO SUSPEITA, **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/01/1964.
- ANTUNES; Ricardo. A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; **A crise da democracia brasileira**, Vol. I. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSEMBLEIA PEDIRÁ EXPLICAÇÃO SOBRE CERCO DURANTE A PASSEATA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27/05/1967.
- ATO DE FÉ. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 1/1/1972.
- BASTA. **Correio da Manhã**. Editorial. Rio de Janeiro, 31/03/1964.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. **Revista Brasileira da História da Mídia**. V. 3, julho, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4131/2447> Acesso: 18 set. 2014.
- BRANCO, Carlos Castello. Primeiras impressões sobre o ato de ontem. **Jornal do Brasil**. Coluna do Castello, Rio de Janeiro. 14/12/1968.
- BRANCO, Carlos Castello. Réquiem para Costa e Silva. **Jornal do Brasil**. Rio Coluna do Castello, Rio de Janeiro, 19/12/1969.
- BRANCO, Carlos Castello. Porque falam os militares. **Jornal do Brasil**. Coluna do Castello, Rio de Janeiro, 30/08/1979.
- BRANCO Humberto de Alencar Castelo. **Biblioteca Presidência da República (Brasil)**. Ex-presidentes. Humberto de Alencar Castelo Branco. Biografia. Brasília: Não paginado. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/21.pdf/view> Acesso: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1946. vol. V. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequence=9. Acesso: 01 maio 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso: 5 nov. 2019

BRASIL. **Lei nº 4.330. Coleção de Leis do Brasil - 1964**, página 62, Vol. 3

BRASIL. **Ato Institucional Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso: 05 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 04 out.2019.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1967. vol. VI. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137603/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf?sequence=9&isAllowed=y Acesso: 05 nov. 2020

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. **Comissão Nacional de Moral e Civismo. Educação Moral e Cívica**. Legislação Federal e Estadual. Brasília, s.d.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969**. Coleção de Leis do Brasil - 1969, p. 209. v. 5. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. Comissão Nacional de Moral e Civismo. Educação Moral e Cívica. Legislação Federal e Estadual. **Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971**. Brasília, 1971. Coleção de Leis do Brasil - 1971, p. 30. v. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. (v.1) Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos (v.2). Brasília: CNV, 2014b.

CAMARGO, Cláudio. O meio e a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

CARDOSO, Adauto Lúcio. O que deveria ser e o que foi. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 31/03/74, p. 5

CARVALHO, Celso. O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 49-68.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 112 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa: UH e NP. In: MELO, José Marques de (org.). **Populismo e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 118

COM UM ATO INSTITUCIONAL MAIS FORTE, COSTA E SILVA ANUNCIA UM NOVO ESTILO. **Veja**, ano 1, nº 15, 18 dez. 1968.

COMO SE ORIGINOU A REBELIÃO. **Revista Manchete**, Edição história, abril de 1964.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**. vol.28 nº.80 São Paulo Jan./Apr. 2014. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/gTDsM7hZGgFQcyRLMknXX7k/abstract/?lang=pt>.
Acesso: 09 nov. 2020.

DAVID NASSER EXCLUSIVO. **Mancheste**. Rio de Janeiro, 07/01/1978.

DEO, Anderson. Uma transição à *long terme*: A institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (Org.) **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEPOIS DA PRAÇA. **Folha** de São Paulo. Editorial. São Paulo, 26/01/1984, p. 2.

DISCURSOS DO PRESIDENTE. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 11/03/1964.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EDUCAÇÃO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA. LEITE, Antônio Dias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13/12/1964, p. 5.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, A VOLTA ÀS AULAS. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30/10/1971.

EDUCAÇÃO TÉCNICA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14/05/1964.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico** – MB - 75. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

EXÉRCITO FECHA EM SALVADOR ORGANIZAÇÃO DE ESTUDANTES LIGADA À AÇÃO POPULAR E PCB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15/01/1972.

FALCÃO: SUBVERSÃO NÃO PODE MAIS VOLTAR. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 31/3/1975, p. 4.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Que Tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FLEXA RIBEIRO: TRABALHO NA UNESCO AJUDA O BRASIL. **O Globo**. Rio de Janeiro, 19/08/1968.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola "improdutiva": um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FROTA: CONSOLIDAR A VERDADEIRA DEMOCRACIA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31/03/1975, p. 4.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b

GAZZOTTI, JULIANA. **Jornal da Tarde (1966-75): ideologia liberal e ditadura militar**. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos, 2004.

GENERAL ACHA EROTISMO, SEXO AO VIVO E PORNOGRAFIA FRUTO DA

- EDUCAÇÃO LEIGA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05/02/1970, p. 4
- GERMANO, J. W. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a03v2876.pdf> Acesso: 03/09/2020.
- GOMES, Marco Antonio Oliveira; RODRIGUES, Ana Paula Aires; SILVA, Daniela Azarias Ferreira da; PAULA, Fabricia de Cássia Grou. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, SP v.19, 2019. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653423/20843>. Acesso: 28 nov. 2019.
- GONZAGUINHA. **De volta ao começo**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1980.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GOVERNO E AUTORIDADE. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 31/03/1976.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Os jornais e os operários. **Marxists Internet Archive**, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. III. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- Huntington quer a participação de todas as forças no sistema. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22/10/1972
- IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974
- IGLESIAS, Francisco. **Trajetórias Políticas do Brasil. 1500-1964**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.
- IPM DA EDUCAÇÃO NA AUDITORIA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09/09/1972.
- JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015

KUSHNIR, BEATRIZ. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004

LACERDA, Carlos. “Advertência oportuna”. **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, 01 junho. 1950 p. 4.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n122/0101-6628-ssoc-122-0275.pdf> Acesso: 10 set. 2020.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LIÇÃO E PONDERAÇÃO. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 01/11/1975, p. 2

LIMITES A CHAVES. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 17/02/2009.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil.** Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n° 56, p. 26-45, mai/2014. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432/7991> Acesso: 20 set. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985).** São Paulo: Xamã, 2009, p. 36

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. Os caminhos de um cineasta. IN: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de. **Contribuições à história intelectual do Brasil republicano.** Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS NA MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 03/04/1964.

MARINHO, Roberto SE NÃO, NÃO, O Globo. **Rio de Janeiro**, 18/03/1964, p. 1.

MARINHO, Roberto. RESSURGE A DEMOCRACIA. **O Globo.** Rio de Janeiro, 2/4/1964, p. 1

- MARINHO, Roberto. A reforma do ensino: investimento prioritário. **O Globo**. Rio de Janeiro, 19/08/1968.
- MARINHO, Roberto. REVOLUÇÃO, ANO 12. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31/03/1976, p. 1.
- MARINHO, Roberto. Julgamento da revolução. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07/10/1984.
- MARINHO, Roberto. O signo da confiança. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15/01/1985.
- MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: **Marx & Engels: Obras escolhidas**. Vol. I, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos**. S. Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Boitempo, 2007.
- MÉDICI, E. G. **Nova consciência de Brasil**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 60.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53. Acesso: 29/12/2020. Disponível: <file:///C:/Users/marco/Documents/UEM/POS%20DOC/TEXTOS%20DE%20APOIO/REVISIONISMO.pdf>
- MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares de. Ideologia na educação do militar brasileiro. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida; CUNHA, Paulo Ribeiro. **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n. 14, pp. 111-130, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MENDONÇA, Sonia. Historiografia brasileira em questão: considerações sobre economia e política. **História Revista**, Goiânia, GO, v. 11, n. 2, p. 201-219, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9060> Acesso: 10 set. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil**: opção de desenvolvimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAES, Reginaldo. Educação Superior no Brasil: passado torto, presente difícil, futuro incerto. KRAWCZYK, Nora (org.). **Escola pública**: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas, SP: FE/UNICAMP; Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

MORAES, João Quartim de. A guerra, a FEB e o golpe liberal. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida; CUNHA, Paulo Ribeiro. **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (Org.) **Ditadura**: o que resta de transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista brasileira de História**. vol. 18 n. 35, São Paulo, 1998. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000100015&script=sci_arttext . Acesso: 22 set. 2020.

MOURÃO INICIOU CONSPIRAÇÃO CONTRA COMUNISMO EM 1961. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 04/04/1964, p. 2.

NA ILEGALIDADE. **Jornal do Brasil**. Editorial. Rio de Janeiro, 29/03/1964.

NÃO MAIS EXCEDENTES. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 30/03/1967, p. 4.

NASCIMENTO, LAYSE PEREIRA SOARES DO. **A Imprensa Paranaense e a Ditadura Militar: 1964-1974**. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766/15637> Acesso: 29 ago. 2020.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na crise do populismo: Utopia e reformismo. TOLEDO, Caio Navarro (Org.) **1964**: Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

O BRASIL CONTINUA. **FOLHA DE SÃO PAULO**. Editorial. São Paulo, 03/04/1964, p. 4

O ESTADO DE REVOLUÇÃO EM PERNAMBUCO. **O Estado de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 05/03/1964.

O ESTADO COMO OBRA DE ARTE. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16/01/1985.

O EXEMPLO ALEMÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14/12/1968, p. 4.

O GRANDE DUELO NO MUNDO COMUNISTA. **Veja**, ano 1, nº 1, 11 set. 1968.

O VELHO E NOVO. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 01/01/1981, p. 2

OLIVEIRA, Octávio Frias. Banditismo. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 22/09/1971. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1975.

PASSARINHO: ENSINO COM OUTRA ESTRUTURA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30/05/1970.

PASSARINHO ADVERTE PARA A DESINFORMAÇÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01/10/1971.

PARA QUÊ? **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 14/03/1964

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os limites da "abertura" e a sociedade civil. **Revista de Administração de empresas**. vol.23 no.4 São Paulo Oct. /Dec. 1983. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v23n4/v23n4a01.pdf> Acesso: 19 dez. 1983.

POVO, APENAS POVO. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 20/03/1964, p. 4.

PRESTES, Livia, A crise na universidade pública como elemento estruturante da educação superior no Brasil. LIMA, K. R. de S. (Org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

QUE SEJA UMA DEMOCRACIA MELHOR. **Folha de São Paulo**. Editorial. São Paulo, 16/01/1985, p. 2.

- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo **Dicionário de Comunicação**. São Paulo, Ática, 1995.
- RAGO FILHO, Antônio. **A ideologia 64**: os gestores do capital atrofico. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- RAGO FILHO, Antônio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista **Caderno. AEL**, v.8, n.14/15, 2001. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2495/1905>. Acesso: 06 dez 2020.
- REBELIÃO NA GALÁXIA VERMELHA. **VEJA**. SÃO PAULO, 11/07/1968, p. 86. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.asp> Acesso em: 22 abr. 2018
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Eduel, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROIO, Marcos Del. Prefácio. IN: PINHEIRO, Milton. (Org.) **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.
- SANFELICE, José Luís. **O movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C. e SAVIANI, D. (Org.) **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008b. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso: 06 out. 2020
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SENAI: DESEMPREGO POR QUALIFICAÇÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01/01/1973, p. 9

SILVA, Artur da Costa e. Presidente anuncia novas revoluções se necessário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1969.

SILVA, Artur da Costa. **Mensagem dirigida à nação, ao ensejo do "dia do trabalho", lida pelo ministro Jarbas Passarinho na sede do Sindicato dos Portuários**, a 1º de maio de 1967, e transmitida a todo o país, através da rede nacional de rádio e televisão, comandada pela agência nacional. Biblioteca da Presidência da República. 1 maio 1967.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Nacional e Geopolítica do Brasil, **In: Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1981, p. 13.

SILVA, Silvia Rosa da. **A indústria cultural e o golpe militar (1964-1985) - a imprensa brasileira como instrumento de repressão e libertação**. Doutorado em PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2001.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe**. Democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

SOUZA, CAMILA TORRES DE. **Política e imprensa: análise dos editoriais do Jornal O Estado de S. Paulo nos primeiros anos após o golpe militar de 1964**. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina, 2012.

SOUZA, Fernando Ponte Crítica à punição eterna como memória histórica. In: SOUZA, Fernando Ponte; SILVA, Michel Goulart da (Orgs.) **Ditadura, repressão e conservadorismo** Florianópolis: UFSC, 2011.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TARSO DUTRA DEFENDE CURSOS PAGOS NA UNIVERSIDADE. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 15/05/1968, p. 16.

TODO PAÍS COMEMORA O 9º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31/03/1973.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, C. N. "1964: Golpismo e Democracia. As Falácias do Revisionismo". In **Crítica Marxista**, nº 19, 2004, p. 34.

UM ANO, UM SALDO FAVORÁVEL. **Folha de São Paulo**. Editorial, 31/03/1965.

Vélez quer alterar livros didáticos para "resgatar visão" sobre golpe. **Valor Econômico**. 03/04/2019. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>. Acesso: 26 set. 2020

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VESTIBULARES. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9/01/1968, p. 4.

VITÓRIA. **Correio da Manhã**. Editorial. Rio de Janeiro, 02/abril/1964.

VITORIOSO O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 02/04/1964, p. 2.

8 MIL ASSISTIRAM AO CULTO ECUMÊNICO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01/11/1975, p. 3

O golpe civil-militar de 1964 não foi um raio em um céu azul. A vitória dos golpistas, com o apoio da burguesia associada ao capital estrangeiro, inaugurou uma fase de destruição das lutas populares e de uma nova etapa de imposição da economia nacional aos interesses imperialistas.

O golpe, que pariu a ditadura civil-militar, sujeitou milhões de trabalhadores à miséria e ao desamparo e, para isso, teve o apoio dos empresários proprietários dos meios de comunicação.

A grande imprensa no período pré-1964 e depois do golpe, difundiu entre seu público, a ideia de defesa da liberdade e da democracia. Porém, após o fim do ciclo militar, diante de um contexto de oposição ao autoritarismo, os mesmos órgãos de imprensa que apoiaram a tragédia materializada na ditadura, colocaram-se como expressão da resistência ao arbítrio dos governos militares.

Por isso, mais do que nunca é necessário apontar as responsabilidades daqueles que contribuíram para a legitimação de um regime que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou os que ousavam questionar os fundamentos da ditadura.

Nesse sentido, compartilho a ideia do professor Ricardo Antunes. O livro é uma espécie de resistência diante do produtivismo acadêmico. Nesse contexto, a produção de artigos serve como uma das métricas para avaliação de uma pesquisa que não se faz em um ritmo da esteira de produção. No entanto, o presente trabalho também expressa a resistência contra o revisionismo histórico que enaltece a tragédia de 1964 ao mesmo tempo que defende a farsa das proposições fascistas.

Por fim, este livro não seria possível sem o constante diálogo com meus amigos e amigas de academia, alunos e alunas da graduação e Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e ao querido Professor José Claudinei Lombardi (Universidade Estadual de Campinas).